

# ***GAUDIUM SCIENDI***



**NÚMERO 16  
JUNHO 2019**

**ISSN 2182-7605**

**Imagem da capa *A Porta*  
Ana Mandillo, 2012**

# SUMÁRIO



## EDITORIAL

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>7</b>
<b>Maria Laura Bettencourt Pires</b>	

## ARTIGOS

<b>RESPONSABILIDADE HUMANITÁRIA DAS HUMANIDADES MODERNAS .....</b>	<b>15</b>
<b>João Almeida Flor</b>	
Nota biográfica .....	16
<i>Abstract/ Resumo</i> .....	24
<b>SHERWOOD ANDERSON'S "THE BOOK OF THE GROTESQUE" - REWRITING THE STORY IN THE MARGIN .....</b>	<b>27</b>
<b>Ana Paula Machado</b>	
Notas biográficas .....	28
<i>Abstract/ Resumo</i> .....	31
<b>REFORMA: O TEMPO DE ESPERA PARA A MORTE?! .....</b>	<b>33</b>
<b>Joana Cristina Novais Carneiro Pinto</b>	
Nota biográfica .....	34
<i>Abstract/ Resumo</i> .....	42
<b>AN APOLOGY FOR INTERMEDIALITY: RE-VIEWING KATE BUSH'S WUTHERING HEIGHTS (1978) .....</b>	<b>43</b>
<b>Miguel Alarcão</b>	
Nota biográfica .....	44
<i>Abstract/ Resumo</i> .....	51
<b>A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DESDE CARL PANZRAM E GARY GILMORE ATÉ À ACTUALIDADE .....</b>	<b>53</b>
<b>João Jorge C. S. Spínola Fernandes</b>	

Nota biográfica .....	54
<i>Abstract/</i> Resumo .....	66
<b>CHURCHILL ON RELIGION - THE INTUITION .....</b>	<b>69</b>
<b>Américo Pereira</b>	
Nota biográfica .....	70
<i>Abstract/</i> Resumo .....	83
<b>OS 50 ANOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA .....</b>	<b>85</b>
<b>Aurora Madaleno</b>	
Nota biográfica .....	86

## **RECENSÕES CRÍTICAS**

<b>IMAGENS DA MULHER NA IMPRENSA FEMININA DE OITOCENTOS PERCURSOS DE MODERNIDADE DE ANA MARIA COSTA LOPES .....</b>	<b>119</b>
<b>Márcia Maria de Melo Araújo</b>	
<b><i>PROGRAMA FULBRIGHT - VOLUME COMEMORATIVO, COORDENAÇÃO DE MARIA LAURA BETTENCOURT PIRES .....</i></b>	<b>123</b>
<b>Teresa F. A. Alves</b>	

## **INFORMAÇÕES SOBRE *GAUDIUM SCIENDI***

➤ <b>Informações .....</b>	<b>135</b>
➤ <b>Normas para submissão de artigos .....</b>	<b>137</b>
➤ <b>Conselho Editorial .....</b>	<b>139</b>
➤ <b>Conselho Consultivo .....</b>	<b>141</b>
➤ <b>Conselho de Avaliação .....</b>	<b>143</b>

## **ABOUT US**

➤ <b>About us .....</b>	<b>147</b>
➤ <b>Rules for publication .....</b>	<b>149</b>
➤ <b>Editorial Board .....</b>	<b>151</b>
➤ <b>Advisory Board .....</b>	<b>153</b>
➤ <b>Blind Peer Review .....</b>	<b>155</b>

**Nota: O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* respeita a decisão pessoal dos autores de não escreverem segundo o projecto do chamado Novo Acordo Ortográfico.**

EDITORIAL





## EDITORIAL



**O** meu tema de abertura deste editorial é a Amizade por considerar que nos devemos debruçar sobre um tópico acerca do qual já os Gregos tanto escreveram mas que continua a ter interesse na era das Novas Tecnologias, tanto mais que, hoje em dia, é geralmente considerado que o facto de se dispor de muitos "amigos" no perfil informático é equivalente a ter um grande prestígio.

Escolhi, por isso, como imagem inspiradora a "A Escola de Atenas" (1509-1511), um dos famosos frescos com que Rafael, o pintor renascentista italiano, decorou as paredes do Palácio Apostólico, no Vaticano, e em que retrata, ao centro, dois amigos, os filósofos gregos Platão e Aristóteles. Apesar de Platão, no seu diálogo *Lísias*, ter escrito sobre a amizade (*philia*), quem mais se destacou a propósito do tema foi o seu discípulo Aristóteles, que lhe dedicou os livros IX e X da sua obra *Ética a Nicómaco*, onde afirma: "A amizade é uma virtude, ou está ligada à virtude, além de ser algo de extremamente necessário para a vida. De facto, ninguém gostaria de viver sem amigos, mesmo que possuísse todos os outros bens".

Segundo Aristóteles, ao longo da vida, conhecemos três tipos de amizade: a Agradável, a Útil e a Perfeita. Quando jovens, temos tendência para procurar uma amizade que nos dê prazer – "a agradável". Pode dizer-se que amamos as pessoas porque as consideramos "agradáveis" e não pelo seu carácter. Em adultos, porém, procuramos a amizade útil, e, segundo Aristóteles: "aqueles que fundamentam a sua amizade no interesse, amam-se por causa da sua utilidade, devido a algum bem que recebem do outro, mas não os amam por si mesmos". E a amizade considerada "perfeita" por Aristóteles seria: "aquela que existe entre os homens que são bons e semelhantes na virtude, pois essas pessoas desejam o bem um ao outro de modo idêntico, e são bons em si mesmos [...] aqueles que desejam o bem

aos seus amigos, por eles mesmos, são amigos no sentido mais próprio, porque o fazem em razão de sua natureza e não por acidente”.

Feitas estas referências introdutórias, devo dizer que – de um ponto de vista pessoal – o tema me foi inspirado pelo facto de ter recentemente perdido duas grandes amigas e de querer celebrar a importância que a sua amizade teve na minha vida. Na verdade, embora eu tenha tido a sorte de ter muitos amigos, é frequente ouvir-se dizer que é raro encontrar um que sobreviva aos percalços do tempo, pode, por isso, concluir-se que a verdadeira amizade é difícil de encontrar.

Começarei, portanto, por tentar definir sucintamente Amizade. Ter um amigo significa que há alguém em quem nos podemos apoiar quando temos problemas, mas que também comemora connosco quando vivemos um momento de alegria e felicidade. Os amigos constituem, por isso, uma parte importante da vida de todos nós e investigações recentes concluíram que viver rodeados de amizade, afeição e estima aumenta as nossas hipóteses de sermos felizes.

A fim de meditar sobre o significado de Amizade, além de me dedicar à espinhosa tarefa de a tentar definir, irei focar o tema nas áreas que mais me interessam, como a música e a literatura.

Foi já afirmado que o que há de melhor no mundo é ter um bom amigo. No âmbito da música há, porém, quem afirme que melhor ainda é ouvir uma boa ária ou composição musical sobre a amizade. Na verdade, tal como no mundo literário, os músicos têm ponderado e louvado o tópico da amizade desde tempos imemoriais.

É inegável que a história da música clássica foi marcada, de modo notável, por amizades que ficaram famosas e que alguns dos mais conhecidos compositores se têm debruçado sobre o tema e o têm louvado.

Mozart e Haydn, como é sabido, eram grandes amigos, inspiraram-se mutuamente e desafiaram-se a atingir novas proeminências na sua área. Embora Mozart (1756-1791) fosse bastante mais novo do que Haydn (1732 -1809), tinham respeito mútuo e pareciam ser bons amigos que apreciavam tanto a companhia como a música um do outro. Haydn louvava abertamente Mozart, que até escreveu uma série de quartetos de corda que lhe dedicou.

Do mesmo modo, também Gustav Mahler (1860-1911) e Richard Strauss (1864-1949), dois grandes compositores do início do século XX, eram amigos, tendo Mahler dirigido muitas obras de Strauss, tal como este regeu várias sinfonias do seu colega.

Para demonstrar como a Amizade tem influenciado de modo notável a história da música clássica, bastaria lembrar as relações amigas de músicos célebres, como, entre outros, Holst (1874-1934) e Vaughan Williams (1872 -1958); Brahms (1833–1897) e Dvořák (1841–1904) e, mais recentemente, Copland (1900-1990) e Bernstein (1918 -1990).

Por outro lado, se quisermos invocar o tema da Amizade no âmbito da música popular bastará pensarmos em composições como *I'll Be There*, a famosa

canção dos Jackson 5 que, tal como dizia o próprio Michael Jackson, levou o célebre quinteto "à estratosfera" ou na conhecida composição *With A Little Help From My Friends* dos Beatles.

Se, em alternativa, quisermos ligar a Música à Literatura, podemos evocar a "amizade" entre o músico Chopin (1810 –1849) e a escritora George Sand (1804 – 1876) e começaremos por considerar como o tema tem sido tratado na literatura em língua inglesa. Como, são tantos os paradigmas de Amizade retratados em obras literárias, limitar-me-ei a indicá-los. Podemos começar por referir a amizade de Emma Woodhouse e Harriet Smith em *Emma* (1815) de Jane Austen; a de Charles Darnay e Sidney Carton no romance histórico de Charles Dickens *A Tale of Two Cities* (1859), que decorre em Londres e Paris durante a Revolução Francesa; a de Tom Sawyer e Huckleberry Finn em *The Adventures of Huckleberry Finn* (1885) de Mark Twain, que foi já considerada "the great American novel"; a de Sherlock Holmes e do Dr. Watson da série de Arthur Conan Doyle, cuja primeira publicação foi *A Study in Scarlet* de 1887; a de George, Harris e J. na obra de Jerome K. Jerome *Three Men in a Boat* (1889); a de Hércule Poirot e do Cpt. Hastings primorosamente retratada por Agatha Christie, em 1920, na sua famosa obra *The Mysterious Affair at Styles*; a de George Milton e de Lennie Small em *Of Mice and Men* (1937) de John Steinbeck, sendo, obviamente, todas precedidas pelo relato de Daniel Defoe da amizade modelar e inspiradora entre Robinson Crusoe and Friday na sua obra *Robinson Crusoe* (1719).

No âmbito da literatura infantil, destaco *The Lord of the Rings* (1954) de J. R. R. Tolkien, que foca a amizade entre Frodo e Sam; a afeição de Pooh e Piglet na colecção *Winnie-the-Pooh* de A. A. Milne, que data de 1926, ou, mais recentemente, a série de novelas *Harry Potter* da autoria J. K. Rowling, publicadas entre 1997 e 2007, que retratam a relação entre os amigos Harry, Ron e Hermione. Enid Blyton, na sua primeira obra, *Five on a Treasure Island*, que foi publicada em 1942, também ficou famosa devido ao seu relato das aventuras de quatro crianças Julian, Dick, Anne e Georgina (George) e do cão Timmy.



*Aquiles a tratar as feridas de Pátroclo - Vaso de 500 a.C.*

É evidente que na literatura mundial o tema tem sido igualmente tratado. Na *Ilíada*, é a morte de Pátroclo (envergando a armadura de Aquiles) às mãos de Heitor, que leva o seu amigo Aquiles a aceitar lutar, provocando assim os

acontecimentos de que resultou o clímax da Guerra de Tróia.

Na obra de Shakespeare, são múltiplas as referências à Amizade como, por exemplo, em *Romeo and Juliet* (1597) em relação a Romeo e Mercutio; em *Julius Caesar* (1599), quando César pergunta "Et tu Brute?" (Acto 3 Cena 1) toda a importância icónica do momento deriva do facto de nós sabermos como a amizade entre ambos tinha sido forte. São igualmente referidas as trágicas relações entre os amigos Macbeth e Banquo, em *Macbeth* (1606), e as de Hamlet e Horatio, em *Hamlet* (1609) e de Beatrice e Hero, em *Much Ado About Nothing* (1612).

No âmbito da literatura, merece ainda uma referência especial a obra clássica de Antoine de Saint-Exupéry *Le Petit Prince*, publicada em 1943, e que, em França, foi votada o melhor romance do século XX e que, na minha opinião, descreve a amizade na sua forma mais profunda. Com efeito, a amizade mais digna de admiração – tal como a do pequeno príncipe e da raposa – parece ser aquela que une dois seres que, embora se possam considerar opostos, se compreendem profundamente pois, tal como diz o autor: "L'essentiel est invisible pour les yeux".

Podemos assim concluir que a amizade não floresce baseada no que os amigos têm em comum mas sim no facto de aceitarem a diversidade e as características únicas do outro, a quem dão a oportunidade de ser compreendido e acolhido apesar de ser diferente. Ao admitir a sua diferença, estamos, provavelmente, a fazer um amigo para toda a vida que nos apoia nos bons e nos maus momentos.

Pois, tal como lemos na *Bíblia*: "O amigo ama-nos sempre mas, na desgraça, torna-se um irmão." (*Provérbios*, 17:17). Na verdade, é quando temos um problema e nos sentimos perdidos, que compreendemos como a verdadeira amizade é rara e importante nas nossas vidas. Um amigo leal e autêntico apoia-nos, apesar das nossas dificuldades e mesmo que não nos veja há muito tempo, e uma amizade que se mantém firme e confiante nessas condições torna-nos melhores e dá-nos esperança.



Após esta breve introdução, irei seguidamente fazer a apresentação dos artigos que integram este 15º número da *Gaudium Sciendi*. Como tivemos a honra de João Almeida Flor ter aceitado abrilhantar a nossa revista com o artigo intitulado "Responsabilidade Humanitária das Humanidades Modernas", começo por me referir ao seu texto em que nos fala da necessidade urgente de promover uma aliança estratégica entre vários ramos do conhecimento e de corrigir a existência de múltiplos saberes conexos.

"Sherwood Anderson's "The Book of The Grotesque" - Rewriting The Story In The Margin" é o título do artigo de Ana Paula Machado, no qual a autora no seu magnífico estilo nos leva a considerar a obra tão original de Anderson e a reflectir

sobre o inverno da nossa vida e a velhice.

Em "Reforma: O Tempo de Espera para a Morte?!" Joana Cristina Novais Carneiro fala-nos da percepção acerca das pessoas de idade em contexto de trabalho e da vivência da reforma no ciclo de vida no nosso "século dos idosos".

Miguel Alarcão intitulou o seu ensaio "An Apology for Intermediality: Re-Viewing Kate Bush's *Wuthering Heights* (1978)" no qual comenta – da forma magistral com que sempre colabora na *Gaudium Sciendi* - dois vídeos inspirados por *Wuthering Heights* (1847) a famosa obra de Emily Brontë. Com os seus sábios comentários sobre duas tradições literárias distintas incita os leitores a reverem as suas noções e práticas de leitura.

"A Evolução do Sistema Prisional desde Carl Panzram e Gary Gilmore até à Actualidade" da autoria de João Jorge C. S. Spínola Fernandes relata-nos como podemos "curar" os presos das suas tendências criminosas e inseri-los de novo na sociedade e refere-se às experiências extremamente negativas de Carl Panzram e Gary Gilmore. Além disso, traça a evolução da prisão desde o tempo dos assassinos até à actualidade.

"Churchill On Religion - The Intuition" é o artigo de Américo Pereira no qual nos refere como Churchill desenvolveu um modo pessoal e peculiar de compreender e viver a sua relação com Deus.

Para celebrar a Universidade Católica, de que foi ilustre jurista, Aurora Madaleno escreveu "Os 50 Anos da Universidade Católica" demonstrando todo o seu vasto saber sobre o enquadramento legal da fundação da nossa Universidade.

Na Secção das Recensões Críticas, Márcia Maria de Melo Araújo faz-nos uma pormenorizada apreciação da obra *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos - Percursos de Modernidade* da autoria de Ana Costa Lopes e publicada em 2005.

Teresa Ferreira de Almeida Alves deu-nos o gosto de colaborar neste número da *Gaudium Sciendi* escrevendo um excelente ensaio em que faz a apresentação de *Programa Fulbright - Volume Comemorativo (2019)*, uma obra coordenada por Maria Laura Bettencourt Pires, que contém uma série de relatos de bolseiros que chegaram ao topo das suas carreiras académicas e escrevem sobre o programa de intercâmbio universitário e o seu fundador.

Como habitualmente, o volume encerra com Informações sobre a revista e Regras de apresentação de artigos, que solicitamos a todos os colaboradores que sigam.

*Maria Laura Bettencourt Pires*  
*Directora da Gaudium Sciendi*





## **ARTIGOS**





## Homenagem à querida Enfermeira

que é minha Mãe

**Q**uando, por dever de ofício ou mera curiosidade, passamos revista ao panorama da educação terciária em Portugal durante as últimas décadas, torna-se óbvio e estatisticamente documentável que se tem registado acentuada tendência para, em todos os aspectos, sobreavaliar a relevância socioeconómica das chamadas ciências duras, também conhecidas como exactas.

Por outro lado, o conjunto de tais saberes manifesta frequentes desigualdades de tratamento, em resultado de uma hierarquização de objectivos que concede prioridade quase absoluta à investigação aplicada, em detrimento do trabalho teórico, destinado à investigação fundamental. Provém tal desequilíbrio do facto de uma das principais fontes de financiamento dos centros de investigação universitários ser assegurada, não só por fundos europeus e pelo orçamento do estado ou de algumas organizações filantrópicas, mas também pelo investimento do tecido empresarial privado. Em contrapartida, este espera que, como retorno, a pesquisa seja programada em conjugação com as tecnologias mais avançadas, visando a produção de bens e serviços transaccionáveis no mercado. Por outras palavras, nos gabinetes e laboratórios adstritos ao ensino superior público, tanto a energia criativa indispensável à inovação, como também o imperativo pedagógico-didáctico de assegurar a polivalência na formação científica dos quadros superiores, podem correr sérios riscos de ser submetidos ao calendário ou às exigências de mecenas e patrocinadores ou, na hipótese optimista, ficar sobremaneira dependentes dos ritmos de produção e das finalidades lucrativas do mercado.

No confronto concorrencial com as ciências sociais e humanísticas, fica também patente a subalternização e o correspondente subfinanciamento destas, por

---

<sup>1</sup> *Nota biográfica:* Depois de estudos superiores nas Universidades de Lisboa, Heidelberg e Londres, João Almeida Flor obteve na Faculdade de Letras de Lisboa os graus académicos de Licenciatura, Mestrado, Doutoramento e Agregação, tendo sido provido na categoria de Professor Catedrático de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa. Director da revista científica *Anglo Saxónica* e do Centro de Estudos Anglisticos, é autor de vasta obra sobre língua, linguística, literatura e cultura inglesas do período moderno e contemporâneo, além de manifestar constante interesse pelas relações culturais anglo-portuguesas. Entre outras agremiações, é membro da Academia das Ciências, da Academia Portuguesa de História e da Sociedade Científica da Universidade Católica.

se considerar que cultivam saberes especulativos e, em lugar de conhecimentos científicos, produzem sobretudo ideologia, considerada matéria destituída de relevância económica imediata e insusceptível de figurar no elenco de bens e serviços contabilizados no PIB. Num sector caracterizado pelo baixo índice de empregabilidade dos seus diplomados, esta imagem negativa do estatuto socioeconómico e profissional das humanidades clássicas e modernas, induz uma situação anómala, na medida em que a pressão externa, exercida sobre os investigadores, os obriga a uma luta quotidiana para assegurar a sustentabilidade da pesquisa, da comunicação e da disseminação da sua especialidade.

A situação foi substancialmente agravada nas décadas que marcaram a transição do milénio, quando uma agenda de liberalismo desregulado e a instauração de uma cultura consumista vieram discriminar negativamente as humanidades, a ponto de algumas prestigiadas universidades europeias terem sido coagidas a desactivar unidades de ensino e investigação, como sucedeu nos Estudos Clássicos e em Filosofia. Com efeito, dada a reduzida popularidade, a escassa procura estudantil e a consequente redução de receitas, diversos departamentos tornaram-se deficitários, anomalia que levou os decisores políticos a canalizar o investimento para outros sectores educativos menos dispendiosos e, a curto prazo, mais promissores.

Por conseguinte, em nossos dias, afigura-se aconselhável reflectir sobre a função instrumental ou pragmática dos estudos humanísticos, no contexto de uma indagação acerca do valor económico da educação, da cultura e das suas actividades conexas. A propósito, é frequente escutar a opinião sensata dos que, entre nós, reivindicam o regresso das humanidades, depois da longa ausência forçada pelas vicissitudes da história recente. Será, certamente, motivo do máximo regozijo se (e quando) presenciarmos o ressurgimento e a actualização dos pressupostos, dos objectivos, dos temas e dos métodos que, de um modo ou de outro, cumpriram durante séculos o desiderato central da formação do espírito crítico, consubstanciado na interrogação heurística, exegética e hermenêutica acerca do sentido do homem, das palavras e das coisas. Ainda assim, julgamos tal regresso das humanidades incompleto, a menos que se registre o nosso próprio regresso às humanidades, numa dinâmica pró-activa que as converta em catalisadores de sinergias multidisciplinares, capazes de agregar outras ciências que com elas se cruzem e cumpram projectos concertados de intercâmbio científico.

Chegados a este ponto, convirá enunciar dois dos objectivos orientadores da nossa reflexão.

Em primeiro lugar, pretendemos sugerir como, no contexto das humanidades modernas, os estudos literários podem contribuir para mitigar o individualismo exacerbado que condiciona a sociedade hedonista e laicizada do nosso tempo, em

boa parte regida pelo desmedido orgulho na autossuficiência do sujeito. Tal convicção ameaça menosprezar e corroer valores como a solidariedade, a interdependência e a compaixão, imprescindíveis na construção de uma sociedade de confiança recíproca ou, se quisermos, de uma ampla comunidade de afectos.

Em segundo lugar, pretendemos sublinhar a relevância social das humanidades, factor que constitui mais um argumento ponderoso para, junto dos gestores de I&D, defender o futuro das humanidades, cujo financiamento deverá ser considerado autêntico investimento social não reprodutivo. Não admira, pois, que sendo uma fonte promotora de desenvolvimento socioeconómico no sector público, a investigação humanística desenvolva uma acção científico-cultural insusceptível de assegurar o seu autofinanciamento ou sequer uma receita imediata e directa para cobrir os custos de produção.

Na impossibilidade manifesta de comentar todas as questões aqui explicitadas, tal como as muitas que deixamos implícitas, impõe-se seleccionar uma temática que possa evocar orientações gerais, a desenvolver no futuro, por um elenco de humanidades novas ou, pelo menos, radicalmente renovadas. Ora, uma vez que foi salientada a vantagem do relacionamento entre si de várias disciplinas afins, escolheremos o caso da aplicação e utilidade prática das humanidades, através da singular convergência da leitura literária com a prestação de cuidados de saúde. Falamos, então, da possibilidade de um duplo relacionamento da Medicina com a Literatura, se esta for considerada, quer como coadjuvante terapêutico ou paliativo, quer como reservatório de valores éticos e estéticos, necessários à formação de (para)médicos e outros profissionais da saúde.

Notemos, antes de mais, que a comparência da Medicina na Literatura pode ser documentada de vários modos. Por exemplo, adoptando uma perspectiva diacrónica e comparatista, e observando como, nos dois últimos séculos, a ficção narrativa europeia representou e problematizou o percurso individual de saúde-doença-morte. Para este efeito, justifica-se e impõe-se a leitura relacional de textos de Tolstoi (*A Morte de Ivan Illich*), Thomas Mann (*A Montanha Mágica*), Camilo José Cela (*Pabellón de Reposo*), Fernando Namora (*Domingo à Tarde*), José Rodrigues Miguéis (*Um Homem Sorri à Morte com Meia Cara*), José Cardoso Pires (*De Profundis*), António Lobo Antunes (*Sóbolos Rios*).

A seguir, em termos de focalização, interessaria ultrapassar o nível do paciente individual e comentar o vastíssimo subsistema literário e ficcional onde se arquivam o comportamento e as reacções colectivas de toda uma população, exposta aos riscos das grandes epidemias da história, como sejam a lepra, a peste bubónica, o tifo, a varíola, a difteria, a tuberculose, a gripe pneumónica, o cancro, a sida.

Se, entre todas as categorias, escolhermos uma patologia epidémica, considerada *morbus* por excelência ou por antonomásia, como será o caso da peste bubónica ou da tuberculose, poderemos reunir um elenco de autores que dela se ocupam, em narrativas de variável extensão. Sirvam de exemplos Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*), Sófocles (*Rei Édipo*), Boccaccio (*Decameron*), Daniel Defoe (*A Journal of the Plague Year*), Mary Shelley (*The Last Man*), Almeida Garrett (*Frei Luís de Sousa*), Alexander Pushkin (*Banquete em Tempos de Peste*) Chateaubriand (*Mémoires d'outre Tombe*), Alexandre Dumas, fils (*La Dame aux Camélias*), Victor Hugo (*Os Miseráveis*), Thomas Mann (*Morte em Veneza*), Dostoievski (*Crime e Castigo*), Vitorino Nemésio (*Mau Tempo no Canal*), Albert Camus (*La Peste*), Gabriel Garcia Márquez (*Amor em Tempo de Cólera*), Alexander Soljenitzin (*Pavilhão dos Cancerosos*), José Saramago (*Ensaio sobre a Cegueira*).

Globalmente considerado, o valor testemunhal das narrativas que tematizam essas enfermidades advém do facto de assentarem num repertório de dados históricos e estatísticos. Na verdade, apoiados na base factual constante das crónicas coevas, os textos literários documentam amiúde a morbilidade e a mortalidade, a sintomatologia, a semiologia, a diagnose, a perplexidade inicial dos clínicos, a inexistência de terapêutica adequada, as propostas frustradas de profilaxia, etc.

A par dessa função informativa, a literatura regista igualmente os efeitos morais do pathos que, com frequência, determina mutações de conduta, à medida em que as vítimas passam da revolta, à indiferença e à resignação. Acrescem ainda o declínio moral e a crise demográfica concomitante, derivada da elevadíssima taxa de óbitos, durante uma destruição aleatória da humanidade que induz a convicção de os infortúnios do destino gozarem de ilimitado poder. Para completar o quadro, perante a irracionalidade inescapável da morte-em-vida, os pacientes ganham uma percepção clara dos sentidos do seu passado, sofrem os tormentos da marginalização e da exclusão social e, por vezes, (no caso de minorias desenquadradas) têm mesmo de expiar supostas culpas na propagação do surto epidémico que, infrene, se vai arrastando.

Na sua totalidade ou parcialmente, as obras literárias já citadas centram atenções em doenças infecto-contagiosas cuja prevalência pode assumir a forma de endemias, epidemias e pandemias ou, em alternativa, avaliam a exemplaridade de uma única personagem/protagonista, coagida a recorrer aos cuidados sanitários da comunidade de acolhimento. Além de tudo o mais, com muita frequência, a narrativa literária textualiza a doença, quer como imagem, motivo, tema, símbolo ou alegoria, quer como emblema da desordem natural, da corrupção generalizada ou da própria vida, enquanto perigoso labirinto de enredos fatais. Em qualquer caso a compaixão das outras personagens (ou do leitor) é despertada pela dor pungente, física ou moral, pois decorre de um protótipo de sofrimento humano ou de

catástrofe natural que, noutro plano, são homólogos das disfunções, assimetrias e injustiças sociais, ocorridas na vida quotidiana.

Por seu turno, a adopção da perspectiva diacrónica e transnacional da literatura permite entender como tem evoluído a prática clínica até aos nossos dias e os seus efeitos nas relações humanas.

Assim, por exemplo, durante o século XIX e até meados do XX, a ficção narrativa mencionava como o diagnóstico era antecedido pela observação médica e imediata do paciente. Ritualmente, o clínico recolhia dados empíricos e concedia lugar de relevo à avaliação sensorial, pelo uso do estetoscópio, da observação dos reflexos somáticos com martelo neurológico, a observação de excreções (urinas, fezes), a percussão torácica digito-digital, a palpação abdominal, o exame da língua, a inspecção da conjuntiva, etc.

Em contraste com metodologia quase artesanal, desde meados do século XX, e na sequência da II Guerra Mundial, a doutrina económica inspiradora dos trabalhistas britânicos transferia a saúde para as atribuições do Estado-Providência, ou seja, considerava-a como um bem social que deveria ser intervencionado e regulado pelo poder político, que garantisse a universalidade e gratuidade do acesso ao NHS. Três décadas depois, também a Constituição portuguesa de 1976 instituiu o SNS, entretanto já adoptado por vários países europeus mas, com o decorrer do tempo, o custo do dispositivo foi evoluindo de “gratuito” para “tendencialmente gratuito” e mais tarde para “insustentavelmente gratuito”, numa situação dita deficitária, agravada pela crise económico-financeira na primeira década do século XXI.

Foram deletérios os efeitos dessa profunda depressão que veio instalar a descrença no estatuto da saúde enquanto "serviço público", em parte substituído pelo princípio do utilizador-pagador. Assim também se degradou a designação tradicional de "enfermo" e testemunhámos o recurso aos seus pseudo-sinónimos "paciente>doente>cliente> consumidor>utente", que mal disfarçam a sobrecarga burocraticamente deshumanizante que se abateu sobre o sistema, introduzindo nele uma cultura de gestão e aplicando na saúde pública uma lógica empresarial. Em resultado, enquanto condicionavam a autonomia profissional e administrativa do médico, os gestores negociaram acordos e protocolos com entidades colectivas privadas, calcularam com rigor as despesas prioritárias e as relações custo-benefício, sugeriram a redução do tempo de internamento pelo recurso ao ambulatório e aprovaram listas de prioridade na dispensa de medicamentos aos doentes, de modo a discriminar positivamente os que ainda pertencem à faixa etária produtiva.

Curiosamente, esta redução de despesas coexiste, no tempo, com a necessidade urgente de vultuosos investimentos em todos os sectores da saúde, para

acompanhar o ritmo acelerado da inovação tecnológica. Com efeito, para além dos exames tradicionais e auxiliares de diagnóstico, como sejam as análises clínicas, os Raios X, os electrocardiogramas e electroencefalogramas, importa ter presente na actualidade o elevado preço do equipamento necessário para, no domínio da imagiologia, por exemplo, usar técnicas digitais que viabilizam endoscopias, ecografias, angiografias, tomografias axiais computadorizadas, osteodensitometrias ou ressonâncias magnéticas.

No entanto, parece legítimo perguntar até que ponto se deverá considerar que a representação mediata e virtual de patologias, através de registo numa colecção de películas, de CDs ou de outros meios (áudio)visuais constitui, efectivamente, um objecto correlativo da frágil condição do paciente. Por analogia, sabemos que existe sempre apreciável distância entre a história clínica baseada na anamnese e as memórias autobiográficas de qualquer pessoa; a primeira define uma identidade truncada em que o sujeito não se reconhece plenamente porque nessa imagem construída faltam o temor, a ansiedade, a angústia, isto é, a noção dramática daquela vulnerabilidade e impotência que acompanham a sua morbidez.

A situação agrava-se quando verificamos que, por via de regra, a duração de uma consulta se revela insuficiente para promover o diálogo interactivo do doente e médico. Nos casos mais críticos, esta lacuna poderá ser colmatada mediante o trabalho de uma equipa multidisciplinar que inclua um psiquiatra ou um psicólogo, capazes de intervir no esclarecimento de eventuais factores patogénicos ligados ao contexto pessoal, familiar ou profissional do doente.

Continuando a traçar o registo panorâmico da medicina actual onde avultam aspectos menos positivos que exigem solução cabal e expedita, valerá ainda a pena formular interrogativamente uma dúvida problemática. Perguntamos se a tendência para a hiperespecialização que leva um médico a dedicar-se em exclusivo ao estudo nosológico e ao tratamento clínico ou cirúrgico de um sistema, de um aparelho ou de um órgão do corpo humano não causará a perda em extensão do que se ganha em profundidade. Por outras palavras, na estrutura curricular de qualquer profissional da saúde, será que se encontra completamente salvaguardada a formação generalista, complementar da diferenciação, de forma a impedir que o conhecimento fragmentário, cultivado pelo micro-especialismo, se sobreponha à visão englobante e holística das disfunções orgânicas?

É certo que uma geração relativamente recente de profissionais tem procurado corrigir as distorções mais graves do modelo de saúde pública vigente entre nós, divulgando convicções e pressupostos bioéticos que visam prestar uma assistência personalizada e adequada à individualidade singular do paciente. Na verdade, a convicção de que só faz pleno sentido conhecer a doença do doente, quando se conhece o doente portador da doença, aponta o caminho para a

(re)humanização da medicina tradicional, através do respeito, da proximidade e do afecto individual. Poderemos mesmo dizer que se tratará de integrar plenamente, na formação profissional, o valor humanitário e terapêutico da solidariedade, da empatia e da assimilação da dor alheia. Entre os testemunhos centrais desta posição moderna, seleccionamos palavras de João Lobo Antunes que sequencialmente foi médico, professor e paciente:

"(...) embora se inventem cada vez mais modos de tratar, não se descobriu ainda a forma de aliviar o sofrimento sem simpatia ou compaixão."

Como será óbvio, esta permanente disponibilidade compassiva para com o outro quase sempre provoca tal erosão no cuidador profissional que, para sobreviver incólume, ele desenvolve geralmente estratégias de distanciamento, de resguardo ou mesmo de dessensibilização comedida, que não deverá confundir-se com indiferença.

Na presente exposição, atingimos agora o momento de inquirir que papel caberá às humanidades literárias no conseguimento do objectivo indicado para renovação dos cuidados de saúde.

Num primeiro nível, diremos que a criação, a manutenção ou a intensificação dos hábitos de leitura literária pode constituir, de facto, um coadjuvante terapêutico relevante. Para tal efeito, ler ou ouvir ler não servirá para colher e articular informações sobre personagens, tempo narrativo, descrição espacial, contexto cultural, estruturação interna do texto, como é hábito do crítico, do historiador ou do professor de literatura. Em vez disso, ler servirá, antes, para facultar ao paciente o alargamento da sua capacidade de autognose, buscando ou construindo os sentidos que podem ordenar as suas experiências de sofrimento e, se possível, organizá-las como modos de inteligibilidade do (seu) mundo, atribuindo-lhes um significado teleológico. De harmonia com esta noção, julgamos lícito e adequado transpor para o nosso argumento a seguinte opinião de Todorov, expressa em *La Littérature en Péril*, --- se o objecto da literatura é a própria condição humana, quem a lê e entende não se tornará especialista em análise literária, mas sim um conhecedor do ser humano.

Num segundo nível, salientemos que, desde os inícios do século, uma geração de clínicos (sobretudo internistas, oncologistas, intensivistas e paliativistas) tem vindo a praticar, difundir e ensinar a chamada Medicina Narrativa que, na generalidade, definem como a medicina praticada com a competência narrativa necessária para reconhecer, absorver, interpretar e ficar emocionalmente sensibilizado com as histórias da doença.

De inspiração anglo-americana, embora com variantes correspondentes às especificidades culturais, o movimento adquiriu já amplitude transnacional, e, com o apoio da FCT, encontra-se em fase de implantação e consolidação no nosso país. Nesse campo, deve registrar-se a importância dos cursos de pós-graduação e, sobretudo, da pesquisa conjunta de um grupo alargado de investigadores das Faculdades de Letras, de Medicina, de Farmácia, de Psicologia e do ISCTE das Universidades de Lisboa e Coimbra, do Centro de Estudos Anglísticos e do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, do CHAM e do IELT da Universidade Nova de Lisboa e ainda da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Prestigiadas instituições internacionais como Columbia University, King's College London, o Laboratoire Médicale de l'Université Paris-Descartes e o ISTUD de Milão têm prestado igualmente estreita colaboração a este projecto de I&D.

Tratar-se-á, no fundo, de desenvolver uma acção de sentido humanitário, ao adoptar uma atitude comunicacional centrada na pessoa do paciente, escutando, analisando e manifestando solidariedade com as suas narrativas. Para tanto, será fundamental que, na formação inicial e contínua do médico e/ou do enfermeiro, sejam incorporados uma reflexão teórica sobre o fenómeno da mimese e o exercício prático e quotidiano da empatia, capacidade imitativa de identificação com, ou de assimilação ao outro, fenómenos bem conhecidos de quantos se ocupam da leitura literária e recordam a importância fulcral que a *Poética* de Aristóteles lhe atribui na experiência catártica do trágico.

Para além de procurar assumir o Eu dos Outros, partilhando o sofrimento físico ou moral, a intersecção da medicina com a leitura literária determina que o discurso narrativo do doente deva ser recepcionado pelo médico, à luz da exegese e da hermenêutica textuais. Essas disciplinas, professadas nas escolas de humanidades, desempenham *ipso facto* função não despreciable no ensino das ciências da saúde e na formação profissional dos seus agentes.

Com efeito, a narrativa desenrolada pelo paciente constitui um enunciado valorizável através da interacção do narrador, do narratário, da diegese, da estruturação, da focalização, enfim dos conceitos e instrumentos desenvolvidos pela moderna narratologia e pela teoria da comunicação. Ou seja, por um lado, os profissionais da nova medicina precisam de saber ler, interpretar e até produzir textos que expressem o ponto de vista próprio ou alheio e, por outro lado, devem aperfeiçoar as aptidões e competências que lhes permitam identificar a densidade semântica dos termos usados pelo doente, bem como o sentido de quaisquer hesitações, pausas, silêncios e gestos. De novo nos deparamos com a importância de aprender a alteridade pelo afecto, através de um movimento que apeteceria designar por "outrificação", quer dizer, aquele processo de transmutação identitária

que, como Camões sabia, transforma o amador na coisa amada, por virtude do muito imaginar.

Prestes a encerrar a exposição, regressamos ao ponto de partida, para dar duas respostas às inquietações actuais sobre a pertinência e a função social das humanidades literárias. Primeiro, o reconhecimento actual da valência humanitária das humanidades modernas pode e deve ser reivindicado junto das autoridades competentes, por forma a introduzir profunda revisão nos modos de prestação dos cuidados de saúde. Segundo, no argumentário dos Centros de I&D, o alcance socioeconómico desta valia adicional pode (e deverá) ser usado como fundamento para a concessão de patrocínio financeiro alargado às actividades de pesquisa, nessa encruzilhada de áreas científicas a que chamamos humanidades literárias.

Terminamos a intervenção, citando mais um apontamento luminoso desse Professor de Neurociências que foi João Lobo Antunes, autêntica voz do que esperamos seja o nosso futuro:

"(...) a visão redutora e mecanicista da medicina moderna não é satisfatória. É por isso legítimo falar de uma ética de sentimentos onde cabem a decência, a amabilidade, a empatia, a devoção, o serviço, a generosidade, o altruísmo, o sacrifício e – porque não mencioná-lo? – o amor ao próximo."

## RESUMO

Tal como acontece no caso dos saberes ditos exactos, julgamos ser importante e urgente recuperar materiais dispersos e promover uma autêntica aliança estratégica entre vários ramos do conhecimento, para elucidar a complexa problemática do nosso objecto de estudo. Propomos, com efeito, um esforço conjunto que vise observar de perto o sentido das relações entre os estudos de tradução e o mercado editorial e o modo como reciprocamente eles se condicionam. Prestamos, depois, atenção ao conceito de literacia cultural em tradução e aos principais aspectos de sua evolução contemporânea, bem como às dificuldades inerentes à definição do termo filologia. Além disso, conviria corrigir a existência de múltiplos saberes conexos, a fim de favorecer metodologias unificantes, que possam interpretar aspectos tão variados, como os efeitos da censura no acesso aos discursos culturais ou a posição relativa das várias literaturas perante a constituição de um *corpus* literário globalizado.

## ABSTRACT

As in the case of the so-called hard sciences, we think it would be both important and urgent to gather scattered materials, so as to promote a true strategic alliance between several branches of knowledge, which would certainly bring about a better understanding of our object of study. In effect we propose a common effort in order to observe closely the relationship between translation studies, the publishing market and their reciprocal interchange. Then we follow the concept of cultural literacy within translation, bearing in mind the main aspects of its contemporary development as well as the problems involved in any definition of philology as a literary term. Besides it would be appropriate to correct the existence of many connected fields of study so as to favour the existence of unifying methodologies that can interpret varied aspects of life, such as the effects of censorship upon the access to cultural discourse or the relative position of national literatures when faced with a globalized literary corpus.



**SHERWOOD ANDERSON'S "THE BOOK OF THE  
GROTESQUE"— REWRITING THE STORY IN THE  
MARGIN**

|



*Sherwood Anderson*

**ANA PAULA MACHADO  
UNIVERSIDADE ABERTA**

**O**ld age. The physical body fails and man gets ready for the next stage. The heart flutters and he looks at Nature around him to see how it renews itself and how the cycles follow an eternal pattern.

Outside, the trees stand in their majesty through the seasons. They are either thick and lush with leaves and birds' nests or they look sad and desolate – reminders of a springtime once had. Dark and hard against the softness of the winter's snow. They look dead and bring to mind human beings approaching the last phase of their lives. Yet, their life force has merely withdrawn underground, and it stays at the level of their roots, hidden, buried deep beneath the earth, and it keeps feeding the dead-looking trunk and branches inconspicuously, waiting for the next season to come, to flourish into green leaves and blossom once again. It all just lies secretly underground, seemingly dying or dead (to the senses), yet alive, full of vitality and vigour beneath the surface.

Thus the old man, in the winter of his life, wanted to contemplate the eternal life cycles outside his window, because something inside him was altogether young<sup>i</sup> - it was like a baby, a youth, or a young woman dressed as a knight. He carried something charged with life force buried deep within him, like a pregnant woman carries a child in the secrecy of her womb, or a tree holds the germ of spring in the

---

<sup>1</sup> **BIO NOTE:** Ana Paula Machado é doutorada em Estudos Ingleses e Americanos pela Universidade Aberta; Mestre em Estudos Americanos pela Universidade Aberta; fez uma Pós-Graduação em Literatura Inglesa na Universidade de Adelaide, Austrália do Sul; Licenciada em Filologia Germânica – Ramo Anglístico, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. As suas áreas de interesse e investigação situam-se no Ensino de Inglês como Língua Estrangeira, Ensino de Inglês para Fins Específicos, Estudos Europeus, Estudos Índios e Estudos Canadianos. Foi bolseira da FLAD e do International Council for Canadian Studies, em várias ocasiões, tendo efectuado pesquisa nas Universidades de: Denver, Arizona, Trent (Ontário), entre outras. Participou em múltiplos congressos internacionais e nacionais, na área de Estudos Índios/Estudos Canadianos. É autora de artigos nessas áreas em publicações universitárias nacionais e internacionais. Colaborou em projectos de investigação no Laboratório em Ensino a Distância da Universidade Aberta e no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa.

secrecy of its roots – it was the promise of renewal buried deep within the old man, as in the pregnant woman and the tree.

Strange indeed that it was a young woman dressed as a knight that dwelt inside the old man... He seemed to carry within him someone of the opposite sex ... perhaps what he had spent half his life searching for, and that was within him all along! And this maiden was clad as a knight! She combined the image or archetype of the fair maiden, the virgin, with that of a knight ...Perhaps she had to undergo many fights, many battles, against the dragons of daily existence to defend her unmarred beauty. She had to protect herself from being wounded and devoured by the dragon of physical decrepitude and mental grotesqueness.

In the twilight of his days and in the twilight of his consciousness, the old man starts reviewing his life in a way hitherto unknown to him, because in the twilight of rationality, another capacity lurks and takes over, just as in the twilight of life, death gives a different meaning to one's existence and shows it in a hue that one has never – or hardly ever – been conscious of. One stands on the threshold between two dimensions and can see in either direction.

It is into this misty zone that the old man wanders – the world of dreams, of visions, of myth – a realm so often sensed by us as being interwoven with our common daily living, but usually only encountered at night during sleep.

So, the old writer, who thought he knew people so intimately, sees a procession of all those beings he had known unfold before his eyes under a new light, led by the young woman inside him. The promise of youth, life, and love within him, his elixir of eternal life makes him see how all the people he had known had become grotesque, distorted out of shape and ludicrous.

The explanation of the grotesqueness of people takes us to a primeval time, the mythic times of the beginning of the world and to the state of consciousness permeating existence before the Fall.

Everything then was beautiful, everything of value, and so were all the truths that were all about. Nothing was excluded in favour of anything else. There were no distinctions, no split, no separation and duality, no conflict between good and evil; everything encompassed everything else, even its seemingly opposites, holistically: "There was the truth of virginity and the truth of passion, the truth of wealth and of poverty, of thrift and of profligacy, of carelessness and of abandon."<sup>ii</sup> It was the Garden of Eden, when all was a promise, all possible. When Adam and Eve ate of the fruit of the tree of knowledge, they knew good as distinct from evil. Reason, the seat

of knowledge, took them to see things as separate, to grab the truths, taking them out of their context, breaking the whole pattern of life, creating a rupture in the woven fabric of reality. Suddenly seeing themselves as naked, they created the separation and the conflict between them and the environment, and between good and evil, "snatching" one or two of the truths, and losing their sense of oneness with all, their holistic communion with the universe and reality. They became grotesque, distant from their original Edenic state.

The same thing happened to the people the writer had known. They became untrue, false, and grotesque, by following or identifying with one or a few truths, tearing them out of their woven fabric. Doing that is just as false as to affirm that only the night is real and not the day, or the other way around, or that only one aspect of life is real or valid, denying its opposite, and anything else...

The young thing, or the woman within the old writer saved him from becoming grotesque, because youth and love take in, embrace all life and do not permit aging, fossilization, and stagnation. Youth has vigour and moves on, women are prone to feel and sense things intensely and, on the contrary, old age tends to stay, to become hardened, to keep to its truths, to stagnate.

Learned people, in their turn, also tend to cling to their own little truths, and to develop contempt for the others. Common people are seen as less grotesque, as they tend to be less conceited and more tolerant and compassionate towards other people's truths.

The old man never published his Book of the Grotesque, because what is left unsaid is more powerful and less grotesque than what is said. Words tend to distort reality and render just one side of it. When we read a story, what lies hidden between the lines is as important as what is actually written – if not more – to the full understanding of it. The old man did not want to become a grotesque, so his book was left unpublished, his words unread...

Reality can only be grasped through piercing the meshes of the rational mind. Silence, symbol, myth are the only ways of conveying existence in its whole, its totality. Ritual, contemplation, mysticism are the means to experience it. The hero of this saga will have to be like the young maiden-knight, to subdue the dragon of illusion.

And as for me, I had better refrain from overindulging in words, lest I become a grotesque myself...

"My life has been the poem I would have writ,  
but I could not both live and utter it."

Henry David Thoreau<sup>iii</sup>

#### BIBLIOGRAPHY:

ANDERSON, Sherwood, *Winesburg, Ohio-A Group of Tales of Ohio Small Town Life*, New York, NY: B. W. Huebsch, 1919.

JUNG, Carl G., *Man and his Symbols*, London: Aldus Books, 1964.

- "Psychology and Literature", (1930), *C W*, Vol. 15.
- *The Spirit in Man, Art, and Literature*, trad. R. F. C. Hull, Princeton: U P, 1972, (1966).

KERÉNYI, C., *Essays on a Science of Mythology: The Myth of the Divine Child and the Mysteries of Eleusis*, New Jersey: Princeton University Press, 1993 (1941).

----- "The Role of the Unconscious", (1918), *The Collected Works*, Vol. 10.

----- "The Meaning of Psychology for Modern Man", (1933), *C W*, Vol. 10.

THOREAU, Henry David, *A Week on the Concord and Merrimack Rivers*, N.Y.: Dover Thrift Editions, 2001 [1849].

#### WEBGRAPHY:

Anderson, Sherwood, "The Book of the Grotesque":

<https://www.bartleby.com/156/1.html>

#### ABSTRACT

This essay is an attempt at rewriting Sherwood Anderson's somewhat enigmatic short story from a mythological and Jungian perspective. It is an expression of the thoughts inspired by the story, and a possible interpretation of the author's original words.

---

<sup>i</sup> Sherwood Anderson, *The Book of the Grotesque*. 2.

<sup>ii</sup> *Id. Ibid.*, 4.

<sup>iii</sup> Henry David Thoreau, *A Week on the Concord and Merrimack Rivers*, 223.



**REFORMA: O TEMPO DE ESPERA PARA A MORTE?!**



**JOANA CRISTINA NOVAIS CARNEIRO PINTO**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**“A única razão que o deve levar a reformar-se é ter alguma coisa que ambicione fazer e que prefira ao que presentemente faz.”**

**George Burns (1896-1996)**

### **O papel profissional**

**N**o dia-a-dia, utilizam-se os conceitos de trabalho, emprego, profissão e carreira como se fossem sinónimos, quando na realidade são bastante distintos. O trabalho diz respeito ao conjunto de tarefas remuneradas e não-remuneradas (trabalho voluntário, ocupação) que a pessoa desempenha a cada dia, nos diferentes contextos e palcos de vida em que se move.

O emprego, por sua vez, envolve o trabalho que se desenvolve geralmente por conta de outrem, com quem se tem um vínculo formal, e que garante um salário e alguma estabilidade, em troca de energia, empenho, dedicação, produtividade e competitividade. Incluem-se também nesta definição as situações de autoemprego. A profissão é o conjunto de actividades semelhantes que se desempenha em diferentes instituições de trabalho, e que inserem a pessoa dentro de um grupo profissional, acerca do qual a sociedade tem determinadas expectativas. O exercício de uma profissão exige cada vez mais a capacidade da pessoa se metamorfosear (isto é, de ser mais versátil, flexível, dinâmica, e adaptável) para lidar com um mundo em constante mudança.

Finalmente, a carreira engloba tudo o que acontece ao longo do ciclo de vida (desde a infância até à velhice), especificamente a importância, tempo, energia, e esforço, atribuídos aos diferentes papéis de vida (e.g., familiar, académico,

---

<sup>1</sup> **NOTA BIOGRÁFICA:** Joana Carneiro Pinto, Professora Auxiliar Convidada da FCH. Licenciou-se e doutorou-se em Psicologia, especialização Psicologia Vocacional, com a tese "Gestão Pessoal da Carreira: estudo de um modelo de intervenção psicológica com bolsiros de investigação", respeitante a um tema que se encontra na transição entre a psicologia vocacional e a psicologia social e das organizações. Lecciona UC's, entre outras, de desenvolvimento de competências académicas e profissionais, metodologias de investigação científica, psicométrica, avaliação psicológica e psicologia da aprendizagem. Exerceu funções docentes também na Universidade do Minho, e do ISLA. Tem experiência de trabalho no âmbito da avaliação e intervenção com crianças, adolescentes, jovens adultos e adultos, em dois centros de psicologia aplicada. Investigadora em projectos de investigação relacionados com o bem-estar e os projectos de vida, a avaliação de necessidades e da eficácia das intervenções psicológicas em contextos institucionais e as metodologias de investigação científica.

profissional, social, lazer, doméstico, cidadania), e onde obviamente se inclui o papel profissional.

O papel profissional preenche um conjunto diversificado de funções na vida humana. Por um lado, confere um sentido de identidade (Barros de Oliveira, 2008). É bastante comum que a maioria das pessoas se apresente explicitando a sua profissão e/ou contexto de trabalho, como se o facto de estarem inseridas numa determinada categoria profissional (isto é, serem advogadas, jornalistas, padeiras, ou farmacêuticas), permitisse à sociedade gerir expectativas em relação às suas características, comportamentos, atitudes, crenças e valores. Por outro lado, favorece um sentido de utilidade e de significado na vida (Ferreira, 2008). O facto de a pessoa fazer parte da população activa permite-lhe ter um sentimento de criação de valor para a sociedade, associados à satisfação das suas necessidades de autorrealização, poder, prestígio, dinheiro, e afiliação (Sousa, 2006). A adicionar a isto, a vida profissional confere ainda um sentido de estruturação relacional e de organização da vida diária (Neto, 2010), ocupando cerca de metade do tempo que a pessoa está em vigília, e servindo de ponto de partida para a organização de todas as restantes atividades/tarefas/trabalhos.

Considerando a pertinência que a vida profissional ocupa na nossa carreira/vida, compreende-se a dificuldade que muitas pessoas têm em vivenciar o período de transição de uma vida profissional produtiva para uma situação de reforma. A literatura tem referido que esta transição é, em cerca de dois terços dos casos, antecipada como uma mudança negativa, marcada pela insatisfação e desprazer (Fortaleza & Prieto, 1994), e em que a pessoa abdica não só de um conjunto de oportunidades de sucesso e desenvolvimento mas, em última instância, de uma parte de si.

#### O idoso em contexto de trabalho

Os trabalhadores com mais idade (considerados habitualmente entre os 50 e os 65 anos) são geralmente percebidos dentro das organizações como tendo um conjunto de défices, ao nível da adaptabilidade e versatilidade face à mudança, aprendizagem de novos conhecimentos e competências (particularmente no que respeita as novas tecnologias), motivação e entusiasmo, flexibilidade, trabalho sob pressão, produtividade, eficácia no desempenho, criatividade e inovação, entre outros (Arnold, 1997; Beehr & Bowling, 2002; Greenhaus, Callanan & Godshalk, 2010; Heidjen, Lange, Demerouti, & Heidje, 2009; Keene, 2006; Peterson & Murphy, 2010). Estas ideias, que na realidade não passam de estereótipos sem qualquer comprovação científica (Kluge & Krings, 2008; Scidurlo, 2006), têm tido um efeito nefasto na forma como as organizações lidam com os seus trabalhadores de mais idade.

Esta situação discriminatória é uma barreira para o envelhecimento activo, estando a traduzir-se num completo desinvestimento no desenvolvimento de

estratégias e oportunidades direccionadas para este grupo específico (Peterson & Murphy, 2010; Van Dalen *et al.*, 2009). A ideia de que este grupo de trabalhadores representa mais encargos do que benefícios para a organização, é ainda justificada pelos elevados salários que estão geralmente associados às pessoas em final de carreira, e que as organizações facilmente resolvem a partir da contratação de jovens recém-licenciados, que se apresentam como mão-de-obra mais barata (Greenhaus *et al.*, 2010).

É um facto adquirido que algumas capacidades físicas tais como, a visão e a audição se encontram diminuídas nestes trabalhadores; e, muitas vezes, a saúde física (e.g., aparecimento de cancro) e/ou mental (e.g., depressão), assim como novos encargos familiares (e.g., tomar conta dos netos, tomar conta de um cônjuge doente) podem, eventualmente, interferir com o trabalho desenvolvido por estes trabalhadores com mais idade. No entanto, é importante salientar que as mudanças cognitivas que se registam durante este período de vida não são assim tão significativas que justifiquem os estereótipos anteriormente indicados.

A título de exemplo, salientam-se os estudos em que se verificou que as capacidades verbais, de leitura, e de escrita, a capacidade de processamento de informação, a capacidade de memorização de informação, e a criatividade, se mantêm, na maior parte das vezes inalteradas (Greenhaus *et al.*, 2010; Keene, 2006; Radvansky, Zwaan, Curiel & Copeland, 2001), existindo diferenças de carácter qualitativo em relação a pessoas mais novas, que seriam facilmente ultrapassadas mediante situações de estimulação sensorial, intelectual, cognitiva e técnica (Arnold, 1997; Lange, Yperen, Heijden, & Bal, 2010; Schaie, 2000).

Além disso, cada vez mais os estudos demonstram que estes trabalhadores mais idosos apresentam níveis mais elevados de dedicação, comprometimento, experiência, responsabilidade, lealdade, e atitudes sérias face ao trabalho, e níveis menores de absentismo (Peterson & Spikes, 2005; Van Dalen *et al.*, 2009).

#### A reforma no ciclo de vida

A reforma é um processo multifacetado, que geralmente ocorre após muitos anos de dedicação à vida profissional (40, 50 ou 60 anos), seja no contexto de uma ou de várias organizações (Greenhaus *et al.*, 2010). Em alguns casos, ocorre mais precocemente no ciclo de vida (pré-reforma), associada a situações inesperadas de doença ou de insatisfação com o trabalho (Beehr & Bowling, 2002; Collins, 2006). A transição para a reforma pode ocorrer sustentada num conjunto de factores individuais, profissionais e organizacionais (Wang, Adams, Beehr, & Shultz, 2009), por iniciativa do trabalhador e/ou da organização, que decidem a cessação da relação contratual que os uniu até então, assegurando que um conjunto de benefícios (e.g., económicos) serão mantidos no período de reforma.

Este termo da relação profissional pode ocorrer de forma antecipada ou de forma mais inesperada. Em qualquer um dos casos, os sentidos de identidade,

utilidade/significado, e organização/estrutura associados ao papel profissional são, muitas vezes, questionados aquando da transição e adaptação à reforma.

Na literatura vocacional, considera-se que a carreira se desenha, constrói, desenvolve, e gere ao longo de toda a vida, numa sequência de fases, caracterizadas por um conjunto de etapas, e respetivas tarefas. Apesar de hoje em dia se pensar que estes modelos desenvolvimentistas assentam, erradamente, nos pressupostos da uniformidade e previsibilidade das carreiras, eles permitem ter um enquadramento para a compreensão das experiências e vivências associadas a cada fase de vida (Feldman, 2006; Greenhaus *et al.*, 2010), e sustentar desse modo o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão pessoal e organizacional de carreira.

No caso particular do desenvolvimento vocacional dos idosos, as abordagens ao desenvolvimento da vida de Erikson (1963), e de Levinson e colaboradores (1978), apontam para um período que ocorre por volta dos 60-65 anos, e no qual as pessoas entram e vivenciam em pleno a sua maturidade tardia, tendo como principal tarefa aceitar o significado e limitações da sua vida (vs. entrar numa situação de desespero).

No que respeita o modelo normativo de desenvolvimento vocacional de Super (1980), as pessoas a partir dos 65 anos inserem-se na fase intitulada por “Declínio”. Esta fase encontra-se organizada em três etapas - Desaceleração, Preparação para a Reforma, e Reforma, - ao longo das quais existe uma maior preocupação com a preparação para a transição em si e para a sua vivência, nomeadamente no que respeita à redução da importância do papel profissional (Duarte, 1998), e uma nova configuração dos restantes papéis de vida (Super, Thompson & Lindeman, 1988), tais como, o familiar, social, de lazer, e de cidadania, tendo em vista a manutenção de um projecto de vida saudável e satisfatório (Arnold, 1997).

Mais recentemente, Greenhaus e colaboradores (2010) apresentaram um modelo de desenvolvimento de carreira, organizado em quatro estádios distintos. O último estádio, intitulado de “carreira tardia”, abrange o grupo de pessoas a partir dos 55 anos de idade. De acordo com os autores, as principais tarefas nesta etapa são, por um lado, manter níveis de dignidade, valor próprio, autoestima e produtividade adequados nos anos finais de contribuição para a organização; e, por outro, realizar uma preparação eficaz para a reforma, de modo a que o desinvestimento no papel profissional não seja tão devastador, e que os anos subsequentes sejam significativos.

Como se verifica, os diferentes autores alertam para o facto de esta ser uma etapa mais ou menos previsível do ciclo de vida, que está sujeita a interpretações singulares por cada pessoa (Bueno, Vega & Buz, 2004; Simões, 2006), e que à semelhança de outras etapas prévias, existe a necessidade de ser programada. Importa esclarecer que o planeamento e vivência de uma situação satisfatória de

reforma dependem de um determinismo recíproco entre os níveis micro (a pessoa), meso (o ambiente de trabalho), e macro (as circunstâncias mais situacionais, económicas, sociais).

#### A intervenção vocacional na reforma

Actualmente existem intervenções que visam apoiar as pessoas com diferentes necessidades, características, e backgrounds, nos diversos momentos do ciclo de vida. No entanto, as intervenções mais comuns direccionam-se para as crianças, os jovens, e os jovens adultos (Marchand, 2005), em momentos de transição e adaptação entre ciclos de escolaridade, entre empregos, entre períodos de escolaridade-emprego-escolaridade, ou mesmo de emprego-desemprego-emprego. Esta situação significa que as intervenções sistematizadas ao nível da reforma são ainda incomuns, contrariando o princípio básico de que a intervenção na carreira pode (e deve) ocorrer em qualquer fase do ciclo de vida (Schultz & Wang, 2008; Wang, Adams, Beehr, & Shultz, 2009).

No caso particular da transição para a reforma, esta etapa de vida pode ser experienciada como uma oportunidade ou uma ameaça (Ferreira, 2008) em função de vários factores. De um modo geral, as pessoas que a preparam antecipadamente e a realizam de forma voluntária, por motivos que excluem situações de doença ou insatisfação, que preveem de forma realista as consequências associadas à sua vivência (e.g., um plano de pensão adequado, maior dedicação a outros interesses e actividades), e que têm um forte sentido de autoeficácia (que não depende da vida profissional), têm uma maior probabilidade de vivenciar de forma positiva esta transição (Barros de Oliveira, 2008; Fernandes, 2008; Sousa, 2006).

A saída do mercado de trabalho leva à necessidade de a pessoa se repensar (Pereira, 2004), quer a si própria, quer na relação com os restantes papéis e contextos de vida. Alguns autores que trabalham no domínio da psicologia vocacional (e.g., Arnold, 1994; Greenhaus *et al.*, 2010) têm salientado que as intervenções ao nível da gestão de carreira podem ser bastante úteis para promover um sentido de *empowerment* no trabalhador idoso, dotando-o de um conjunto de ferramentas (estratégias e actividades, comportamentos e competências) que o tornem mais apto a gerir eficazmente a sua carreira no período de transição, adaptação e vivência plena de uma situação de reforma. Tal situação implica apoiar a pessoa na exploração de si própria e do mundo, na definição de objectivos, na implementação de planos de acção, e na monitorização e avaliação dos níveis de sucesso face à tomada de decisão e resolução de problemas no âmbito da sua carreira (Pinto, 2010).

Além disso, estas intervenções visam ainda promover uma visão positiva e realista acerca do futuro, mesmo quando a sociedade parece ter enraizada a crença de que a reforma é um período de grande aborrecimento, isolamento e solidão (Quaresma, 2008), enquanto se espera pela morte (Tomás, 2001).

Assim, os diversos autores que trabalham nesta área (e.g., Beehr, & Bowling, 2002; Collins, 2006; Feldman, 2006; Hutchens, 2006; LaRock, 2000; Scidurlo, 2006; Siegel & Rives, 1980) salientam a importância das intervenções de cariz preventivo e promocional, tendo em vista um apoio precoce à transição, assim como recomendam a sua continuação durante o período de vivência da reforma. Os programas de gestão de carreira neste âmbito deverão ter como objectivo primordial suavizar a transição entre o emprego a tempo-inteiro e a reforma a tempo inteiro, promovendo um sentido de continuidade, estabilidade, rotina, e segurança (Schultz, 2003). Seguindo as etapas de um processo de gestão de carreira (Greenhaus *et al.*, 2010; Pinto, 2010) pretende-se: (i) promover a exploração de si próprios: através da análise de expectativas, crenças, e mitos face à reforma, da reavaliação da trajectória de vida (tendo em vista a reconstrução do sentido de identidade, utilidade e autoestima), do reconhecimento dos interesses, competências e valores preenchidos pelo trabalho (e de como estes podem continuar a ser estimulados no período pós-trabalho) e, da reorganização dos papéis de vida (tendo em vista a sua conjugação no estilo de vida pretendido); (ii) promover a exploração do mundo: através da identificação de possibilidades de trabalho (a tempo inteiro ou parcial), remunerado, no período de reforma, de possibilidades de voluntariado e novas actividades de lazer, e/ou de reingresso no sistema de ensino; (iii e iv) definir objectivos e desenvolver planos de acção: através da redefinição do estilo de vida, integrando as informações resultantes da exploração de si e do mundo num projecto de acção realista, bem como através, da promoção de níveis mais elevados de consciência acerca de assuntos no âmbito da saúde, ambiente doméstico, finanças, e, segurança social, entre outros; e, (v) avaliar: através da monitorização constante da implementação do plano de transição e adaptação à reforma, e da avaliação dos níveis de bem-estar e satisfação com esta nova fase de vida.

Daqui se conclui que é fundamental o investimento da sociedade do século XXI em políticas de envelhecimento activo, nas quais se inclua a prestação de serviços no âmbito do apoio à transição e vivência da reforma.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGULLÓ Tomás, María Silveria. "Mayores, actividad y trabajo en el proceso de envejecimiento y jubilación: una aproximación psico-sociológica". Diss. Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 2001.
- ARNOLD, John. *Managing Careers into the 21<sup>st</sup> Century*. London: Sage Publications, 1997.
- BARROS DE OLIVEIRA, José. *Psicologia do Envelhecimento e do Idoso*. Porto: Legis Editora, 2008.

- BEEHR, Terry A. & Nathan A. Bowling. "Career issues facing older workers." *Work Careers: A Developmental Perspective* (2002): pp. 214-241.
- BUENO, Belén, J. Vega & José Buz. "Desenvolvimento social a partir da meia-idade." César Coll, Álvaro Marchesi, Jesús Palacios *et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação* 1 (2004): pp. 421-437.
- COLLINS, Gerald. "Retirement". Greenhaus, Jeffrey H. & Gerard A. Callanan, eds. *Encyclopedia of Career Development*. Sage Publications, (2006): pp.693-696.
- DUARTE, Maria Eduarda. *Inventário das Preocupações de Carreira* (Manual português). Lisboa: Centro de Psicometria e Psicologia da Educação, Universidade de Lisboa, 1998.
- ERIKSON, Erik. *Childhood and Society*. New York: W. W. Norton, 1963.
- FELDMAN, Daniel. "Late career stage". Greenhaus, Jeffrey H. & Gerard A. Callanan, eds. *Encyclopedia of Career Development*. Sage Publications, (2006): pp. 453-457.
- FERNANDES, Ana Alexandre. *Questões Demográficas: Demografia e Sociologia da População*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- FERREIRA, M. E. M. P, "A meia-idade e a alta modernidade", *Constr. Psicopedag* 16 (2008): pp.77-91.
- FORTALEZA, José, & Prieto, José. "Aging and work behavior". Harry Triandis, Marvin Dunnette, & Leeta Hough, *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*. California: Palo Alto (1994): pp. 447-483.
- GREENHAUS, Jeffrey H., Gerard A. Callanan & Veronica M. Godshalk. *Career Management*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc, 2010.
- KEENE, J. "Age discrimination." *Encyclopedia of Career Development* 1 (2006): pp. 10-14.
- KLUGE, Annette & Franciska Krings. "Attitudes toward older workers and human resource practices." *Swiss Journal of Psychology* 67.1 (2008): pp. 61-64.
- LANGE, Annet H., et al. "Dominant achievement goals of older workers and their relationship with motivation-related outcomes." *Journal of Vocational Behavior* 77.1 (2010): pp. 118-125.
- LAROCK, Seymour. "Retirement planning programs should go beyond investment advice, especially for older workers." *Employee Benefit Plan Review* 55.5 (2000): pp. 16-16.
- LEVINSON, D. J. with Darrow CN, Klein EB, Levinson MH & McKee B (1978) *The Seasons of a Man's Life*. New York: Alfred A. Knopf (1985).

- MARCHAND, Helena Maria d'Orey & Eda Lyra. *A Idade da Sabedoria: Maturidade e Envelhecimento*. 2005.
- NETO, Arthur Moreira da Silva. "Da vida laboral à reforma: expectativas de ocupação." (2010).
- PETERSON, Chris L. & Greg Murphy. "Transition from the labor market: older workers and retirement." *International Journal of Health Services* 40.4 (2010): pp. 609-627.
- PETERSON, Suzanne J. & Barry K. Spiker. "Establishing the positive contributory value of older workers: A positive psychology perspective." *Organizational Dynamics* 34.2 (2005): pp.153-167.
- PINTO, Joana Carneiro. "Gestão pessoal da carreira: Estudo de um modelo de intervenção psicológica com bolseiros de investigação." (2010).
- QUARESMA, Maria. "Questões do envelhecimento nas sociedades contemporâneas." *Revista Kairós: Gerontologia* 11.2.
- RADVANSKY, Gabriel A., et al. "Situation models and aging." *Psychology and Aging* 16.1 (2001): p. 145.
- SCHAIE, K. Warner. "The impact of longitudinal studies on understanding development from young adulthood to old age." *International Journal of Behavioral Development* 24.3 (2000): pp. 257-266.
- SCIDURLO. "Age Discrimination in Employment Act of 1967" (ADAE). Greenhaus, Jeffrey H. & Gerard A. Callanan, eds. *Encyclopedia of Career Development*. Sage Publications, (2006): pp. 14-15.
- SHULTZ, Kenneth S. "Bridge employment: Work after retirement." *Retirement: Reasons, Processes, and Results* (2003): pp. 214-241.
- SHULTZ, Kenneth S. & Mo Wang. "The changing nature of mid-and late careers." *21st Century Management: A Reference Handbook* 2 (2008): pp. 130-138.
- SIEGEL, Sidney R. & Janet M. Rives. "Preretirement Programs within Service Firms: Existing and Planned Programs." *Aging and Work: A Journal on Age, Work and Retirement* 3.3 (1980): pp. 183-91.
- SIMÕES, António. *A Nova Velhice: Um Novo Público a Educar*. 2006.
- SOUSA, L., D. Figueiredo & M. Cerqueira. "Envelhecer em Família, 2ª." (2006).
- SUPER, Donald E. "A life-span, life-space approach to career development." *Journal of Vocational Behavior* 16.3 (1980): pp. 282-298.

- SUPER, Donald E., Albert S. Thompson & Richard H. Lindeman. *Adult Career Concerns Inventory: Manual for Research and Exploratory Use in Counseling*. Consulting Psychologists Press, 1988.
- VAN DALEN, Hendrik P., Kène Henkens & Joop Schippers. "Dealing with older workers in Europe: a comparative survey of employers' attitudes and actions." *Journal of European Social Policy* 19.1 (2009): pp.47-60.
- VAN DER HEIJDEN, Beatrice IJM, et al. "Age effects on the employability–career success relationship." *Journal of Vocational Behavior* 74.2 (2009): pp.156-164.
- WANG, M., et al. "Career issues at the end of one's career: Bridge employment and retirement." *Maintaining focus, energy, and options through the life span* (2009): pp. 135-162.

#### RESUMO

Fruto das novas tendências demográficas, o século XXI é considerado “o século dos idosos” (Barros de Oliveira, 2008). Na literatura vocacional, a reforma é apresentada como um marco significativo que está associada ao processo físico e psicológico de envelhecimento. Este artigo visa reflectir sobre a importância do papel profissional, a percepção acerca do idoso em contexto de trabalho e a vivência da reforma no ciclo de vida. Conclui-se acerca da necessidade de investimento em programas de gestão de carreira para trabalhadores que se encontram em fase de transição e adaptação à reforma.

#### PALAVRAS-CHAVE

Gestão de carreira, Reforma, Papel profissional.

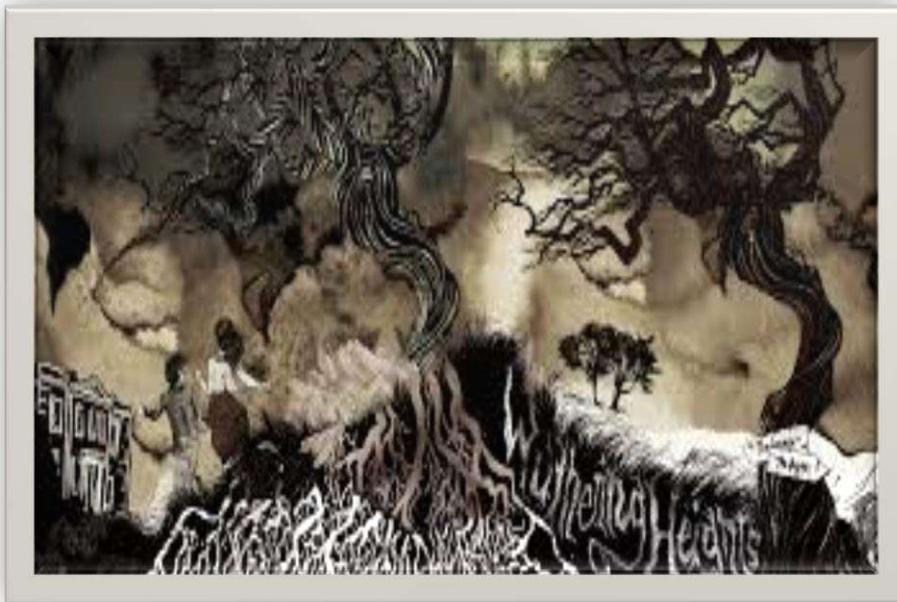
#### ABSTRACT

As a result of the new demographic trends, the twenty-first century is considered "the century of the elderly" (Barros de Oliveira, 2008). In the vocational literature, retirement is presented as a significant milestone that is associated with the physical and psychological process of aging. This paper aims to reflect on the importance of the professional role, the perception about the elderly in a work context and the experience of the retirement in the life cycle. It is concluded on the need for investment in career management programs for workers who are in the process of transition and adaptation to retirement.

#### KEY WORDS

Career management, Retirement, Professional role.

***AN APOLOGY FOR INTERMEDIALITY: RE-VIEWING  
KATE BUSH'S WUTHERING HEIGHTS (1978)***



***MIGUEL ALARCÃO  
NOVA FCSH/CETAPS***

---

<sup>1</sup> Paper presented at the International Conference "1818-2018 The Silent Revolution: of Fears, Folly and the Female", held at the Catholic University of Portugal (5th-6th November 2018).

To Dr. Alexandra Lopes (FCH-UCP)

**S**ometimes, as lecturers or teachers, we resort to catchphrases, clichés and dichotomies, which ought to be periodically deconstructed and reassessed not just for, but together with, our students. For example, in the field of literary and artistic humanities (including architecture), one usually contrasts "Gothic" and "Classical", as well as "Classical" and "Romantic".<sup>3</sup>

Hence, by implication, when dealing with some late 18th and 19th century British fiction, it is tempting to correlate "Gothic" and "Romantic", movements which are not entirely coeval, in spite of the role that Gothic sensibilities, modes and textual experiments have effectively played in the emergence and development of their Romantic counterparts.<sup>4</sup> The very fact that one of the earliest and most famous

---

<sup>2</sup> BIO NOTE: Miguel Alarcão has a BA in Portuguese and English Studies (1981), an MA in Anglo-Portuguese Studies (1986) and a PhD in English Culture (1996), awarded by the New University of Lisbon, where he holds the post of Associate Professor. He was also Colloquial Assistant in Portuguese at the University of Birmingham (Late 1980s), the Director of the Central Library (2001-2009) and Co-Coordinator of the Faculty's earliest research group on Medieval Studies (1999-2004). He published *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa* (c. 1377-1837). 2001 (PhD dissertation; out of print); *This Royal Throne of Kings, This Sceptred Isle': Breve Roteiro Histórico-Cultural da Idade Média Inglesa (Séculos V-XV)*. 2014, plus 5 co-editions and around 60 articles in *Festschriften*, proceedings and academic journals.

<sup>3</sup> "Different conceptions of Romanticism --- which (...) has a close relationship with the gothic --- are certainly appropriate (...) The same could be said of classicism, the aesthetic outlook, which (...) tends to value form and structure above intensity of feeling, and which is often taken to be antithetical to either the gothic or to Romanticism." (Stevens, p. 32)

<sup>4</sup> In his chapter "Gothic fictions and Romantic writing in Britain", Michael Gamer quotes Robert Hume's assertion: 'That Gothicism is closely related to Romanticism is perfectly clear, but it is easier to state the fact than to prove it tidily and convincingly.' (in Hogle, ed., p. 85), adding: "Taking up this question of the relation between Gothic and Romantic writing, we have embraced each critic's assessment that the relation is complex while abandoning the notion that it should be described through a precise delineation of direct influence." (in

female Gothic writers (Mary Shelley, 1797-1851) was married to a Romantic poet (P. B. Shelley, 1792-1822) seems to connect symbolically both strands, still active in mid-19th century British literature, as we shall see. Literally.

Dichotomies, however useful, are seldom as simple as they look, so let me offer two examples of the need for reevaluation I have argued for:

"The notion of 'incipient Romanticism' and (...) of 'pre-Romanticism' rest (...) upon the implicit belief that in the eighteenth and early nineteenth centuries there was a definable 'classical' age followed by a (...) cultural change (...) which instituted a definable 'Romantic' age; (...) a view not materially altered when critics introduce a third party called the 'Age of Sensibility' into a supposed chronological gap between the 'Classical' and the 'Romantic' age. Such views are nicely parodied by Northrop Frye, when he writes of the way that many (...) undergraduates learn about English poetry from Pope to Wordsworth: 'Our students are thus graduated with a vague notion that the age of sensibility was the time when poetry moved from a reptilian classicism, all cold and dry reason, to a mammalian Romanticism, all warm and wet feelings.'" (Sambrook, p. 209)

"'Romantic' is an unsatisfactory term but everyone has some idea of what it means. It is evocative rather than descriptive. All poems, all works of imaginative literature, are both romantic and classic. It is a romantic thing to write a poem at all, to explore by means of words the uniqueness and universality of one's (...) experience, to communicate (...) moments (...) of high significance, to record one's solitary musings or ecstasies. To labour so that such records (...) may achieve high and abiding excellence (...) this is to seek the classical ideal. The romantic is the seeking for form, the classic its attainment. In so far as poems communicate the unique awareness of a single exploring consciousness they are romantic, in so far as this communication attains a stable and

---

*ibidem*, p. 86) To Fred Botting, "Since the eighteenth century the development of gothic fictions has involved (...) inter-generic patterns, adding a darker aspect to more acceptable literary forms. (...) Romanticism did share an aesthetic history with gothic fiction (...) and a 'darker side' can be found in concerns with creative consciousness: rebellious and freethinking, the solitary visionary can become alienated and outcast; the self can be split in two, its double becoming a figure of imagination or fantasy separated from reality and acceptable models of existence." (pp. 12-13)

successful form they may be called classic. Perhaps one may be permitted to (...) suggest that the poet seeking immortality is romantic, the poem which achieves it is classic." (Dyson and Butt, pp. 85-86)

These quotes, each in its own way, are all the more challenging, since we know, don't we, what happens to Gothic and/or Romantic authors and/or texts who become canonical, like Mary Shelley's *Frankenstein* (1818) and Emily Brontë's (1818-1848) *Wuthering Heights* (1847);<sup>5</sup> they also become "classics"...

That said, my purpose is neither to compare Gothic and Romantic fiction nor to list and examine some of their favourite (or 'classical'...) themes, tropes, plots, characters, narrative structures, strategies and devices, settings, scenery, symbols, etc.<sup>6</sup> In fact, I will focus exclusively on two videos inspired by Brontë's only novel, a text of great emotional intensity and psychological depth. As I will try to suggest, with a view to promoting (more) intermedial and multimodal approaches to the study of literature, these videos, combining words, images and music, embody and convey the two literary traditions mentioned above --- the Gothic and the Romantic ---, thereby acting, so to speak, as 'primary sources' and leading our students from the stage and/or the screen back to the page, thus inviting them to review (and perhaps renew...) their own 'reading' practices and notions of 'readership'.

Born on the same day as Emily Brontë (30th July), Kate Bush (1958-) was only 19 when she launched her first album, *The Kick Inside* (1978). The leading song, *Wuthering Heights*, was an instant hit worldwide and I am sure that, forty years on and irrespective of ages, some people will know or remember it still. This song also inspired several videoclips, available online, and I have selected two for us to watch and comment upon. Let me start with the trailer of the film directed by Peter Kosminsky, starring Ralph Fiennes and Juliette Binoche (Paramount Pictures, 1992): <https://www.youtube.com/watch?v=jnpYIVQz-yg>

---

<sup>5</sup> To Sandra M. Gilbert and Susan Gubar, "(...) if both Brontë and Shelley wrote enigmatic, curiously unprecedented novels, their works are puzzling in different ways: Shelley's is an enigmatic fantasy of metaphysical horror, Brontë's an enigmatic romance of metaphysical passion." (p. 249)

<sup>6</sup> Suffice it to say that, as Michael Wheeler has put it, "Emily Brontë wrote out of the Romanticism of earlier generations, drawing on the sublime terror of the Gothic novel, (...)" (p. 75). Likewise, David Daiches, in the "Introduction" to his edition of *Wuthering Heights*, points out that "The action of the novel may in some respects be appropriate to remote Gothic castles (...)" (Brontë, p. 12).

As Fred Botting puts it:

"The extravagant effects of gothic and Romantic elements tended, in nineteenth-century fiction, to be refracted through the domestic world central to realism. (...) The home, however, could be a prison as well as a refuge. (...) the home is the site of both internal and external pressures, uncanny and terrifying at the same time. (...)

The desolate, stormy and wild landscape and decaying family house of *Wuthering Heights* embody gothic and Romantic elements that (...) signify darker forces of individual passion, natural energy and social restriction." (p. 122)

Likewise, according to Alison Milbank:

"(...) the Gothic house and the supernatural it unleashes (...) act vampirishly to drain the real of any vitality (...) For it is the Gothic house, (...) not the Romantic expanse of the moor, that is necessary to embody the intensity of feeling (...) of the main protagonists. Its (...) articulation of (...) binary oppositions --- inside and outside, prison and liberation, body and soul, life and death --- makes it a springboard for the supernatural 'real'." (in Hogle, ed., p. 162)<sup>7</sup>

Botting's allusion to home as a prison reminds us of the condition of many 19<sup>th</sup> century middle-class women, 'angels' trapped or caged in cloistered houses, waiting for "the silent revolution" that would soon give birth to "the New Woman". But, as Elaine Showalter has demonstrated,<sup>8</sup> another Victorian (male) myth tended

---

<sup>7</sup> Taking up Milbank's reference to "binary oppositions", the (twin?) impulses of Love (*Eros*) and Death (*Thanatos*) make *Wuthering Heights* a novel particularly suitable for psychoanalytic criticism.

<sup>8</sup> See especially Part One, "Psychiatric Victorianism", Chapter 2, "The Rise of the Victorian Madwoman" (Showalter, pp. 51-73), covering the period 1830-1870. According to Showalter, "(...) the prevailing view among Victorian psychiatrists was that (...) women were more vulnerable to insanity than men because the instability of their reproductive systems interfered with their sexual, emotional, and rational control. In contrast to the rather vague and uncertain concepts of insanity in general (...), theories of female insanity were (...) confidently linked to the biological crises of the female life-cycle --- puberty, pregnancy, childbirth, menopause --- during which the mind would be weakened and the symptoms of insanity might emerge." (*Ibidem*, p. 55) and "In a society that not only perceived women as childlike, irrational, and sexually unstable but also rendered them legally powerless and economically marginal, it is not surprising that they should have formed the greater part of the residual categories of deviance from which doctors drew a lucrative practice and the

to (dis)regard and (mis)represent women as somewhat deranged or unbalanced beings, oddly endowed with bleeding bodies and unstable minds, and unpredictably prone to fits of hysteria... the so-called "female malady".<sup>9</sup> In our second video, Kate Bush's bewitching performance, typified in her choreography and body language, soprano voice, abundant and dishevelled hair, wild eyes and red dress (and indeed there's red all over Kate, from the flower in her hair to her lipstick, neckline, nails and stockings)<sup>10</sup> may suggest male fears and/of female follies while recalling, at the same time, the literary trope of *la femme fatale*, as well as two characters favoured by the Pre-Raphaelite Brotherhood,<sup>11</sup> born in the very year of Emily Brontë's death (1848): Shakespeare's Ophelia and Keats's *La Belle Dame Sans Merci*.

---

asylums much of their population, Moreover, the medical belief that the instability of the female nervous and reproductive systems made women more vulnerable to derangement than men had extensive consequences for social policy. It was used as a reason to keep women out of the professions, to deny them political rights, and to keep them under male control in the family and the state." (*Ibidem*, p. 73) Finally, Showalter argues that "To find the female perspective on insanity, we must turn to Victorian women's diaries and novels." (*Ibidem*, p. 61)

<sup>9</sup> "In the new theories of evolution and positivism, in the new biological and medical findings, male scientists and doctors tended to ignore data, which did not fit into traditional views of the sexes and extend theories beyond the limits of data to fit preconceptions of male superiority and female inferiority. (...) Evolutionary theory, so liberating to many of the sciences and social sciences, repeated and reasserted traditional beliefs when it applied to women. (...) That men were active and women passive, that men were superior and women inferior, that men could think and reason and women only feel and reproduce were assumptions which not only remained unchallenged by the new biology, but were also supported by it." (Anderson and Zinsser, II, pp. 151-152).

<sup>10</sup> In his study of colours and their symbolism, Michel Pastoureau presents red as "Cor do amor e do erotismo: Cor da paixão e dos seus perigos. Cor da atracção e da sedução (vermelho nos lábios, acessórios). (...) Cor dos tabus e da transgressão dos tabus." (p. 162); see also Chevalier and Gheerbrant, eds., pp. 831-833.

<sup>11</sup> See Sir John Everett Millais' (1829-1896), *Ophelia* (1851-52; London, Tate Modern), and Arthur Hughes' (1832-1915), *Ophelia* (1852; Manchester City Art Gallery); see also, among others, John William Waterhouse's (1849-1917), *La Belle Dame Sans Merci* (1893; Hessisches Landesmuseum, Darmstadt, Germany), Sir Frank Dicksee's (1853-1928), *La Belle Dame Sans Merci* (n.d.; Bristol Museum and Art Gallery) and especially Frank Cadogan Cowper (1877-1958), *La Belle Dame Sans Merci* (1926; private collection).



<https://www.youtube.com/watch?v=Fk-4IXLM34g>

To conclude, as James D. Morgan's photos illustrate and Claire Fallon reports, in "(...) the Most Wuthering Heights Day Ever, (...) people around the world recreate the British singer's 1978 (...) music video"

([https://www.theguardian.com/music/gallery/2018/jul/14/kate-bush-fans-mark-most-wuthering-heights-day-ever-in-pictures?CMP=fb\\_us](https://www.theguardian.com/music/gallery/2018/jul/14/kate-bush-fans-mark-most-wuthering-heights-day-ever-in-pictures?CMP=fb_us)).

It was forty years ago today.

#### WORKS CITED:

Primary sources:

BRONTË, Emily. *Wuthering Heights*. Edited by David Daiches. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., "Penguin Classics", 1987 (<sup>1</sup>1847).

<https://www.youtube.com/watch?v=inpYIVQz-yg>. Accessed 13 April 2019.

<https://www.youtube.com/watch?v=Fk-4IXLM34g>. Accessed 13 April 2019.

Secondary sources:

ALLEN, Walter. *The English Novel. A Short Critical History from 'The Pilgrim's Progress' to 'Sons and Lovers'*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1991 (S. I.: Phoenix House, 1954).

ANDERSON, Bonnie S. and Judith P. Zinsser. *A History of Their Own. Women in Europe from Prehistory to the Present*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1990 (Harper and Row, Publishers, Inc., 1988).

BOTTING, Fred. *Gothic*. London and New York: Routledge, "New Accents", 1996.

CHEVALIER, Jean and Alain Gheerbrant, Eds. *Dictionnaire des Symboles. Mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Paris: Éditions Robert Laffont S.A. et Éditions Jupiter, "Bouquins", 1982 (<sup>1</sup>1969).

<sup>2</sup>DYSON, H. V. D and John Butt. *Augustans and Romantics, 1689-1830*. London: The Cresset Press, 1950.

GILBERT, Sandra M. and Susan Kamholtz Gubar. *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth Century Literary Imagination*. New Haven: Yale University Press, <sup>2</sup>2011 (<sup>1</sup>1979).

HOGLE, Jerrold E., ed. *The Cambridge Companion to Gothic Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KELLY, Gary. *English Fiction of the Romantic Period, 1789-1830*. London and New York: Longman Group Ltd., "Longman Literature in English Series", 1989.

PASTOUREAU, Michel. *Dicionário das Cores do Nosso Tempo. Simbólica e Sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa, "Teoria da Arte", 20, 1997 (*Dictionnaire des couleurs de notre temps. Symbolique et société*. N.p.: Editions Bonneton, n. d.).

SAMBROOK, James. *The Eighteenth Century – The Intellectual and Cultural Context of English Literature, 1700-1789*. London: Longman, "Longman Literature in English Series", 1989 (<sup>1</sup>1986).

SHOWALTER, Elaine. *A Literature of Their Own. British Women Writers from Charlotte Brontë to Doris Lessing*. Revised and expanded edition. London: Virago Press, 2014 (<sup>1</sup>1978)

---. *The Female Malady: Women, Madness and English Culture, 1830-1980*. London: Little and Brown Book Group, 1987.

STEVENS, David. *The Gothic Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, "Cambridge Contexts in Literature", 2001 (<sup>1</sup>2000).

WHEELER, Michael. *English Fiction of the Victorian Period*. 2<sup>nd</sup>. ed. London: Longman, "Longman Literature in English Series", 1994 (1985).

[https://www.theguardian.com/music/gallery/2018/jul/14/kate-bush-fans-mark-most-wuthering-heights-day-ever-in-pictures?CMP=fb\\_us](https://www.theguardian.com/music/gallery/2018/jul/14/kate-bush-fans-mark-most-wuthering-heights-day-ever-in-pictures?CMP=fb_us). Accessed 13 April 2019.

#### ABSTRACT

This essay will focus empirically on two videos inspired by *Wuthering Heights* (1847), Emily Brontë's only novel and a text of great emotional intensity. As I will try to suggest, with a view to promoting (more) intermedial, practical and applied approaches to the study of literature, these videos --- available online --- embody and convey two distinct, though akin, literary traditions (the Gothic and the Romantic), thereby acting as 'primary sources' and leading our students from the stage and/or the screen back to the page, thus inviting them to review (and perhaps renew...) their own 'reading' practices and notions of 'readership'.

**KEYWORDS:** Emily Brontë; *Wuthering Heights*; Kate Bush.

#### RESUMO

Este ensaio centrar-se-á, de forma empírica, em dois vídeos inspirados por *Wuthering Heights* (1847), o único romance de Emily Brontë e uma obra de grande intensidade emocional. Conforme tentarei sugerir, tendo em vista promover (mais) abordagens práticas, aplicadas e multimédia ao estudo da literatura, estes vídeos --- disponíveis online --- consubstanciam e veiculam duas tradições literárias distintas, embora relacionadas (a gótica e a romântica), funcionando assim como 'fontes primárias', conduzindo os nossos estudantes do palco e/ou do ecrã de regresso à página e convidando-os assim a rever ( e talvez renovar...) as suas próprias noções e práticas de leitura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Emily Brontë; *Wuthering Heights*; Kate Bush.



## ***A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DESDE CARL PANZRAM E GARY GILMORE ATÉ À ACTUALIDADE***



***JOÃO JORGE C. S. SPÍNOLA FERNANDES  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA***

## Introdução

**N**o dia 5 de Setembro de 1930, Carl Panzram é enforcado por assassinar um guarda prisional. Este foi o último dos seus 22 homicídios alegados, entre os quais, pela sua própria admissão, teria cometido uma série de roubos e actos de sodomia. O assassino lutou pela sua execução, preferindo a pena de morte a passar o resto da vida preso. (Gaddis and Long, 2002: pp. 218-221)

Quase meio século mais tarde, em 17 de Janeiro de 1977, Gary Gilmore é fuzilado, também preferindo a morte à prisão perpétua.

Em ambos os casos, surge-nos a questão de quais são os aspectos do sistema prisional tão intoleráveis que levaram dois homens a preferir a pena capital, e se os mesmos existem ainda nos nossos dias.

No presente trabalho, efectuaremos uma comparação entre as descrições das prisões norte-americanas efectuadas nas obras *Panzram: A Journal of Murder* de Gaddis e Long, *The Executioner's Song* de Norman Mailer, e relatos contemporâneos de penologia. Concentrar-nos-emos especificamente em descobrir quais as características do sistema prisional que melhoraram, pioraram ou permaneceram inalteradas.

A veracidade das memórias de Panzram são na sua maioria confirmadas pelos autores do livro que as contém, com a excepção de alguns homicídios. No caso do romance de Mailer, tendo em conta que o autor se refere à obra como "*A True Life Novel*", partiremos do pressuposto que o que está nele escrito tem pelo menos um fundamento verídico, em particular nas referências às ideias de Gary Gilmore sobre o sistema prisional. Seja como for, os dados relativos à prisão de Utah nos anos 70 provenientes de outras fontes são demasiado escassos para se descobrir o grau de veracidade da obra de Mailer.

No segundo capítulo, que aborda as medidas de reinserção social, utilizaremos a obra *Discipline and Punish* de Michel Foucault como ponto de partida. Como esta trata sobretudo da História do sistema prisional francês (que não é relevante para o presente trabalho), concentrar-nos-emos principalmente nos princípios que o estudioso francês refere no capítulo "*Illegalities and Delinquency*" (que são universalmente aplicáveis), e se estes são respeitados pelas prisões americanas.

### Capítulo I- O Sistema Prisional desde Panzram e Gilmore até à Actualidade

#### 1.1 A Influência do Sistema Prisional nas Personalidades de Panzram e Gilmore

Uma vez que ambos os *serial killers* que vamos estudar foram colocados num reformatório quando eram menores, começaremos por abordar este aspecto das suas vidas.

Panzram afirma, no início das suas memórias, que era "a human animal (...) at five or six

---

1 Nota biográfica: João Jorge Capelo Sottomayor Spínola Fernandes é licenciado em Estudos Portugueses e Ingleses (2015), que estudou na FCSH. Está a terminar o mestrado em Estudos Ingleses e Norte-americanos na mesma faculdade, tendo concluído a sua tese relativa à percepção vitoriana do legado político de Simon de Montfort. Também tirou um curso em Técnicas de Comunicação Oral em 2016. O seu primeiro trabalho publicado, que aborda os processos mentais responsáveis pela resolução de quebra-cabeças, faz parte do número 14 da *Gaudium Sciendi*.

years of age, I was a thief and a liar" (*Ibidem*: p. 11). Sempre que fazia algo que desagradava a sua mãe ou o seu irmão mais velho, o assassino era agredido por ambos. Acabou por ser enviado aos onze anos para a *Minnesota State Training School* após roubar comida e uma pistola a um vizinho rico e tentar fugir num comboio. (*Ibidem*: p. 12) Convém sublinhar que Panzram já exibía tendências antissociais que provavelmente resultaram de maus tratos por parte da sua família.

Panzram efectua nas suas memórias uma descrição deveras negativa dos seus anos no reformatório. Para começar, John Moore, o chefe da ala na qual o assassino residia, chegou a despi-lo todo e a perguntar-lhe se ele tinha cometido algum acto sexual pecaminoso, descrevendo estes últimos detalhadamente. (*Ibidem*: p. 18) Apesar de o assassino não ter sido abusado sexualmente no reformatório, Moore seria expulso do mesmo por efectuar "some kind of immoral act" (e o seu sucessor por agredir frequentemente os seus alunos). (*Ibidem*: p. 21)

Panzram divide as pessoas que o educaram em duas categorias: "the good people tried to train me to be good and the bad people did train me to be bad. The method that the good people used in training me was to beat goodness into me and all the badness out of me" (*Ibidem*: p. 17). O assassino refere-se ao proselitismo religioso dos seus educadores e à sua influência na sua personalidade. O fanatismo do reformatório era nitidamente opressivo, pois as crianças eram forçadas a rezar e a ter aulas de catequese ao Domingo em vez de brincar. Além disso, qualquer desobediência era punida com graves agressões físicas, culminando na tortura dos jovens mediante um chicote aplicado em pele coberta de água salgada. (*Ibidem*: pp. 19-21) Segundo o *serial killer*:

"I had been taught by Christians how to be a hypocrite and I had learned more about stealing, lying, hating, burning and killing. I had learned that a boy's penis could be used for something besides to urinate with and that a rectum could be used for other purposes than crepitating" (*Ibidem*: p. 21).

À medida que Panzram é punido, as suas infracções vão-se agravando. Começando apenas por dobrar mal um guardanapo, o *serial killer* passa a usar linguagem forte, partir pratos e tentar escapar. Acabou por se vingar das suas punições, incendiando o pavilhão no qual as crianças eram torturadas por desobediência. (*Ibidem*)

Panzram conseguiu sair do reformatório fingindo respeitar as regras do mesmo e a fé cristã.

Gilmore, por sua vez, também culpa, pelo menos parcialmente, o reformatório (nomeadamente, a *MacLaren School for Boys*) pelos seus actos criminosos. O assassino descreve o que aprendeu no estabelecimento correcional como "esoteric knowledge" que lhe permitiu identificar-se com outros criminosos. (Mailer, 1980: p. 774) É provável que o conhecimento ao qual Gilmore se referia consistisse essencialmente em como cometer crimes.

É importante constatar que a casa de correcção de Gilmore partilhava um problema com a de Panzram: a propensão para a pedofilia. De facto, o assassino recorda-se na obra de Mailer que chegou a apanhar um dos guardas do seu reformatório a ter relações sexuais com um rapaz. (*Ibidem*: p. 114)

Finalmente, Gilmore sai do reformatório da mesma forma que Panzram: portando-se bem e fingindo cumprir as regras. (*Ibidem*: p. 774)

Partindo das descrições de ambos os *serial killers*, verificamos que as casas de correcção não

evoluíram quase nada desde o início do século XX até aos anos 50. Prevalece a ideia de que os reformatórios, em vez de eliminar as tendências criminosas das crianças, as tornam ainda mais poderosas através do abuso sexual, da violência e do incentivo à hipocrisia.

Por outro lado, a brutalidade dos guardas também influencia significativamente a conduta de um prisioneiro. No caso de Panzram, este aspecto é particularmente notável.

Na prisão de Oregon, sob a direcção do chefe prisional Minto, era expressamente proibido os prisioneiros dialogarem, pois o castigo consistia em agressões valentes por parte dos guardas. O ajudante de Minto, Jim Cooper, era um fanático religioso que adorava prender prisioneiros desobedientes a postes e chicoteá-los. (Gaddis and Long, *op. cit.*: p. 54) No entanto, a característica mais perturbadora da prisão de Oregon (e de várias outras) era a sua utilização de torturas. Segundo Panzram, estas últimas envolviam golpes de chicote, de bastão e, pior que tudo, choques eléctricos. (*Ibidem*: pp. 54-57) Tendo em consideração que a oitava emenda (contra *cruel and unusual punishment*) foi ratificada em 1791, é evidente que os presidiários eram desumanizados na época de Panzram.

Para prisioneiros particularmente desobedientes, a prisão de Oregon tinha a chamada "*bullpen*". Esta era uma "prison within a prison" (*Ibidem*: p. 63), com paredes de tijolo e oito celas de isolamento. Os prisioneiros tinham de andar em fila à roda da *bullpen* desde a manhã até à noite. Qualquer desvio era considerado uma tentativa de fuga, dando aos guardas o direito de disparar. (*Ibidem*: p. 64)

Outra punição, o chamado "*Hole*", é referido tanto em *Panzram* como em *The Executioner's Song*. Segundo o livro de Mailer, Gilmore passou lá quatro meses por ter agredido um homem. (Mailer, *op.cit.*: p. 45) No entanto, a obra de Gaddis e Long fornece uma explicação mais detalhada daquilo em que consistia a punição. Segundo esta, o *Hole* tratava-se de uma cela de forma triangular escura e vazia, à excepção de um balde sanitário e de uma caneca. Os prisioneiros estariam quase nus, pelo que sentiriam imenso frio, e passariam o dia quase todo algemados à porta. Era difícil de respirar, pois não havia nenhuma janela. Ainda assim, segundo o livro, esta versão do *Hole* era mais piedosa do que a que foi abolida em 1916. (Gaddis e Long, *op.cit.*: pp. 275-276)

Na prisão de Dannemora em Nova Iorque, Panzram tentou escapar, mas sofreu uma queda grave que resultou em ambos os braços e pernas partidos. Em vez de o tratar, os guardas obrigaram-no a ficar na cela durante catorze meses sem qualquer tratamento. Em adição, passou mais de dois anos numa cela de isolamento, sem poder receber quaisquer visitas ou escrever e receber cartas. (*Ibidem*: p. 98)

A hostilidade entre prisioneiros e guardas não é exclusiva do tempo do Panzram. Foucault afirma que, em 1842, "Between 1000 and 1500 convicts live under the surveillance of between thirty and forty supervisors, who can preserve some kind of security only by depending on informers, that is to say, on the corruption that they carefully sow themselves" (Foucault, s.d.: p. 266).

De facto, no que diz respeito à *Utah State Prison*, Gilmore afirmava que existia uma espécie de guerra entre prisioneiros e guardas pelo poder na prisão. Os agentes prisionais procuravam descobrir planos de fuga ou de revolta mediante a espionagem por parte de certos prisioneiros aos quais Gilmore chama "*snitches*". (Mailer, *op.cit.*: p. 311)

Segundo Schinkel (2013: p. 47), os presidiários veem a prisão como uma extensão da vida

nas ruas. A polícia e os juizes não se preocupam com a justiça do caso, recorrendo simplesmente às recomendações dos acusadores que, segundo os prisioneiros, possuem todo o poder no tribunal. Esta ideia também é partilhada por Gilmore, que afirma que "My lawyers work for the same people that are going to sentence me" (Mailer, *op.cit.*: p. 356).

As más condições na prisão também são referidas nas obras relativas aos *serial killers*.

Em *The Executioner's Song*, verificamos que a *county jail* de Utah é extremamente quente, pelo que o ar que os prisioneiros respiram é muito pesado. Mesmo abrir as janelas não resulta, pois a aproximação da prisão à auto-estrada resulta na entrada de fumo. (*Ibidem*: p. 286)

Gilmore escreveu à sua namorada que a cela tinha baratas mortas no chão húmido, que a retrete não funcionava e a cama, para além de dura, não tinha almofada. (*Ibidem*: p. 305)

A prisão de Dannemora em particular era considerada "the only one designed specifically to punish" (Gaddis and Long, *op.cit.*: p. 96). Não era efectuada a mínima tentativa de reabilitar os prisioneiros, não havia canalização e a iluminação era demasiado fraca para ler. Além disso, as celas eram mais pequenas que noutras prisões, as janelas estavam seladas e não havia nem água corrente nem retretes. (*Ibidem*)

Em suma, verificamos que os reformatórios, ao invés de eliminar as tendências criminosas nos rapazes, causam o seu agravamento através do fanatismo e do abuso físico. Isto aparenta não ter mudado nos 50 anos que separam as detenções de Panzram e Gilmore. As prisões, por sua vez, têm péssimas condições, algo que ainda se verifica nos anos 70. Finalmente, os guardas utilizam com frequência força excessiva ao lidar com a desobediência. Quer um prisioneiro tenha *a priori* tendências violentas, quer não, o sistema prisional emprega métodos claramente contraproducentes para a reabilitação dos criminosos.

## 1.2 A Situação Prisional Americana Contemporânea

No que diz respeito à vida na prisão, os penólogos cunharam um termo nos anos 50 chamado o modelo da privação. Segundo este, a ausência de boas condições de vida dos prisioneiros (incluindo a perda do estatuto social, do dinheiro, da segurança pessoal e da autonomia), pode levar os mesmos a tomar uma atitude hostil para com os guardas e a rejeitar medidas de reinserção social. (Goodstein and Wright, 1989a: p. 230)

Goodstein e Wright afirmam que, desde o início dos anos 60, os penólogos têm descoberto uma tendência nas prisões para infantilizar os prisioneiros, limitando a sua autonomia (tal como ocorreu com Gilmore). (*Ibidem*: p. 232) Convém referir que muitos presidiários tomam atitudes na prisão que não tomariam fora da mesma. Para eles, o tempo parou quando foram presos, pelo que só retomarão as suas identidades e personalidades originais quando forem libertados. (*Ibidem*)

O outro modelo é o da importação, segundo o qual as normas que os prisioneiros estabelecem para si mesmos são um reflexo das suas culturas e crenças anteriores ao seu aprisionamento. Por exemplo, um estudo que comparou as atitudes dos presidiários brancos com as dos negros concluiu que estes últimos formam grupos mais unidos que os primeiros. Tal é, segundo os estudiosos, devido às suas semelhanças a nível de crenças religiosas, tendências políticas e dificuldades financeiras. No entanto, os indivíduos de raça negra também interagem com os guardas de forma mais agressiva que os de raça branca. Isto pode, contudo, dever-se a discriminação racial na prisão. (*Ibidem*: pp. 236-237)

Por outro lado, muitos prisioneiros consideram as suas sentenças excessivamente longas, monótonas e principalmente inúteis. Além disso, entendem que uma das melhores formas de reabilitação consiste em estabilizar as relações entre os presidiários e os guardas. (Schinkel, *op.cit.*: pp. 53-54)

Realmente, segundo o princípio da supervisão de detenção técnica de Foucault, "The prison régime must, at least in part, be supervised and administered by a specialized staff possessing the moral qualities and technical abilities required of educators". (Foucault, *op.cit.*: p. 270) Podemos adicionar também o princípio das instituições auxiliares, segundo o qual "Imprisonment must be followed by measures of supervision and assistance until the rehabilitation of the former prisoner is complete". (*Ibidem*)

Sarah Tahamont afirma que existem várias características da vida de um prisioneiro que influenciam a sua propensão para a má conduta, nomeadamente o nível de escolaridade, a situação profissional e o estado civil. No entanto, um dado importante que, segundo Tahamont, foi pouco estudado, é a influência da cultura prisional, ou seja, as interações com outros prisioneiros e mesmo com os guardas. (Tahamont, 2013: p. 10)

É necessário sublinhar que os guardas confrontam três problemas no seu emprego: o conflito estrutural entre os mesmos e os prisioneiros, o perigo que estes podem representar aos agentes prisionais e a ambiguidade do seu papel, sendo esta última fundamental na nossa discussão. (Hepburn, 1989: p. 192) Os guardas necessitam de efectuar um equilíbrio entre a sua função punitiva e a sua função reabilitadora. Segundo John Hepburn, os agentes prisionais dispõem de cinco poderes nos estabelecimentos prisionais: O primeiro é o chamado poder legítimo (o direito de exercer o seu controlo sobre os prisioneiros), que, utilizado em excesso, resulta num agravamento do comportamento criminoso. O poder de coerção (a percepção de que os guardas podem punir a desobediência), por sua vez, está de tal forma presente, que os prisioneiros reconhecem-no como uma parte inerente da sua perda de liberdade. O poder de recompensa podia servir para melhorar as relações entre os agentes prisionais e os presidiários. No entanto, esta função foi-lhes retirada pelas reformas judiciais. Os guardas também têm "*expert power*", ou seja, a percepção dos prisioneiros de que os agentes prisionais estão empregados devido a uma técnica ou conhecimento especial. Tal como o poder de recompensa, este foi-lhes retirado sob a forma de autonomia relativa à sua forma de procedimento. (*Ibidem*: pp. 195-196) Finalmente, temos o "*referent power*", ou seja, a admiração por parte do prisioneiro pelo guarda. Este depende, logicamente, da capacidade do agente prisional de administrar a força de forma equilibrada, não sendo nem demasiado brando nem excessivamente severo. (*Ibidem*)

Tendo em conta o que lemos nas memórias de Panzram, os guardas dos anos 10 e 20 dispunham apenas do poder legítimo e do de coerção. Se possuíam os outros, não o mostravam com frequência. No caso de Gilmore e da prisão de Utah nos anos 70, estes poderes não figuram na obra de Mailer, pelo que não podemos saber se eram aplicados na prática. No entanto, o poder central aparenta ter retirado aos guardas os poderes que estes podiam utilizar a fim de estabelecer uma relação mais positiva com os prisioneiros. Por conseguinte, torna-se impossível estes últimos respeitarem os agentes prisionais e não apenas os temerem.

Foucault aborda na sua obra o tema da visita. Contudo, historicamente, visitar um prisioneiro não era algo efectuado por familiares como forma de os tranquilizar, mas sim por

crianças como exemplo do funcionamento da lei ("a living lesson in the museum of order"). (Foucault, *op.cit.*: p.112) Não é abordado, no entanto, o efeito das visitas no comportamento dos presidiários. Tahamont estudou este aspecto tendo em conta a distância entre as casas dos prisioneiros e a prisão, a fim de ultrapassar uma limitação à validade do seu estudo, nomeadamente a possibilidade de um presidiário receber mais visitas precisamente devido a uma deterioração na sua conduta. (Tahamont, *op.cit.*: pp. 14-15) A conclusão à qual Tahamont chegou foi que as visitas de familiares influenciam de forma positiva os prisioneiros, principalmente os mais jovens ou aqueles que nunca foram presos. No entanto, o estudo tem as limitações de não se saber nem a relação que os presidiários estudados têm com as suas visitas, nem se houve contacto físico, nem a sua duração. (*Ibidem*: pp. 25-26) Seja como for, os resultados são, de certa forma, comprovados pelo caso de Gilmore, se for verdade que a sua namorada o visitou e lhe escreveu tão frequentemente como o livro de Mailer dá a entender. (Mailer, *op.cit.*: pp. 823-824) O assassino, outrora violento, não aparenta ter efectuado nenhum acto agressivo após os homicídios. No caso de Panzram, como foi referido no subcapítulo anterior, o *serial killer* não recebeu visitas em Dannemora. No entanto, após conhecer o guarda Henry Lesser em Washington D.C., passou a contactar com o mesmo através de cartas na prisão de Leavenworth. Panzram pedia livros de Filosofia a Lesser, que este lhe fornecia. (Gaddis and Long, *op.cit.*: p. 185) Nessa altura, o assassino não aparenta ter tido nenhum episódio violento, até ser antagonizado por um guarda, que acabou por matar.

Outro problema que não ficou resolvido desde o tempo de Panzram foram as más condições de algumas prisões. Para começar, estudos mostram que o excesso populacional nas prisões (ou seja, a escassez de espaço pessoal), resulta frequentemente num acréscimo da agressividade dos prisioneiros. Além disso, aparenta ter um efeito negativo na saúde mental dos mesmos, tendo estes últimos exibido sintomas de *stress* e comportamento instável. De facto, segundo Wright e Goodstein, "while the population of Texas prisons underwent an unprecedented period of growth without corresponding increases in facility space, deaths, suicides, and disciplinary reports rose significantly more rapidly than did the population" (Wright and Goodstein, 1989 b: p. 257).

Segundo Nissly, em 2013, a *American Civil Liberties Union* referiu que a *East Mississippi Correctional Facility* (que trata de prisioneiros com necessidades médicas e com patologias do foro psicológico) tinha celas repletas de ratos e não possuía iluminação. Além disso, há relatos de negligência profissional, tendo uma delas resultado na cegueira de um presidiário por não ter tomado remédios para o glaucoma. (Nissly, 2015: p. 2) Nissly também critica a negligência do sistema prisional relativamente ao tratamento de prisioneiros com doenças mentais, uma vez que estes últimos correspondem a 56% do total de presidiários. Esta é, segundo a autora, uma das maiores causas de reincidência e má conduta prisional, pois mesmo os prisioneiros com tendências homicidas que são reprimidas através de medicamentos não têm muitas vezes acesso aos mesmos. (*Ibidem*: p. 4)

Em suma, poucos foram os melhoramentos no sistema prisional desde a execução de Gilmore em 1977. Continuamos a verificar deficiências de higiene nas prisões, indiferença por parte dos agentes prisionais para com o estado tanto físico como mental dos prisioneiros e más relações entre estes últimos e os guardas. Os únicos melhoramentos são a aparente ausência do proselitismo religioso pelo qual Panzram passou e a abolição da tortura na prisão.

No capítulo seguinte, procuraremos explicar por que razão se deu esta estagnação das reformas prisionais no caso norte-americano.

## Capítulo II- As Medidas de Reinserção Social nos Estados Unidos

### 2.1 Os Pareceres Políticos da 2ª metade do Século XX

Antes de discutirmos a eficácia das formas de reinserção social nos Estados Unidos, é necessário referir o contexto histórico das mesmas desde o século XIX até ao ano da execução de Gilmore.

Segundo o princípio de correcção de Foucault, "Penal detention must have as its essential function the transformation of the individual's behaviour" (Foucault, *op.cit.*: p. 285). No entanto, este deixou, na segundo metade do século passado, de ser o objectivo do sistema prisional americano.

Quando foram construídas as primeiras prisões, por volta de 1820, estas eram vistas não tanto como centros de detenção, mas sim como estabelecimentos que visavam curar os prisioneiros das suas tendências criminosas. No entanto, esta mentalidade mudou drasticamente nos anos 70 do século XX.

Em 1974, o criminólogo Robert Martinson publicou um artigo chamado *What Works?- Questions and Answers about Prison Reform*, no qual afirmou que "With few and isolated exceptions, the rehabilitative efforts that have been reported so far have had no appreciable effect on recidivism" (Martinson *apud* Cullen and Gendreau, 1989: p. 25). Martinson analisara para este artigo duzentos e trinta e um estudos de medidas de correcção efectuadas entre 1945 e 1967. A sua conclusão pessimista passou a ser conhecida como a doutrina "*Nothing Works*". Podemos, contudo, levantar três objecções à validade desta teoria: em primeiro lugar, não havia muita informação relativamente às medidas de reinserção social utilizadas; em segundo, diversos outros estudos da altura contestaram a doutrina "*Nothing Works*"; em terceiro, o próprio Martinson chegou a reconsiderar a sua conclusão em 1979. (*Ibidem*: p. 26) Sublinhamos, além disso, que as memórias de Panzram foram publicadas pela primeira vez no ano 1970.

A razão pela qual a doutrina "*Nothing Works*" se tornou tão popular apesar dos seus defeitos está relacionada com a situação política da altura. Os conservadores, que defendiam medidas punitivas mais severas, finalmente obtiveram com Martinson uma posição científica que justificava as suas ideias consideradas reacionárias. Por sua vez, os liberais, que supostamente teriam contestado a doutrina de Martinson, acreditavam que o escândalo de Watergate e as agressões sofridas por defensores dos Direitos Civis indicavam que as classes altas estavam dispostas a usar a violência para manter os seus privilégios. Segundo os liberais, o tratamento dos prisioneiros carecia de transparência, pelo que os agentes prisionais podiam favorecer os criminosos mais abastados e prejudicar os mais pobres. (*Ibidem*: pp. 28-29) Em suma, ambos os lados do espectro político tinham motivos ideológicos para ignorar qualquer objecção à doutrina "*Nothing Works*".

O impacto desta ideia perdurou até aos anos 90, pois um inquérito efectuado em 1995 revelou que apenas 26% do povo americano acreditava que o objectivo da prisão devia ser a reabilitação dos prisioneiros (uma descida na percentagem de quase 50% desde 1970).

(Petersilia, 2003: p. 70)

## 2.2 Os Resultados dos Métodos de Reabilitação

De acordo com o princípio da modulação das penalidades, deve ser possível alterar a sentença conforme o progresso de cada indivíduo a nível da sua preparação para a reinserção social. (Foucault, *op.cit.*: p. 269)

Contudo, no que diz respeito às medidas de reabilitação em si, Foucault afirma que é impossível não haver casos de regresso à prisão, uma vez que esta fornece aos prisioneiros apenas tarefas inúteis, que em nada servirão para estes conseguirem emprego assim que forem libertados. (*Ibidem*: p. 266) De facto, o tema do trabalho na prisão está presente no capítulo intitulado "Complete and Austere Institutions". Foucault considera que a intensidade da severidade da prisão tem de ser proporcional aos efeitos que esta está a ter em cada prisioneiro. No caso francês, em 1825, o sistema prisional compreendia 4 fases:

a period of intimidation (deprivation of work and of any internal or external relations); a period of work (isolation, but work which, after the phase of forced idleness, would be welcomed as benefit); a régime of moralization (more or less frequent "lectures" from the directors and official visitors); a period of work in common. (*Ibidem*: pp. 245-246)

De facto, é na importância do trabalho que consiste o chamado princípio do trabalho como obrigação e direito. (*Ibidem*: p. 270)

Por sua vez, Cullen e Gendreau defendem que existe uma série de aspectos fundamentais para o sucesso de uma intervenção reabilitadora. Estes incluem boas relações entre prisioneiros e guardas, fornecer exemplos de boa conduta a nível social, o uso ajuizado da autoridade, e tomar medidas a fim de evitar que os presidiários repitam os seus crimes. (Cullen and Gendreau, *op.cit.*: p. 33) A evitar, segundo estes autores, é o modelo médico, e principalmente encorajar modificações no comportamento dos prisioneiros que se baseiem em castigos severos. (*Ibidem*: pp. 33-34) Como verificaremos no resto do capítulo, o sistema prisional raramente seguiu estas ideias.

O tema do trabalho na prisão é abordado em ambas as obras relativas aos *serial killers*. Segundo o romance de Mailer, Cline Campbell, clérigo mórmon e amigo de Gilmore, descrevia o sistema prisional da seguinte forma:

For twelve years, a prison had told him [Gilmore] when to go to bed and when to eat, what to wear and when to get up. (...) Then one day they put the convict out the front door, told him (...) you are a capitalist. (...) Go out, find a job (...), report to work on time, manage your money, do all the things you were taught not to do in prison. (...) Eighty percent went back to jail. (Mailer, *op.cit.*: p. 475)

Em suma, quer os prisioneiros sejam forçados a trabalhar ou isolados, o resultado é o mesmo: os recém-libertados não estão preparados para o mercado de trabalho. Por esta razão, Gilmore chegou a dizer ao acusador do seu caso que o sistema prisional não reabilitava ninguém, e referiu a sua ideia de que "prisons breed, they don't deter crime" (*Ibidem*: p. 303). Outro

problema relacionado com o trabalho na prisão é que é muito difícil para um ex-prisioneiro com cadastro criminal encontrar alguém que o empregue, principalmente se cumpriu uma pena longa. (Schinkel, *op.cit.*: p. 141)

Panzram, por sua vez, foi alvo de uma experiência bastante inovadora de reinserção social. Quando foi prisioneiro da Prisão de Oregon, surgiu um novo chefe dos agentes prisionais chamado Charles A. Murphy. Este não acreditava na severidade dos seus antecessores e realizou um pacto com o *serial killer*: se este último promettesse regressar à prisão antes do anoitecer, podia passar o resto do dia em liberdade. O próprio Panzram ficou surpreendido consigo mesmo quando regressou, apesar de inicialmente tencionar fugir. (Gaddis and Long, *op.cit.*: p. 73)

Entretanto, Murphy organizou uma equipa de baseball, uma banda, e conseguiu que o assassino trabalhasse para si em máquinas sem que qualquer incidente negativo ocorresse. A intenção por detrás destas medidas era óbvia: o chefe prisional planeava "reformatar" todos os seus prisioneiros, preparando-os para a liberdade.

Inicialmente, o plano de Murphy funcionou. No entanto, 7 ou 8 meses após a entrada do chefe prisional, Panzram acabou por fugir mesmo e assaltar uma casa. Apesar de ter sido recapturado, o seu exemplo resultou em diversas tentativas de fuga e rixas por parte de outros prisioneiros, pelo que Murphy acabou por ser substituído em 1918, as suas ideias completamente desacreditadas. (*Ibidem*: pp. 78-79, 264)

Gilmore também aparenta ter participado em uma das tentativas fracassadas de curar os prisioneiros: o modelo médico. O *serial killer* afirma ter agredido um guarda por recusar uma injeção de Prolixin. (Mailer, *op.cit.*: p. 27) Esta última é uma droga anti-psicótica dada a esquizofrénicos. (Drugs.com, 2018) Uma vez que o cadastro do assassino mostrava vários actos de violência (Mailer, *op.cit.* p. 304), é provável que tivesse sido diagnosticado na prisão com esquizofrenia. De facto, o modelo médico consistia em classificar os presidiários conforme o crime que cometeram e o motivo do mesmo. A partir desses dados, os psiquiatras prescreviam remédios a fim de provocar uma alteração química no cérebro que eliminasse as tendências criminosas do paciente. (MacKenzie, 1989: p. 166)

É possível que o fracasso do modelo médico se deva à sua natureza desnecessariamente complicada e redundante. Segundo o livro de Gaddis e Long, um prisioneiro expôs a problemática da seguinte forma:

There appears to be an inverse correlation between the amount of delinquency research and delinquency reduction. (...) Perhaps if these experts stopped telling us about causes and cures, the kids themselves would have a better chance to escape into normality. (...) the solid knowledge we now have... has been completely ignored as bright young men persist in rediscovering the obvious and of course getting well paid for it. (...) A dedicated scholar is a guy who knows somebody who will pay him handsomely for doing what he claims he is the only person trained to do. (Gaddis and Long, *op.cit.*: pp. 269-270)

Panzram também exprimiu numa carta a Lesser o seu cepticismo relativamente à veracidade das intenções do poder judicial. Segundo o mesmo:

The criminal does not profit by his crimes. It is the law makers and the law enforcers who do profit the most. (...) writers, judges, lawyers, and would-be expert criminologists. These people make a nice, soft living out of crime. Don't think for a minute that they are going around really meaning to do as they say they wish to. Put down crime. (*Ibidem*: pp. 118-119)

Em suma, o modelo médico aparenta ter sido apenas uma forma de os estudiosos ganharem dinheiro com teorias inúteis. De facto, se algum deles tivesse encontrado uma solução para as tendências criminosas, ter-se-ia privado a si e aos seus colegas de uma fonte de lucro duradoura.

Panzram e Gilmore não são os únicos a reconhecer o fracasso das medidas de reinserção social. Um problema com o sistema prisional está relacionado com a aplicação da chamada "*procedural justice*". Esta última depende de quatro factores: a capacidade do prisioneiro de intervir em qualquer decisão que diga respeito à sua reabilitação ou forma de cumprir a sentença, a neutralidade das decisões, o tratamento justo e digno dos presidiários, e a confiança na boa fé das autoridades. (Schinkel, *op.cit.*: pp. 138-139) Contudo, os prisioneiros que Schinkel entrevistou não acreditam que o sistema prisional esteja interessado em melhorar as suas condições, pois não respeitam as suas opiniões.

Outra questão pertinente à reinserção social é a utilização dos chamados "*cognitive behavioural courses*". Estes consistem em ajudar o prisioneiro a reavaliar os seus actos criminosos e de que forma eles podiam evitar tê-los cometido. Schinkel afirma que muitos dos presidiários que entrevistou viam este método como o mais eficaz na sua reabilitação. (*Ibidem*: p. 122) No entanto, outros admitiram que tentavam dar aos terapeutas as respostas que eles desejavam ouvir (ou seja, exibiam falso arrependimento pelos actos criminosos). Além disso, os prisioneiros consideravam que o verdadeiro objectivo dos cursos é simplesmente dar a aparência de que o método está a resultar, mesmo que não esteja. Contudo, o maior obstáculo ao sucesso deste método é o seu cariz obrigatório em algumas prisões. Isto implica que os prisioneiros que desejam genuinamente alterar o seu comportamento e participam de forma activa, partilhem as suas sessões com aqueles que não estão interessados, o que resulta num desequilíbrio do progresso efectuado nos cursos. (*Ibidem*: p. 125)

Finalmente, falta discutir os méritos da liberdade condicional. Esta medida, que em inglês se chama "*parole*" (que, por sua vez, provém de "palavra" em francês), teve o seu início em 1867, quando foi ratificada uma lei segundo a qual era retirado um mês da sentença do prisioneiro cada ano que demonstrasse boa conduta geral. (Hoffman, 2009: p. 5) Segundo Hoffman, ao longo dos anos, verificamos uma série de reformas que visam reduzir o tempo que um presidiário tem de estar preso antes de poder solicitar liberdade condicional. Em 1930, isto era possível após um terço da sentença máxima cumprida. (*Ibidem*, pp. 7-8)

Em 1907, o estado de Nova Iorque foi o primeiro a adoptar por inteiro o sistema de liberdade condicional, incluindo a possibilidade de reduzir as sentenças, a supervisão do ex-prisioneiro por um determinado período de tempo e as condições para a revogação da *parole*. (Petersilia, *op.cit.*: p. 60) Relativamente a este último aspecto, segundo a obra de Mailer, a liberdade condicional não é revogada por um " *misdemeanor*" (crime menor), pelo menos quando Gilmore a obteve em 1976. (Mailer, *op.cit.*: p. 168)

Não se pense, no entanto, que a reabilitação dos presidiários foi sempre a intenção principal

do poder legislativo. Na verdade, segundo Bottomley, "It is doubtful whether parole ever really operated consistently in the United States either in principle or practice" (Bottomley *apud* Petersilia: p. 63). De facto, apesar das diversas reformas referidas acima, a liberdade condicional era conveniente principalmente para colmatar o excesso populacional de várias prisões e reduzir a violência entre prisioneiros. Além disso, em 1998, 80% do povo americano considerava que a liberdade condicional devia ser mais difícil de obter (um decréscimo de apenas 2% desde 1934). (*Ibidem*)

Na prática, as decisões relativas à concretização da *parole* foram sempre efectuadas por um comité, que tomava em consideração principalmente a gravidade do crime que o prisioneiro cometeu. (*Ibidem*)

Nos anos 70 e 80 (altura em que a doutrina "*Nothing Works*" fora adoptada pela maioria dos penólogos), foram colocadas três objecções principais à liberdade condicional:

Em primeiro lugar, não havia provas de que a *parole* reduzia o nível de reincidência (apesar de haver, na altura, poucos estudos relativos a este tema); em segundo lugar, foi argumentado que, uma vez que não havia uma sentença definitiva, nem era tomada em consideração a boa conduta dos prisioneiros, a medida era injusta; finalmente, a autoridade atribuída ao comité para decidir quem podia ou não solicitar liberdade condicional foi contestada, uma vez que tal podia resultar em decisões discriminatórias a nível racial. (*Ibidem*: pp. 66-67) Estas objecções, segundo Petersilia, levaram vários estados a abolir a liberdade condicional, incluindo Maine em 1976. A Califórnia, inclusive, alterou o seu Código Penal para declarar que o objectivo do sistema prisional era a punição e não a reabilitação. (*Ibidem*: p. 70) A *History of the Federal Parole System* de Hoffman não refere estas mudanças. Contudo, segundo a mesma, a *Parole Commission and Reorganization Act* foi outorgada em 1976, que obrigou os comités a seguir guias relativos às decisões que podiam tomar. Além disso, a Comissão passou a ter de vigiar o recém-libertado durante dois a cinco anos. (Hoffman, *op.cit.*: pp. 21-23) Os guias foram provavelmente criados como resposta às acusações acima referidas de discriminação por parte dos comités.

Em 2002, 16 estados aboliram a prerrogativa da Comissão de atribuir liberdade condicional fora dos guias (Petersilia, *op.cit.*: p. 70) e foi publicada, para os membros novos do comité, um *Desk Book on Training and Reference Materials* (Hoffman, *op.cit.*: p. 34). Em suma, o poder da Comissão foi delimitado cada vez mais desde os anos 70 até o início do século XXI. No entanto, a nível de reabilitação, os resultados positivos aparentam ter sido sempre escassos independentemente das reformas.

### Conclusão

Tomando em consideração as obras consultadas, torna-se nítido que as evoluções presentes no sistema prisional norte-americano desde a época de Panzram até a actualidade foram muito escassas. Ainda existem prisões com más condições, os guardas continuam a possuir o poder de controlar os prisioneiros sem, no entanto, os auxiliar, e os resultados das medidas de reinserção social foram maioritariamente insatisfatórios. Este facto agravou-se principalmente durante os anos 70, quando nenhum lado do espectro político estava disposto a apoiar a reabilitação dos presidiários.

É necessário sublinhar que tanto Panzram como Gilmore foram vítimas de violência na

prisão durante boa parte das suas vidas, algo que teria contribuído indubitavelmente para as suas tendências antissociais.

Por outro lado, podemos verificar um padrão que perdura desde o início do século XX: o poder central aparenta ter estado sempre mais preocupado com a aparência de melhoramentos do que com ajudar genuinamente os prisioneiros, a fim de convencer os eleitores sem grandes despesas. Esta é a opinião não só dos *serial killers* que estudámos, mas também de vários prisioneiros da actualidade, que se sentem traídos pelo sistema. É possível que o motivo deste fenómeno seja, partindo da ideia de Foucault, que o tratamento dos prisioneiros serve de aviso para quem se sentir tentado a quebrar a lei, ou que um sistema de reabilitação que funcionasse prejudicaria financeiramente advogados e juizes, como sugere Panzram. Seja como for, é evidente que a evolução do sistema prisional sofreu consideravelmente devido à sua estagnação e a tentativas muitas vezes insinceras e negligentes de reinserir os prisioneiros na sociedade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULLEN, Francis & Paul Gendreau. "The Effectiveness of Correctional Rehabilitation: Reconsidering the 'Nothing Works' Debate". In *The American Prison: Issues in Research and Policy*, 23-44. New York: Plenum Press, 1989.

Drugs.com. "Prolixin". Last modified September 26, 2018.

<https://www.drugs.com/mtm/prolixin.html>

FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Translated by Alan Sheridan. New York: Vintage Books, s.d.

<https://zulfahmed.files.wordpress.com/2013/12/disciplineandpunish.pdf>

GADDIS, Thomas E. & James O. Long. *Panzram: A Journal of Murder*. Los Angeles: Amok Books, 2002

GOODSTEIN, Lynne & Kevin Wright. "Inmate Adjustment to Prison". In *The American Prison: Issues in Research and Policy*, 229-252. New York: Plenum Press, 1989a.

HEPBURN, John R.. "Prison Guards as Agents of Social Control". In *The American Prison: Issues in Research and Policy*, 191-208. New York: Plenum Press, 1989.

HOFFMAN, Peter. "History of the Federal Parole System". 2009.

<https://www.justice.gov/sites/default/files/uspc/legacy/2009/10/07/history.pdf>

MACKENZIE, Doris. "Prison Classification: The Management and Psychological Perspectives". In *The American Prison: Issues in Research and Policy*, 163-190. New York: Plenum Press, 1989.

MAILER, Norman. *The Executioner's Song*. New York: Warner Books, 1980

NISSLY, Elizabeth Joy. "The Rhetoric of Imprisonment: Selections, Deflections, and Reflections of Reality in Correctional Communication Practices". s.l. Master's Thesis, Western Carolina

University, 2015

PETERSILIA, Joan. *When Prisoners Come Home: Parole and Prisoner Reentry*. Oxford: Oxford University Press, 2003

SCHINKEL, Marguerite. "Long Term Prisoners' Account of their Sentence". PhD diss., University of Edinburgh, 2013.

TAHAMONT, Sarah. "Essays on the Effects of Correctional Policies on Prison Misconduct". PhD diss., University of California, 2013.

WRIGHT, Kevin, and Lynne Goodstein. "Correctional Environments". In *The American Prison: Issues in Research and Policy*, 263-272. New York: Plenum Press, 1989b.

## RESUMO

Ao longo dos anos, várias teorias foram elaboradas relativamente a como podemos "curar" os prisioneiros das suas tendências criminosas e inseri-los de volta na sociedade. Dois assassinos americanos, Carl Panzram e Gary Gilmore, são conhecidos principalmente pelas suas experiências extremamente negativas nos estabelecimentos prisionais, ao ponto de preferirem a execução à prisão perpétua. Estudando a obra *Panzram: Journal of Murder*, que contém a autobiografia de Panzram, e o romance *The Executioner's Song* de Norman Mailer, que descreve os eventos que levaram à execução de Gilmore, procuramos explicar de que forma o sistema prisional contribuiu para as tendências homicidas de ambos os homens. Além disso, traçamos a evolução da prisão desde o tempo dos assassinos até à actualidade, referindo as funções dos guardas e as condições dos estabelecimentos prisionais americanos. Finalmente, discutimos a eficácia das medidas de reinserção social tomadas desde o tempo de Panzram, e se estas obedecem aos princípios elaborados por Michel Foucault na sua obra *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*.

## PALAVRAS-CHAVE

*Serial killers*. Prisão. Reinserção social. Carl Panzram. Gary Gilmore.

## ABSTRACT

Over the years, numerous theories have been developed concerning how prisoners may be "cured" of their criminal tendencies and reinserted into society. Two American killers, Carl Panzram and Gary Gilmore, are mainly known for their extremely negative experiences in correctional facilities, to the point of preferring execution to life in prison. By studying the work *Panzram: Journal of Murder*, which contains Panzram's autobiography, and the novel *The Executioner's Song*, which depicts the events that led to Gilmore's execution, I endeavour to

explain in what way the prison system contributed to both men's homicidal tendencies. Furthermore, I trace the evolution of American prisons from the time of the murderers to the present, referring to the guards' functions and to the conditions in correctional facilities. Finally, I discuss the effectiveness of the measures of social reinsertion attempted since Panzram's time, and whether they obey Michel Foucault's principles from his work *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*.

#### KEYWORDS

Serial killers. Prison. Social reinsertion. Carl Panzram. Gary Gilmore.



**CHURCHILL ON RELIGION**  
**THE INTUITION**



Arthur Pan. Winston Churchill, 1943.

**AMÉRICO PEREIRA**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

In his memoirs book, *My early life* (first published in 1930), at the beginning of Chapter IX, "Education at Bangalore", Winston Churchill confesses that<sup>1</sup>:

"It was not until the winter of 1896, when I had almost completed my twenty-second year, that the desire for learning came upon me."<sup>2</sup>

The way the Old Bulldog refers to this event depicts it as something similar to a revelation: it "came upon" him. Significant it is. Having been considered, predominately by his beloved but unloving father as stupid and unfit for anything other than the Military, the boy Winston lived up to such brilliant expectations.

Nevertheless, the same boy had revealed himself the master of an immense memory, both extensive and acute, and the owner of a very peculiar and rather establishment unfriendly intuitive intelligence, as one can perceive reading the "table episode" narrated in the same memoirs book (pp. 9-11), where he declared not to address himself to tables, even though the Latin language permitted so. This

---

<sup>1</sup> BIO NOTE: Américo José Pinheira Pereira, Doctor in Philosophy, Portuguese Catholic University, 1996. Several items of scientific publications in the areas of Ontology, Ethics, Portuguese Thought, Epistemology, Philosophy of Religion, Ancient Philosophy and Political Philosophy, including nine books. Various Academic Administrative positions. Director of the Philosophy Department 2013-15. Senior research member and Board member of the Philosophy Centre of the Portuguese Catholic University. His main publications are: *Ética e Teologia. Declinações de uma relação* (2016); *Eros e Sophia. Estudos platônicos II* (2015); *A Crise do Bem. Reflexão sobre o Job e o sofrimento* (2014); LAVELLE, Louis, *Cadernos de Guerra. Na frente*, Francisco Piedade Vaz (transl.), Américo Pereira (coord.); "Guerra, uma redefinição", *Synesis*, vol. 6, nº 2, Jul/Dez 2014, pp. 1-20.

<sup>2</sup> CHURCHILL Winston, *My Early Life*, London, Eland, 2000, p. 107, [1930]. All other quotations will be from this same edition, marked *Ibidem*.

kind of establishment-strange way of being intelligent was what classified him as 'stupid'. One has to thank the gods for such stupidity, the same that allowed him to perceive in Hitler, since at least 1932, what apparently all others – all of them very 'non-stupid', whose paragon was Neville Chamberlain – did not: that Hitler was a political and human monster, ready to plunge the world in chaos and indiscriminate murder.

The revelation-like type of his turning to learning can thus be pertinently appreciated as an authentic revolution from a stance of stupidity and ignorance, as prophesised by Lord Randolph Churchill, to a stance of real interest in knowledge. The irony of Churchill's writing is bitter and reveals the consciousness of someone who effectively discovers that he is capable of learning well and swiftly, even as widely and deeply. Churchill, perhaps for the good of Mankind, never was an Academic or even a formal Scholar: but who remembers the great majority of Academics or Scholars?

The beginnings of the long learning itinerary were Socratic: "I began to feel myself wanting in even the vaguest knowledge about many large spheres of thought." <sup>3</sup> The reality of the departure was, thus, less 'divine': the young Cavalry Officer recognized that he was ignorant. This is the normal and actual point of departure for anyone who sets about to learn not as a social obligation but as a personal spiritual adventure. Churchill had found, at last, the world of search for meaning, the world of Socrates and the Socratics.

It is no wonder that in p. 111 he mentions the "hemlock". One wonders, reading systematically Churchill's memoirs, if this presence of the 'hemlock peril' is not constant in them, perhaps the deep root of what is commonly known as "Churchill's 'black dog'": the feeling of perhaps being wrong in spite of all evidence. After the prophecies of stupidity and the realities of wrong options, albeit the clarity of evidence, with all others who mattered still being against him, the old soldier found himself alone and misunderstood, unloved, ever impertinent and best to be dead.

---

<sup>3</sup> *Ibidem.*

Fortunately for humankind the Socratic intelligence was able, for many years, sooner or later, to kill or at least, even if in an ephemeral way, cast away the 'black dog', indicating the correct path to follow when the direst moments presented themselves.

Being known as a proud and even vain man, Churchill reveals himself in these pages as someone utterly different. The following long citation is a perfect example of that:

"One day, before I left England, a friend of mine had said: 'Christ's gospel was the last word in Ethics.' This sounded good; but what were Ethics? They had never been mentioned to me at Harrow or Sandhurst. Judging from the context I thought they must mean 'the public school spirit', 'playing the game', '*esprit de corps*', 'honourable behaviour', 'patriotism', and the like. Then someone told me that Ethics were concerned not merely with the things you ought to do, but with why you ought to do them, and that there were whole books written on the subject. I would have paid some scholar £2 at least to give me a lecture of an hour or an hour and a half about Ethics. What was the scope of the subject; what were its main branches; what were the principal questions dealt with, and the chief controversies open; who were the high authorities and which were the standard books? But here in Bangalore there was no one to tell me about Ethics for love or money. Of tactics I had a grip: on politics I had a view: but a concise compendious outline of Ethics was a novelty not to be locally obtained."<sup>4</sup>

Ignoring the anecdotic details concerning the absence of people in Bangalore capable of explaining what "ethics were", one can perceive that having heard for the first time about the existence of ethics was a veritable intellectual shock, furthermore, having being told that 'Christ's gospel was the last word in Ethics.'

Churchill's non formal education on religion was the doing of his beloved Nanny, Mrs. Everest, who was a woman who "held such a simple faith that she had no fears at all",<sup>5</sup> having lived "such an innocent and loving life of service to others",<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, pp. 107-108.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 73.

the same woman of whom Churchill affirms that "My nurse was my confident. [...] It was to her I poured out my many troubles, both now and in my schooldays."<sup>7</sup>

The example of faith he had was the example of simple faith of his confidante's. No intellectual speculation on the reasons of action there. Pure belief and the evident practical obligations were the mainstays of the example of the woman who impeded his childhood from being a barren period of loveless life and lack of due appreciation.

No wonder, then, that Churchill, formally educated in the formal religion of Harrow and the Military, thought that ethics related to Christ were "the public school spirit', 'playing the game', '*esprit de corps*', 'honourable behaviour', 'patriotism', and the like.". What else could they, for the moment, be? The world in which Churchill had been educated was a world of strict prescriptions both in morals and religion. Politicians and the Military limited themselves to follow up on these values. One was told what the right thing was, one believed with simplicity in it, one acted accordingly. That was all. In Latin, one was even supposed to address tables!<sup>8</sup>

This young man and officer, used to act on tradition and simple belief, found out that there was a new possible world, the world in which you could, and perhaps should, act pondering on the "why" of your possible action:

"Then someone told me that Ethics were concerned not merely with the things you ought to do, but with why you ought to do them".

There is a fundamental sense to what one does. On this naïve intuition much would depend, for the mature Churchill, though many times erring, always procured to be the master of the "why" of his action.

---

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>8</sup> *Ibidem*, pp. 10-11. Here one can find a marvelous account of what differentiated Churchill's special intelligence from the ones of his 'equals': the child Churchill did not address tables, even though Latin had a formal possibility for doing so. Would he have perceived Hitler and the latter's true aims if he had the kind of general intelligence that allowed people to "address tables"? One wonders.

Religion in the Army seemed to run on military type protocols. One observed what one was supposed to observe, asked no off-protocol questions and all was due to end well. In Churchill's own words:

"In the Army too there were regular church parades, and sometimes I marched the Roman Catholics to church, and sometimes the Protestants. Religious toleration in the British Army had spread until it overlapped the regions of indifference. No one was ever hampered or prejudiced on account of his religion. Everyone had the regulation facilities for its observance. In India the deities of a hundred creeds were placed by respectful routine in the Imperial Pantheon. In the regiment we sometimes used to argue questions like 'Whether we should live again in another world after this was over?' 'Whether we have ever lived before?' 'Whether we remember and meet each other after Death or merely start again like the Buddhists?' 'Whether some high intelligence is looking after the world or whether things are just drifting on anyhow?' There was general agreement that if you tried your best to live an honourable life and did your duty and were faithful to friends and not unkind to the weak and poor, it did not matter much what you believed or disbelieved. All would come out right. This is what would nowadays I suppose be called 'The Religion of Healthy-Mindedness.'"<sup>9</sup>

Some of the great religious and philosophical questions were, nevertheless, present. The "ethics" were also at least supposed. But the reality of it all seemed to lack the living flavour that always supported Churchill's endeavours: the expression "the Religion of Healthy-Mindedness" is quite meaningful of that tastelessness.

Effectively, the lack of taste derives from the reduction of religion to an ethical form; just another one. A commercial form to be more precise: one behaves well, thus, one gets the due reward, as if human life and action were part of a great universal deontological protocol, administered by a kind of super-gamekeeper or warden, Mr. God.

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 112.

The religious scepticism phase ensued, and the self-educating young man experienced the company of some then illustrious thinkers:

"I now began to read a number of books which challenged the whole religious education I had received at Harrow. The first of these books was *The Martyrdom of Man* by Winwood Reade. This was Colonel Brabazon's great book. He had read it many times over and regarded it as a sort of Bible. It is in fact a concise and well-written universal history of mankind, dealing in harsh terms with the mysteries of all religions and leading to the depressing conclusion that we simply go out like candles. I was much startled and indeed offended by what I read. But then I found that Gibbon evidently held the same view; and finally Mr. Lecky, in his *Rise and Influence of Rationalism* and *History of European Morals*, both of which I read this winter, established in my mind a predominantly secular view. For a time I was indignant at having been told so many untruths, as I then regarded them, by the schoolmasters and clergy who had guided my youth. Of course, if I had been at a University, my difficulties might have been resolved by the eminent professors and divines, who are gathered there. At any rate, they would have shown me equally convincing books putting the opposite point of view. As it was I passed through a violent and aggressive anti-religious phase which, had it lasted, might easily have made me a nuisance."<sup>10</sup>

The formal mode of reduction of religion to ethics remains. As a micro-cosmos of the civilization to which he belonged, Churchill was experiencing the intellectual void that the reduction of religion to ethics necessarily carries. As just another form of ethic theory or method, religion reveals itself as another cultural product, and nothing else. The human being soon has the intuition that there is nothing other than his reality and the reality of the world in its physical strict sense.

The profound "religious questions" mentioned above all receive the same negative answer: all there is and all there will ever be is this physical mode of being. Necessarily all ends with physical death and with it all possibility of sense.

This definitive negative answer was not sufficient to a person such as Churchill, in whom life revealed itself as most abundant. Death as the supreme lord is not an

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 113.

acceptable end. All sense lost is an absurd: "leading to the depressing conclusion that we simply go out like candles. I was much startled and indeed offended by what I read.". This certainty was not what Churchill's "simple faith" and complicated life had shown him and would show him.

Young Churchill's eagerly sought for many adventures, some of which lived before the delivery end of a gun barrel. Those experiences made the youth ponder differently upon the trends and hazards of life. In his own words:

"My poise was restored during the next few years by frequent contact with danger. I found that whatever I might think and argue, I did not hesitate to ask for special protection when about to come under the fire of the enemy: nor to feel sincerely grateful when I got home safe to tea. I even asked for lesser things than not to be killed too soon, and nearly always in these years, and indeed throughout my life, I got what I wanted. This practice seemed perfectly natural, and just as strong and real as the reasoning process which contradicted it so sharply. Moreover the practice was comforting and the reasoning led nowhere. I therefore acted in accordance with my feelings without troubling to square such conduct with the conclusions of thought."<sup>11</sup>

Did Churchill simply separate practice from theory? Is he telling that what was thought about grave religious questions did not matter as long as one had one's life running smoothly according to one's desires? At first sight it may well seem that this is the conclusion to draw from his words. Nevertheless, that would be just an alternative form of 'Healthy-Mindedness', something we already know not to be in Churchill's liking.

What, then, is his point? His point is that the substance of what one's life is changes radically one's perspective on things. Religion, though capable of being submitted to the screen of thought, is not reducible to what that screen filters as acceptable. It is the living experience that yields the meaning that the person understands as religious. No one tells anyone what religion is. No one tells anyone what the latter's religious experience is and what is its meaning.

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, pp. 113-114.

That which a bourgeois Churchill previously experienced as religion is something quite different from what he experienced later as a front line officer, killing and always on the verge of being killed. The extreme peril, the peril of losing one's life, one's unique being and chance of being, changes dramatically the value of everything that constitutes human life.

Facing mortal danger, why not ask for the protection of something we believe is capable of protecting us? The unreasonable thing to do would be to ask for the protection of something we knew could not protect us or we were absolutely certain that did not exist at all. There is no such negative certainty, and that is why Theology can discuss it: one does not discuss certainties.

So, nothing is more intelligent for someone who believes that something may help, travelling the dire commotions of battle, than to ask for its help: "I did not hesitate to ask for special protection when about to come under the fire of the enemy: nor to feel sincerely grateful when I got home safe to tea.". The gratitude, a common and very important feature of religious experience, is the act that the recipient of a grace offers to the giver of such a grace. Of course, the grace, as experienced, is the confirmation of the goodness of one's belief.

In terms of living experience, there is no vicious circle in this mode of thinking, for this is no act of disembodied thought, but the *intuition* of the sense that constitutes the absolute of any human experience, its meaning. In the light of such an intense experience and the absolute that is its meaning as lived, can anything really cast a shadow of doubt? Not for Churchill.

Therefore, is it not the exercise of thought far from the taste of reality that which needs to be questioned as far as its veracity and relation to the truthfulness of the same reality? Where does the truth about religion reside: in the scholastic cabinets or in the mud and blood of battle? Is it a matter of 'the brain' or of 'the gut', or both?

For Churchill, certainly it is the latter. Religion as all important matters is not a field for opinion: it is not what the others' opinions consist of that is important to

him, but what he finds out reality to be. If what he experiences as a religious subject does not agree with the criticism on religion, it must be the criticism that is wrong.

This is Churchill as Churchill, the genuine. The same attitude is found when he fought almost alone against the presence of Hitler and what the tyrant stood for. He cared nothing about the predominant view on the "Corporal": Churchill *knew* he was a vicious tyrant. Nothing else mattered.

One can ask oneself if Churchill's attitude towards Hitler was not a religious one, in the sense that it constituted an experience based on an intuition focused on the destiny of mankind. It was such in Hitler; it is hard to believe that it could be something other than this in Churchill, for just such a powerful intuition and experience could sustain such a long struggle not just against the tyrant, but against what seemed sometimes to be the whole world.

Without mentioning the author's name, Churchill quotes Blaise Pascal. Perhaps for us to understand how Churchill's mind worked and why he had his very peculiar way of being religious, we should listen to Pascal, explaining what he knew to be the "esprit de finesse", he, one of the greatest "géomètres" of all times:

"Tournez. C'est qu'ils ne peuvent du tout se tourner vers les principes de géométrie, mais ce qui fait que des géomètres ne sont pas fins, c'est qu'ils ne voient pas ce qui est devant eux et qu'étant accoutumés aux principes nets et grossiers de géométrie et à ne pas raisonner qu'auprès avoir bien vu et manié leurs principes, ils se perdent dans les choses de finesse, où les principes ne se laissent pas ainsi manier. On les voit à peine, on les sent plutôt qu'on ne les voit, on a des peines infinies à les faire sentir à ceux qui ne les sentent pas d'eux-mêmes. [...] Il faut tout d'un coup voir la chose, d'un seul regard et non pas par progrès de raisonnement, au moins jusqu'à un certain degré."<sup>12</sup>

Churchill is an extraordinary example of this kind of intuition and of intuitive mind and life. His religion is what he sees as his experience of relation with God, a

---

<sup>12</sup> PASCAL Blaise, *Œuvres complètes*, Préface d'Henry Gouhier, Présentation et notes de Louis Lafuma, Paris, Éditions du Seuil, 1963, "Pensées", série XXII, 512-1, p. 576.

most personal figure of God (act of God?), perhaps only understandable by the man who did not address tables.

#### ANNEX: The whole fragment quoted from *My Early Life*

"My various readings during the next two years led me to ask myself questions about religion. Hitherto I had dutifully accepted everything I had been told. Even in the holidays I always had to go once a week to church, and at Harrow there were three services every Sunday, besides morning and evening prayers throughout the week. All this was very good. I accumulated in those years so fine a surplus in the Bank of Observance that I have been drawing confidently upon it ever since. Weddings, christenings, and funerals have brought in a steady annual income, and I have never made too close enquiries about the state of my account. It might well even be that I should find an overdraft. But now in these bright days of youth my attendances were well ahead of the Sundays. In the Army too there were regular church parades, and sometimes I marched the Roman Catholics to church, and sometimes the Protestants. Religious toleration in the British Army had spread until it overlapped the regions of indifference. No one was ever hampered or prejudiced on account of his religion. Everyone had the regulation facilities for its observance. In India the deities of a hundred creeds were placed by respectful routine in the Imperial Pantheon. In the regiment we sometimes used to argue questions like 'Whether we should live again in another world after this was over?' 'Whether we have ever lived before?' 'Whether we remember and meet each other after Death or merely start again like the Buddhists?' 'Whether some high intelligence is looking after the world or whether things are just drifting on anyhow?' There was general agreement that if you tried your best to live an honourable life and did your duty and were faithful to friends and not unkind to the weak and poor, it did not matter much what you believed or disbelieved. All would come out right. This is what would nowadays I suppose be called 'The Religion of Healthy-Mindedness.'

Some of the senior officers also dwelt upon the value of the Christian religion to women ('It helps to keep them straight'), and also generally to the lower orders ('Nothing can give them a good time here, but it makes them more contented to think they will get one hereafter'). Christianity, it appeared, had also a disciplinary value, especially when presented through the Church of England. It made people want to be respectable, to keep up appearances, and so saved lots of scandals. From this standpoint ceremonies and ritual ceased to be of importance. They were merely the same idea translated into different languages to suit different races and temperaments. Too much religion of any kind, however, was a bad thing. Among natives especially, fanaticism was highly dangerous and roused them to murder, mutiny or rebellion. Such is, I think, a fair gauging of the climate of opinion in which I dwelt.

I now began to read a number of books, which challenged the whole religious education I had received at Harrow. The first of these books was *The Martyrdom of Man* by Winwood Reade. This was Colonel Brabazon's great book. He had read it many times over and regarded it as a sort of Bible. It is in fact a concise and well-written universal history of mankind, dealing in harsh terms with the mysteries of all religions and leading to the depressing conclusion that we simply go out like candles. I was much startled and indeed offended by what I read. But then I found that Gibbon evidently held the same view; and finally Mr. Lecky, in his *Rise and Influence of Rationalism* and *History of European Morals*, both of which I read this winter, established in my mind a predominantly secular view. For a time I was indignant at having been told so many untruths, as I then regarded them, by the schoolmasters and clergy who had guided my youth. Of course if I had been at a University my difficulties might have been resolved by the eminent professors and divines who are gathered there. At any rate, they would have shown me equally convincing books putting the opposite point of view. As it was I passed through a violent and aggressive anti-religious phase which, had it lasted, might easily have made me a nuisance. My poise was restored during the next few years by frequent contact with danger. I found that whatever I might think and argue, I did not hesitate to ask for special protection when about to come under the fire of the enemy: nor to feel sincerely grateful when I got home safe to tea. I even asked for lesser things than not to be killed too soon, and nearly always in these years, and indeed throughout my life, I got what I wanted. This practice seemed perfectly natural, and just as strong and real as the reasoning process which contradicted it so sharply. Moreover the practice was comforting and the reasoning led nowhere. I therefore acted in accordance with my feelings without troubling to square such conduct with the conclusions of thought.

It is a good thing for an uneducated man to read books of quotations. Bartlett's *familiar Quotations* is an admirable work, and I studied it intently. The quotations when engraved upon the memory give you good thoughts. They also make you anxious to read the authors and look for more. In this or some other similar book I came across a French saying which seemed singularly apposite. 'Le cœur a ses raisons, que la raison ne connaît pas.' It seemed to me that it would be very foolish to discard the reasons of the heart for those of the head. Indeed I could not see why I should not enjoy them both. I did not worry about the inconsistency of thinking one way and believing the other. It seemed good to let the mind explore so far as it could the paths of thought and logic and also good to pray for help and succour, and be thankful when they came. I could not feel that the Supreme Creator who gave us our minds as well as our souls would be offended if they did not always run smoothly together in double harness. After all He must have foreseen this from the beginning and of course He would understand it all.

Accordingly, I have always been surprised to see some of our Bishops and clergy making such heavy weather about reconciling the Bible story with modern scientific and historical knowledge. Why do they want to reconcile them? If you are the recipient of a message which cheers your heart and fortifies your soul, which promises you reunion with those you have loved in a world of larger opportunity and wider sympathies, why should you worry about the shape or colour of the travel-stained envelope; whether it is duly stamped, whether the date on the postmark is right or wrong? These matters may be puzzling, but they are certainly not important. What is important is the message and the benefits to you of receiving it. Close reasoning can conduct one to the precise conclusion that miracles are impossible: that 'it is more likely that human testimony should err, than that the laws of nature should be violated'; and at the same time one may rejoice to read how Christ turned the water into wine in Cana of Galilee or walked on the lake or rose from the dead. The human brain cannot comprehend infinity, but the discovery of mathematics enables it to be handled quite easily. The idea that nothing is true except what we comprehend is silly, and that ideas that our minds cannot reconcile are mutually destructive, sillier still. Certainly nothing could be more repulsive both to our minds and feelings than the spectacle of thousands of millions of universes – for that is what they say it comes to now – all knocking about together for ever without any rational or good purpose behind them. I therefore adopted quite early in life a system of believing whatever I wanted to believe, while at the same time leaving reason to pursue unfettered whatever paths she was capable of treading.

Some of my cousins who had the great advantage of University education used to tease me with arguments to prove that nothing has any existence except what we think of it. The whole creation is but a dream; all phenomena are imaginary. You create your own universe as you go along. The stronger your imagination, the more variegated your universe. When you leave off dreaming, the universe ceases to exist. These amazing mental acrobatics are all right to play with. They are perfectly harmless and perfectly useless. I warn my younger readers to treat them as a game. The metaphysicians will have the last word and defy you to disprove their absurd propositions.

I always rested upon the following argument, which I devised for myself many years ago. We look up in the sky and see the sun. Our eyes are dazzled and our senses record the fact. So here is this great sun standing apparently on no better foundation than our physical senses. But happily there is a method, apart altogether from our physical senses, of testing the reality of the sun. It is by mathematics. By means of prolonged processes of mathematics, entirely separate from the senses, astronomers are able to calculate when an eclipse will occur. They predict by pure reason that a black spot will pass across the sun on a certain day. You go and look, and your sense

of sight immediately tells you that their calculations are vindicated. So here you have the evidence of the senses reinforced by the entirely separate evidence of a vast independent process of mathematical reasoning. We have taken what is called in military map-making 'a cross bearing'. We have got independent testimony to the reality of the sun. When my metaphysical friends tell me that the data on which the astronomers made their calculations, were necessarily obtained originally through the evidence of the senses, I say 'No?. they might, in theory at any rate, be obtained by automatic calculating-machines set in motion by the light falling upon them without admixture of the human senses at any stage. When it is persisted that we should have to be told about the calculations and use our ears for that purpose, I reply that the mathematical process has a reality and virtue in itself, and that once discovered it constitutes a new and independent factor. I am also at this point accustomed to reaffirm with emphasis my conviction that the sun is real, and also that it is hot – in fact hot as Hell, and that if the metaphysicians doubt they should go there and see." <sup>13</sup>

#### ABSTRACT

Having had an initial twofold education on religion, first under the paradigm of "simple faith" through the example of his Nanny, Mrs. Everest, on which a bourgeois mode of understanding religion was poured at Harrow and Sandhurst, when facing the mortal perils of frontline soldier life, Churchill evolved to a peculiar personal mode of understanding and living the relation with the divine.

#### KEYWORDS

Churchill, Religion, Intuition.

---

<sup>13</sup> CHURCHILL Winston, *My Early life*, London: Eland, 2000, pp. 111-116, [<sup>1</sup>1930].



## ***OS 50 ANOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA***



***Aurora Madaleno***  
***Universidade Católica Portuguesa***

## Enquadramento legal

**E**ntre a Igreja Católica e Portugal existem profundas relações históricas. É certo que, no período conturbado a seguir à implantação da República, se desrespeitou a velha tradição da boa harmonia; mas com a Concordata de 7 de Maio de 1940 reforçaram-se os laços históricos entre a Santa Sé e a República Portuguesa e consolidou-se a actividade da Igreja Católica em Portugal.

Importante referir, também, que Portugal foi admitido como membro das Nações Unidas em sessão especial da Assembleia Geral realizada a 14 de Dezembro de 1955.

As Nações Unidas é uma organização internacional dos povos que acreditam nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, bem como na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e das nações, grandes e pequenas.

---

<sup>1</sup> Nota biográfica: Pós-graduação em Direito Matrimonial Canónico (Instituto Superior de Direito Canónico, Universidade Católica Portuguesa, 2008). Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1980. Investigadora do Instituto Superior de Direito Canónico (Universidade Católica Portuguesa, desde 2004). Professora de Direito, Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, desde 1989. Advogada (Cédula 5346L), desde 1983. Cargos anteriores: Serviços Jurídicos da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, de 1983 a 2005. Presidente da Direcção da Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, de 2000 a 2003. Assessora Jurídica Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1994- 1996). Técnica Superior Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1988- 1994). Publicações: *A Cúria Romana à luz da história e do direito*, São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; *Procriação - Regime Jurídico*, São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; *Natal*, São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; *Viladentro - Quem pergunta quer saber*, São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; *No Centenário da República (1910-2010) - Saneamento e Reintegração*, São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012. *Direito do Ensino Religioso - Legislação Civil E Canónica, Pareceres e Jurisprudência*, Vol. I e Vol. II, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2012. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Forum Canonicum*, vol. III/2 (2008); A Propósito da Clonagem, *Árvore do Saber* (2003); Liberdade de Educação, *Árvore do Saber* (2002); Súmulas das Lições de Direito, ULTI (2001 e 2002); Fiscalização da Constitucionalidade das leis na Constituição, OA (1982).

E, já que a Igreja e o Estado trabalham em prol do bem comum e se empenham na construção de uma sociedade que promova a dignidade da pessoa humana, a justiça e a paz, há que pensar na fundação e manutenção de escolas em que o ensino que nelas se ministra seja notável pelo aspecto científico e pela boa orientação e que preparem pessoas animadas não apenas pela criação intelectual mas também pela vida de comunhão e de solidariedade humana.

Segundo o direito canónico, a verdadeira educação deve ter por objectivo a formação integral da pessoa humana, orientada para o seu fim último e simultaneamente para o bem comum das sociedades. Cf. o cânone 795 do Código do Direito Canónico:

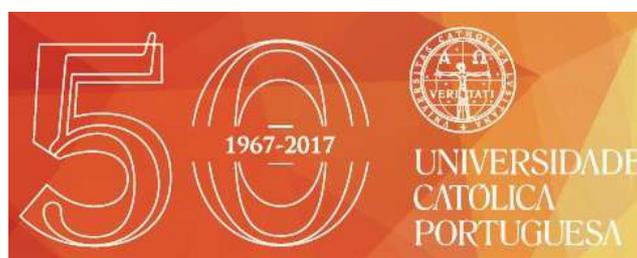
Sendo que a verdadeira educação deve promover a formação integral da pessoa humana, em vista de seu fim último e, ao mesmo tempo, do bem comum da sociedade, as crianças e jovens sejam educados de tal modo que possam desenvolver harmonicamente seus dotes físicos, morais e intelectuais, adquirir senso de responsabilidade mais perfeito e correcto uso da liberdade, e sejam formados para uma participação activa na vida social.

Segundo o artigo XX da Concordata de 1940:

As associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à fiscalização dêste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas e oficializadas.

O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende de autorização do Estado, e poderá ser livremente ministrado pela Autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados.

É livre a fundação dos seminários ou de quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado. A êste deverão, no entanto, ser comunicados os livros adoptados de disciplinas não filosóficas ou teológicas. As autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que no ensino das disciplinas especiais, como no da História, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português.



Em 1967, foi possível dar início à instalação da Universidade Católica Portuguesa, impulsionada pela Conferência Episcopal Portuguesa, sob a égide do Cardeal

Patriarca Dom Manuel Gonçalves Cerejeira que benzeu, em 30 de Junho desse ano, a primeira pedra da sede da Universidade, em Lisboa.

Já em 1963 havia sido publicado o Decreto-Lei n.º 45 382, de 23 de Novembro de 1963, a fixar as condições em que seria efectuado o pagamento ao Patriarcado de Lisboa dos terrenos da Cerca de S. Vicente de Fora ocupados pelo Liceu Gil Vicente, bem como as compensações pela cedência de terrenos de que o mesmo Patriarcado necessitava para a construção da Universidade Católica, efectuada por outras entidades (In: Diário do Governo, I Série, n.º 275, de 23 de Novembro de 1963, pp. 1817 e 1818)

Em 1967, a Congregação Romana da Educação Católica, pelo decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, de 13 de Outubro de 1967, procedeu à erecção das instituições académicas da Universidade, estabelecendo a Faculdade de Filosofia de Braga “como primeira efectuação da Universidade Católica Portuguesa”.

Em 19 de Outubro de 1968, abriu em Lisboa a Faculdade de Teologia. Foi designado Vice-Reitor, em exercício de Reitor, o Professor Doutor José Bacelar de Oliveira, SJ.

Pelo Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de Julho, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 165, de 15 de Julho de 1971, pp. 1019 e 1020, é aprovado o estatuto legal da Universidade Católica Portuguesa. Cf. o artigo 1.º:

A Universidade Católica Portuguesa é uma pessoa colectiva de utilidade pública e tem por fins, além de promover e difundir a cultura no domínio das ciências sagradas e profanas, ministrar o ensino de nível superior em paralelo com as restantes Universidades portuguesas e cultivar a investigação e o progresso das ciências nela professadas.

No mesmo ano, a Congregação Romana da Educação Católica, pelo Decreto *Humanam eruditionem*, de 1 de Outubro de 1971, erege canonicamente a Universidade Católica Portuguesa.

Em 1990, o Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de Abril, actualizou o enquadramento jurídico da Universidade Católica Portuguesa no confronto com as instituições congéneres de ensino superior universitário. A especificidade que lhe é própria advém da natureza da sua erecção pela Congregação Romana da Educação Católica, ao abrigo da Concordata de 1940 entre Portugal e a Santa Sé. A nova Concordata, assinada em 18 de Maio de 2004, vem reconhecer expressamente tal especificidade no seu art. 21º, n.º 3.

Segundo a *Magna Charta Universitatum*, proclamada em Bolonha em 8 de Setembro de 1998, “a universidade é, no seio das sociedades diversamente organizadas e em virtude das condições geográficas e do peso da história, uma instituição autónoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino”.

A Universidade tem que obedecer a normas legais que determinam não só os graus académicos que pode conceder mas também o seu funcionamento.



Selo Comemorativo dos 50 anos da Universidade Católica

Há em Portugal uma Lei de Bases do Sistema Educativo que estabelece princípios que as restantes leis do processo educativo têm que respeitar sob pena de ilegalidade. Em 2006, o Governo aprovou o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo que havia sido alterada em 2005. Era necessário criar condições para que "todos os cidadãos possam ter acesso à aprendizagem ao longo da vida", atribuindo aos estabelecimentos de ensino superior a responsabilidade pela sua selecção e para o reconhecimento da experiência profissional. O sistema de ensino, que antes era baseado na ideia da transmissão de conhecimentos, passava para um sistema baseado no desenvolvimento de competências, com adopção do sistema europeu de créditos curriculares (*ECTS-European Credit Transfer and Accumulation System*), baseado no trabalho dos estudantes, creditando a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros e introduzindo a possibilidade de creditação da experiência profissional e a formação pós-secundária. São os órgãos legal e estatutariamente competentes dos estabelecimentos de ensino superior que fixam os procedimentos a adoptar para a creditação.

Passados 64 anos sobre a Concordata de 1940, a Santa Sé e a República Portuguesa assinaram uma nova Concordata, em 18 de Maio de 2004. Impunha-se, na verdade, uma actualização da Concordata de 1940. Por um lado, porque Portugal fez a descolonização do Ultramar, tendo caducado o Acordo Missionário, aderiu à União Europeia e tem uma Constituição democrática nascida da Revolução de Abril. Por outro, houve transformações na vida da Igreja, após o Concílio Vaticano II, com nova redacção do Catecismo da Igreja Católica e novo Código de Direito Canónico.

A Nova Concordata começa por afirmar que a Igreja Católica e o Estado têm a sua própria ordem e são autónomos e independentes. Assenta nos princípios da

cooperação, da responsabilidade mútua, da liberdade religiosa e da separação de poderes.

Em 2004, o Decreto do Presidente da República n.º 80/2004, de 16 de Novembro, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 269, de 16 de Novembro de 2004, p. 6738, ratifica a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em 18 de Maio de 2004 na cidade do Vaticano, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, em 30 de Setembro de 2004.

Em 2005, o Aviso n.º 23/2005, de 7 de Janeiro de 2005, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Departamento de Assuntos Jurídicos, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 18, de 26 de Janeiro de 2005, p. 647, torna público terem sido trocados, no dia 18 de Dezembro de 2004, os instrumentos de ratificação da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, assinada em 18 de Maio de 2004 na cidade do Vaticano.

**Segundo o artigo 21.º, n.º 3, da Concordata de 2004:**

A Universidade Católica Portuguesa, erecta pela Santa Sé em 13 de Outubro de 1967 e reconhecida pelo Estado português em 15 de Julho de 1971, desenvolve a sua actividade de acordo com o direito português, nos termos dos números anteriores, com respeito pela sua especificidade institucional.

Parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa, aprovado em sessão de 13 de Julho de 1942 e homologado em 14 seguinte, publicado no Diário do Governo, II Série, n.º 177, de 31 de Julho de 1942, p. 4048 – equiparação do curso do Seminário Menor do Beato João de Brito ao curso geral dos liceus, do curso propedêutico de ciências do Instituto de Filosofia ao curso complementar de ciências dos liceus e do curso superior de filosofia e ciências do Instituto Filosófico Beato Miguel de Carvalho, S.J., de Braga, a um curso superior de ciências filosóficas.

[Nota: O Instituto Filosófico Beato Miguel de Carvalho é elevado a Faculdade de Filosofia pela Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades (Decreto de 22 de Abril de 1947 (havia um mestre-escola para ensinar os alunos que quisessem acorrer à Escola do Cabido que funcionava junto da Sé de Braga. É nesta tradição que se coloca a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.) [Foi o célebre Dom Frei Bartolomeu dos Mártires que, em 1563, "fundou" o Colégio de S. Paulo (teve como primeiro Reitor o Beato Inácio de Azevedo). Braga entra, assim, dentro da tradição dos Colégios dirigidos pelos Jesuítas portugueses. Quando os jesuítas foram expulsos de Portugal, em 1759, dirigiam vinte e oito colégios de ensino secundário em Portugal e a Universidade de Évora. O Colégio de S. Paulo, em Braga, foi o principal centro da educação da juventude bracarense (houve anos em que estiveram matriculados mais de dois mil alunos), adquirindo o privilégio de traje e actos académicos, com certas regalias ou usos do foro universitário. Os Jesuítas

quando regressaram a Braga em 1934, depois da expulsão de 1910, estabeleceram na Rua de S. Barnabé o Instituto Beato Miguel de Carvalho para o estudo da Filosofia. Em 1942, esses estudos são declarados pelo Ministério da Educação como "Curso Superior de Ciências Filosóficas". Em 1947, o Instituto é elevado a Faculdade Pontifícia. (In: <http://www.facfil.ucp.pt/historia.html>) – Foi reconhecido como Instituto Superior de Filosofia pelo Ministério da Educação em 1966.]

Em 29 de Maio de 1944, o Instituto Católico Português foi registado, no Governo Civil de Lisboa, como pessoa colectiva eclesiástica, beneficiário e gestor de doações destinadas à futura Universidade Católica.

#### Legislação específica e aplicável à Universidade Católica Portuguesa

Em 1962, o Decreto n.º 44 211, de 27 de Fevereiro de 1962, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 44, de 27 de Fevereiro de 1962, p. 180, determina que em todas as escolas universitárias as provas para a conquista do título de professor agregado sejam as mesmas do concurso para professor extraordinário.

Em 1963, o Decreto-Lei n.º 45 382, de 23 de Novembro de 1963, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 275, de 23 de Novembro de 1963, pp. 1817 e 1818, fixa as condições em que será efectuado o pagamento ao Patriarcado de Lisboa dos terrenos da Cerca de S. Vicente de Fora ocupados pelo Liceu Gil Vicente, bem como as compensações pela cedência de terrenos de que o mesmo Patriarcado necessita para a construção da Universidade Católica, efectuada por outras entidades.

Em 1965, o Decreto n.º 46 646, de 16 de Novembro de 1965, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 260, de 16 de Novembro de 1965, p. 1467, autoriza os alunos dos cursos superiores a inscreverem-se em disciplinas de determinado ano desde que não lhes falte aprovação em mais de duas do ano anterior.

Em 1970, o Decreto n.º 118/70, de 19 de Março, publicado no Diário da República, I Série, n.º 66, de 19 de Março de 1970, p. 328, permite a equiparação ao doutoramento pelas Universidades portuguesas o doutoramento obtido em Universidades ou institutos de investigação científica estrangeiros.

Em 1970, o Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto, publicado no Diário da República, I Série, n.º 190, de 18 de Agosto de 1970, pp. 1076 a 1078, estabelece um novo regime do doutoramento nas Universidades portuguesas - foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro.

Em 1971, o Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de Julho, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 165, de 15 de Julho de 1971, pp. 1019 e 1020, aprova o estatuto legal da Universidade Católica Portuguesa. - Ver o Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de Abril.

Em 1972, o Decreto-Lei n.º 264/72, de 31 de Julho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 177, de 31 de Julho de 1972, pp. 980 a 981, determina que as

Universidades possam organizar, durante o período de férias, cursos intensivos de preparação e aperfeiçoamento ou de actualização sobre matérias dos planos de estudo dos cursos nelas professados ou matérias afins.

Em 1973, o Decreto-Lei n.º 581/73, de 5 de Novembro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 258, de 5 de Novembro de 1973, pp. 2095 a 2100, organiza a Direcção-Geral do Ensino Superior - Preâmbulo (consequência da criação e reestruturação das novas escolas e inspecção pedagógica dos estabelecimentos de ensino superior particular), I (atribuições e competência da Direcção Geral do Ensino Superior), a. 7.º (excepção referida na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei/71, de 15 de Julho – Universidade Católica Portuguesa).

Em 1974, a Portaria n.º 320/74, de 24 de Abril, publicada no Diário do Governo, I Série, n.º 96, 1.º Suplemento, de 24 de Abril de 1974, pp. 580-(20) a 580-(22), fixa o regime a que devem obedecer as matrículas e inscrições nas Universidades e nos estabelecimentos de ensino superior e determina várias providências relativas ao seu pessoal – Foi alterada pelas Portarias n.ºs 958/82, de 11 de Outubro, e 635/83, de 31 de Maio. A Portaria n.º 800/83, de 29 de Julho, aditou ao n.º 1.º um n.º 18.

Em 1975, o Despacho de 9 de Dezembro de 1975, publicado no Diário da República, II Série, n.º 198, de 24 de Agosto de 1976, p. 5628, equipara, para efeitos de docência no ensino preparatório, os títulos de doutor, licenciado ou bacharel em Teologia, conferidos pela Universidade Gregoriana de Roma, aos títulos correspondentes conferidos pela Universidade Católica Portuguesa.

Em 1976, o Despacho n.º 12/76, de 20 de Janeiro de 1976, publicado no Diário da República, II Série, n.º 29, de 4 de Fevereiro de 1976, p. 763, determina que a licenciatura e o bacharelato em Filosofia, professados na Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica Portuguesa, constituam habilitação própria, para todos os efeitos legais, nos ensinos preparatório e secundário, nos mesmos termos em que o constituam a licenciatura e bacharelato em Filosofia professados nas Faculdades de Letras das Universidades do sector público.

Em 1976, o Despacho n.º 189/76, de 8 de Julho de 1976, publicado no Diário da República, II Série, n.º 166, de 17 de Julho de 1976, p. 4693, determina que faça parte dos júris de doutoramento a realizar na Universidade Católica um especialista na matéria versada ou matérias afins, membro de uma Universidade oficial, nomeado pelo director-geral do Ensino Superior e dispensa a presença de membros do ensino oficial nos júris do exame de bacharelato e licenciatura e que o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/71 deve ser interpretado como significando que os graus académicos conferidos pela Universidade Católica gozem não só do mesmo valor, como dos mesmos efeitos que os conferidos pelas restantes Universidades portuguesas.

Em 1976, o Decreto-Lei n.º 603/76, de 23 de Julho, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 171, de 23 de Julho de 1976, pp. 1667 a 1668, estabelece normas relativas ao exercício do magistério particular.

Em 1976, o Despacho n.º 277/76, de 2 de Setembro de 1976, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 211, de 8 de Setembro de 1976, considera habilitações próprias para o ensino as conferidas pela licenciatura e bacharelato do curso Filosófico-Humanístico da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1976, o Despacho n.º 329/76, de 10 de Novembro de 1976, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 270, de 18 de Novembro de 1976, p. 7620, autoriza que, no ano lectivo de 1976-1977, sejam leccionados cursos propedêuticos na Universidade Católica Portuguesa.

Em 1977, o Despacho n.º 71/77, de 16 de Fevereiro de 1977, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 47, de 25 de Fevereiro de 1977, pp. 1297 a 1298, determina sobre a apresentação de certificados de aprovação nas cadeiras consideradas fundamentais à equiparação dos diplomados com os cursos de Teologia abrangidos pelo despacho n.º 89/76, de 12 de Abril.

Em 1977, o Despacho n.º 88/77, de 4 de Julho de 1977, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 156, de 8 de Julho de 1977, pp. 4852 a 4860, fixa as habilitações suficientes para efeitos de docência e concurso para docentes dos ensinos preparatório e secundário.

Em 1977, o Despacho n.º 222/77, de 23 de Setembro de 1977, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 230, de 4 de Outubro de 1977, p. 6965 – diplomas de licenciaturas em Administração e Gestão de Empresas e em Economia conferidos pela Universidade Católica Portuguesa.

Em 1977, o Despacho n.º 224/77, de 27 de Setembro de 1977, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 230, de 4 de Outubro de 1977, pp. 6966 a 6967, autoriza o funcionamento do curso superior de Direito na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1977, o Despacho n.º 303-A/77, de 6 de Dezembro de 1977, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 292, de 20 de Dezembro de 1977, p. 8857, determina que o curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa possa ser ministrado no distrito do Porto.

Em 1978, o Despacho n.º 45/78, de 19 de Abril de 1978, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior – sobre a concessão das equivalências previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/77, de 31 de Dezembro, para os cursos na área de Teologia, reconhecendo que têm o mesmo valor, para todos os efeitos, que os cursos correspondentes da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1978, o Despacho n.º 48/78, de 5 de Maio de 1978, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior – sobre os cursos propedêuticos organizados

e ministrados na Universidade Católica Portuguesa para ingresso nos seus Cursos Superiores.

Em 1978, o Decreto-Lei n.º 304/78, de 12 de Outubro, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 235, de 12 de Outubro de 1978, pp. 2113 a 2118, estabelece normas definidoras dos vários graus atribuídos pelas instituições de ensino superior, bem como do processo para a sua obtenção – Foi suspenso pela Resolução n.º 42/79, de 15 de Fevereiro, da Assembleia da República, sobre criação de cursos de mestrado.

Em 1979, o Decreto-Lei n.º 107/79, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 100, de 2 de Maio de 1979, pp. 782 a 783, cria o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Em 1979, a Portaria n.º 310/79, de 2 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 150, de 2 de Julho de 1979, p. 1421, permite que cidadãos portugueses possuidores de determinadas habilitações possam ser inscritos como revisores oficiais de contas - licenciados em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1979, a Lei n.º 65/79, de 4 de Outubro de 1979, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 230, de 4 de Outubro de 1979, pp. 2563 e 2564 - Liberdade de ensino – aa. 1.º e 2.º (garantias de liberdade do ensino) e 5.º (Conselho para a Liberdade do Ensino).

Em 1979, a Portaria n.º 548/79, de 17 de Outubro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 240, de 17 de Outubro de 1979, pp. 2676 a 2691, estabelece as normas relativas ao ingresso no ensino superior e à matrícula no Ano Propedêutico no ano lectivo de 1979-1980 (*numerus clausus*) – a. 7.º, n.º 2 (Podem ainda candidatar-se à primeira matrícula e inscrição em estabelecimentos de ensino superior, independentemente da titularidade de uma habilitação de acesso, os estudantes oriundos do ensino superior estrangeiro, da Universidade Católica Portuguesa e do ensino superior militar).

Em 1979, o Despacho n.º 35-A/79, de 21 de Novembro de 1979, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 5, de 7 de Janeiro de 1980, p. 92, esclarece dúvidas na aplicação do artigo 21.º da Portaria n.º 548/79, de 17 de Outubro, sobre a bonificação de um valor aos alunos candidatos ao ensino superior.

Em 1979, o Despacho n.º 52/79, de 18 de Dezembro de 1979, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 1980, p. 287 - Equiparação dos Estudos Teológicos.

Em 1979, o Decreto-Lei n.º 519-E2/79, de 29 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 299, 8º Suplemento, de 29 de Dezembro de 1979, pp. 3446-(152) a 3446-(176), unifica os grupos, subgrupos, disciplinas e especialidades dos ensinos liceal e técnico-profissional e fixa as habilitações consideradas como próprias e suficientes para os ensinos preparatório e secundário – habilitações na

Universidade Católica Portuguesa, no Instituto de Filosofia do Beato Miguel Carvalho e nos seminários. – Ver rectificação em DR, I Série, n.º 54, de 5 de Março de 1980, p. 294.

Em 1980, o Decreto n.º 44/80, de 9 de Julho de 1980, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 156, de 9 de Julho de 1980, p. 1581, autoriza a Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica Portuguesa, a ministrar a licenciatura em Humanidades.

Em 1980, o Despacho n.º 62/80, de 11 de Julho de 1980, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 166, de 27 de Julho de 1980, adita uma alínea sobre o prosseguimento de estudos ao n.º 1 do despacho n.º 52/79, de 18 de Dezembro de 1979 e revoga o despacho n.º 99/79, de 19 de Julho de 1979, ambos do Secretário de Estado do Ensino Superior.

Em 1980, a Portaria n.º 437/80 de 25 de Julho de 1980, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 170, de 25 de Julho de 1980, pp. 1862 a 1863, aprova o plano de estudos e tabela de precedências da licenciatura em Humanidades da Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1980, o Decreto-Lei n.º 263/80, de 7 de Agosto, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 181, de 7 de Agosto de 1980, pp. 2078 a 2079, estabelece normas relativas à criação de mestrados nas Universidades.

Em 1980, o Despacho n.º 77/80, de 25 de Agosto de 1980, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 204, de 4 de Setembro de 1980, p. 5786, adita o Curso de Teologia ou Curso Teológico ao anexo do despacho n.º 52/79, de 18 de Dezembro de 1979.

Em 1980, a Portaria n.º 559/80, de 3 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 203, de 3 de Setembro de 1980, pp. 2509 a 2523, fixa as condições de acesso ao ensino superior, bem como as normas para a candidatura, para a matrícula e para a colocação no mesmo ensino, relativamente aos alunos que possuam a correspondente habilitação geral de acesso.

Em 1980, a Portaria n.º 564/80, de 4 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 204, de 4 de Setembro de 1980, pp. 2537 a 2544, regulamenta a candidatura à matrícula e inscrição nos estabelecimentos de ensino superior relativamente aos alunos que sejam titulares de habilitações especiais de acesso ao mesmo ensino – a. 4.º e anexo I (Universidade Católica Portuguesa).

Em 1980, o Despacho n.º 346/80, de 18 de Setembro de 1980, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 238, de 14 de Outubro de 1980, p. 6567, define os princípios básicos orientadores da atribuição da bolsas de estudo aos alunos dos institutos coordenadores de estudos graduados das Universidades.

Em 1980, a Portaria n.º 819/80, de 13 de Outubro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 237, de 13-10-1980, pp. 3364 a 3367, define as atribuições, organização e funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística, criada

pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro – a. 5.º, alínea c) (um membro da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa).

Em 1980, a Portaria n.º 855/80, de 22 de Outubro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 245, de 22 de Outubro de 1980, p. 3546, estabelece que os titulares do Ano Propedêutico ou habilitação considerada equivalente nos termos das normas fixadas anteriormente reúnem as condições legais de candidatura aos concursos nacionais de ingresso no ensino superior, nos cursos a que teriam direito a concorrer no ano em que o completaram.

Em 1980, o Despacho n.º 146-ES/80, de 29 de Dezembro de 1980, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1981, esclarece dúvidas de aplicação da Portaria n.º 564/80, de 4 de Setembro, em relação a estudantes provenientes das ex-colónias.

Em 1981, o Despacho Normativo n.º 15/81, datado de 29 de Dezembro de 1980, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 1981, pp. 76 a 96, altera os mapas N.ºs 2 e 3 anexos ao Decreto-Lei n.º 519-E2/79, de 29 de Dezembro (unifica os grupos, subgrupos, disciplinas e especialidades dos ensinos liceal e técnico-profissional e fixa as habilitações consideradas como próprias e suficientes para os ensinos preparatório e secundário) – habilitações na Universidade Católica Portuguesa, no Instituto de Filosofia do Beato Miguel Carvalho e nos seminários diocesanos.

Em 1981, o Despacho n.º 52/81, de 23 de Abril de 1981, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 105, de 8 de Maio de 1981, p. 3696, dispensa das provas a que se refere o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto, quando o grau de doutor seja requerido na mesma especialidade.

Em 1981, o Despacho n.º 117-M/81, de 21 de Maio de 1981, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 72, de 5 de Junho de 1981, fixa as condições de atribuição de bolsas pelo INIC a alunos do curso de mestrado.

Em 1981, o Decreto-Lei n.º 210/81, de 13 de Julho de 1981, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 158, de 13 de Julho de 1981, pp. 1684 a 1685, regulamenta o regime de prescrições no ensino superior público – Foi suspensa a sua aplicação pelo Decreto-Lei n.º 384/83, de 15 de Outubro.

Em 1981, a Resolução n.º 165/81, de 28 de Julho 1981, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 171, de 28 de Julho de 1981, página 1920, ratifica o Decreto-Lei n.º 240/80, de 19 de Julho, que cria o 12.º ano de escolaridade e extingue o Ano Propedêutico do ensino superior.

Em 1981, o Decreto n.º 98/81, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 171, de 28 de Julho de 1981, pp. 1920 a 1928, aprova, para ratificação, a Convenção Europeia sobre a Equivalência de Diplomas Que Dão Acesso a Estabelecimentos Universitários e seu Protocolo Adicional.

Em 1981, a Lei n.º 26/81, de 21 de Agosto de 1981, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 191, de 21 de Agosto de 1981, pp. 2163 a 2164 - Estatuto do Trabalhador-Estudante.

Em 1981, a Portaria n.º 811/81, de 18 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 215, de 18 de Setembro de 1981, pp. 2487 a 2491, introduz alterações à Portaria n.º 520/81, de 26 de Junho (fixa as condições de acesso ao ensino superior).

Em 1981, o Decreto n.º 119/81, de 26 de Setembro, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 222, de 26 de Setembro de 1981, p. 2586, estabelece as normas a seguir na elaboração dos diplomas universitários - revogado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Em 1981, o Despacho n.º 180/81, datado de 22 de Dezembro de 1981, do Secretário de Estado do Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, II Série, de 7 de Janeiro de 1982 – sobre a criação de novos cursos de licenciatura ou mestrado.

Em 1981, o Despacho n.º 342/81, de 31 de Dezembro de 1981, publicado no *Diário da República*, II Série, de 13 de Janeiro de 1982, p. 265 – efeitos da aprovação no curso especializado conducente à obtenção do grau de mestre na obtenção do grau de doutor na mesma especialidade.

Em 1982, o Despacho Normativo n.º 3/82, datado de 14 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 11, de 14 de Janeiro de 1982, pp. 75 a 94, altera algumas modificações às habilitações próprias e suficientes definidas para os diversos grupos, subgrupos, disciplinas e especialidades dos ensinos preparatório e secundário, constantes dos mapas n.ºs 2 e 3 anexos ao Decreto-Lei n.º 519-E2/79, de 29 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 15/81, de 14 de Janeiro – habilitações na Universidade Católica Portuguesa, no Instituto do Beato Miguel Carvalho e nos seminários diocesanos.

Em 1982, o Despacho n.º 37/ES/82, de 16 de Fevereiro de 1982, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 67, de 22 de Março de 1982, pp. 2141 a 2142 – coordenação entre o professor ou investigador orientador e a escola.

Em 1982, o Despacho n.º 30/SE/82, de 1 de Março de 1982, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 60, de 13 de Março de 1982, p. 1900, manda aplicar o disposto no Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto, às provas para a concessão de grau de doutor pela Universidade Católica Portuguesa.

Em 1982, o Despacho n.º 31/EB/82, de 1 de Março de 1982, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 60, de 13 de Março de 1982, pp. 1900 a 1901, define a aplicabilidade do Decreto-Lei n.º 263/80 à Universidade Católica Portuguesa e fixa para o grau de mestre as condições a que se refere o nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 307/71.

Em 1982, o Despacho n.º 53/M/82, de 10 de Março de 1982, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 64, de 18 de Março de 1982, p. 2030, define os critérios de equiparabilidade de graus ou diplomas obtidos em estabelecimentos de ensino superior estrangeiro a licenciatura pelas universidades portuguesas na mesma área científica, para efeitos de recrutamento como leitor.

Em 1982, a Portaria n.º 314/82, de 24 de Março, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 69, de 24 de Março de 1982, pp. 646 a 647, autoriza a Universidade Católica Portuguesa, através da Faculdade de Ciências Humanas, a conferir o grau de mestre em Direito na área de especialização de Ciências Jurídico-Civilísticas.

Em 1982, o Despacho n.º 70/SE/82, de 30 de Abril de 1982, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 111, de 17 de Maio de 1982, p. 3894 – A Universidade Católica Portuguesa confere o grau de doutor em Economia na especialidade de Relações Económicas Internacionais.

Em 1983, o Despacho Normativo n.º 57/83, datado de 23 de Fevereiro de 1983, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 44, de 23 de Fevereiro de 1983, pp. 570 a 592, introduz alterações aos Despachos Normativos N.ºs 3/82 e 213/82 (habilitações próprias e suficientes para os ensinos preparatório e secundário) – habilitações em Teologia e pelo Instituto do Beato Miguel de Carvalho.

Em 1983, o Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 46, de 25 de Fevereiro de 1983, pp. 631 a 642, estabelece o funcionamento e o esquema de benefícios da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) – aplicável à UCP nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 327/85, de 8 de Agosto.

Em 1983, a Portaria n.º 548/83, de 10 de Maio de 1983, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 107, de 10 de Maio de 1983, p. 1647, estabelece regras que possibilitem aos estudantes-trabalhadores beneficiar do regime especial de prescrições do Decreto-Lei n.º 210/81, de 13 de Julho.

Em 1983, o Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 140, de 21 de Junho de 1983, páginas 2191 a 2197, estabelece os termos em que pode ser requerida a equivalência de habilitações estrangeiras de nível superior às correspondentes habilitações portuguesas – Ver alteração ao artigo 27.º e o artigo 34.º-A no Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro.

Em 1983, a Portaria n.º 714/83, de 23 de Junho, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 142, de 23 de Junho de 1983, pp. 2252 a 2253, altera os N.ºs 1.º, 4.º e 8.º da Portaria n.º 314/82, de 24 de Março (autoriza a Universidade Católica Portuguesa através da Faculdade de Ciências Humanas, a conferir o grau de mestre em Direito nas áreas de especialização em Ciências Jurídico-Civilísticas e em Direito Público).

Em 1983, o Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho de 1983, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 150, de 2 de Julho de 1983, pp. 2413 a 2415, estabelece normas sobre a concessão de equivalência de habilitações nacionais de nível superior.

Em 1983, a Portaria n.º 761/83, de 15 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 161, de 15 de Julho de 1983, p. 2604, dá nova redacção ao artigo 4.º da Portaria n.º 564/80, de 4 de Setembro, respeitante ao regime especial de candidatura ao ensino superior.

Em 1983, a Portaria n.º 800/83, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 173, de 29 de Julho de 1983, p. 2823, adita um n.º 18 ao n.º 1.º da Portaria n.º 320/74, de 24 de Abril (regime a que devem obedecer as matrículas e inscrições nas universidades e nos estabelecimentos de ensino superior).

Em 1983, o Despacho n.º 23/EBS/83, de 1 de Setembro de 1983, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 215, de 17 de Setembro de 1983, p. 8026, define a equiparação do curso teológico não completo para prosseguimento de estudos em estabelecimentos de ensino que não os eclesiásticos.

Em 1983, o AVISO, de 8 de Setembro de 1983, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 213, de 15 de Setembro de 1983, p. 7965, torna público que a Universidade Católica Portuguesa passa a conferir o grau de mestre em Filosofia em diversas áreas de especialização.

Em 1983, o Despacho Normativo n.º 32/84, datado de 27 de Janeiro de 1984, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 34, de 9 de Fevereiro de 1984, pp. 438 a 454, introduz alterações ao Despacho Normativo n.º 57/83, de 23 de Fevereiro (habilitações próprias e suficientes para os ensinos preparatório e secundário) – Habilitações na Universidade Católica Portuguesa, no Instituto do Beato Miguel de Carvalho, nos Institutos Superiores de Teologia e nos seminários diocesanos.

Em 1984, a Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto - Da Segurança Social, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 188, de 14 de Agosto de 1984, páginas 2501 a 2510, define as bases do sistema da Segurança Social.

Em 1984, a Portaria n.º 850/84, de 5 de Novembro, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 256, de 5 de Novembro de 1984, pp. 3411 a 3412, autoriza a Universidade Católica Portuguesa, através da Faculdade de Ciências Humanas, a conferir o grau de mestre em Direito em diversas áreas de especialização. Revoga as Portarias n.ºs 314/82, de 24 de Março, e 714/83, de 23 de Junho – Foi alterada pela Portaria n.º 818/85. DR 249/85, Série I, de 29 de Outubro de 1985.

Em 1985, a Circular n.º 1/85, de 24 de Janeiro de 1985 (DS-14/1800) - Direcção-Geral do Ensino Superior, 1181 - Dissertações de doutoramento.

Em 1985, o Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de Abril, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 81, 1º Suplemento, de 8 de Abril de 1985, pp. 964-(3) a 964-(8), estabelece as regras gerais a que deverá obedecer qualquer proposta de criação de

estabelecimento de ensino superior particular e cooperativo – preâmbulo, *in fine*, e a. 36º (a UCP rege-se por legislação específica decorrente da Concordata).

Em 1985, o Decreto-Lei n.º 327/85, de 8 de Agosto, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 181, de 8 de Agosto de 1985, p. 2467, permite a inscrição do pessoal docente dos estabelecimentos de ensino superior, privado ou cooperativo, na Caixa Geral de Aposentações e no Montepio dos Servidores do Estado – a. 5º (a UCP pode celebrar um único acordo com a ADSE)

Em 1985, a Portaria n.º 818/85, de 29 de Outubro, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 249, de 29 de Outubro de 1985, p. 3597, introduz alterações à Portaria n.º 850/84, de 5 de Novembro (autoriza a Universidade Católica Portuguesa, através da Faculdade de Ciências Humanas, a conferir o grau de mestre em Direito em várias especializações).

Em 1986, o Despacho conjunto, de 19 de Junho de 1986, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 150, de 3 de Julho de 1986, p. 6056, constitui um grupo coordenador para acompanhamento dos projectos de investimento no sector I&D a apresentar pela AUIURN no âmbito dos programas comunitários - um representante da UCP.

Em 1986, o Decreto-Lei n.º 245/86, de 21 de Agosto, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 191, de 21 de Agosto de 1986, pp. 2110 a 2111, introduz alterações ao regime de admissão ao doutoramento e concessão de bolsas para esse fim.

Em 1986, o Decreto-Lei n.º 271/86, de 4 de Setembro, publicado no *Diário da República*, I Série, nº 203, de 4 de Setembro de 1986, pp. 2422 a 2423, dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 26/81, de 21 de Agosto (Estatuto do Trabalhador-Estudante).

Em 1986, o Desp. 185/MEC/86, de 4 de Setembro de 1986, do Ministro da Educação e Cultura, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 210, de 12-9-1986, pp. 8553 a 8554 - seguro escolar.

Em 1986, a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 237, de 14 de Outubro de 1986, páginas 3067 a 3081 – aa. 1º a 3º (âmbito e princípios), 11º a 15º (ensino superior) 32º (qualificação para professor do ensino superior), 40º, n.º 6 (unidades do ensino superior), 45º, N.ºs 6 a 9 (estabelecimentos de ensino superior), 47º, n.º 6 (planos curriculares do ensino superior) e 54º a 58º (ensino particular e cooperativo) – Alterada pelas Leis N.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto.

Em 1987, a Portaria n.º 947/87, de 18 de Dezembro, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 290, de 18 de Dezembro de 1987, p. 4349, dispensa da frequência das aulas nos dias de semana consagrados ao repouso e culto pelas respectivas confissões religiosas os alunos dos estabelecimentos de ensino superior que as professem.

Em 1988, o Despacho Normativo n.º 70/88, de 13 de Agosto de 1988, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 187, de 13 de Agosto de 1988, páginas 3371 e 3372, define as habilitações consideradas como próprias para a leccionação da disciplina de Religião e Moral Católicas dos ensinos preparatório e secundário.

Em 1988, o Despacho n.º 144/ME/88, de 19 de Agosto de 1988, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 203, de 2 de Setembro de 1988, páginas 8023 e 8024, oficializa o regime de prática pedagógica relativa ao Curso de Educação Moral e Religião Católica do Instituto de Ciências Religiosas da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1989, a Portaria n.º 370/89, de 24 de Maio, publicada no *Diário da República*, I Série, n.º 119, de 24 de Maio de 1989, pp. 2057 a 2058, estabelece princípios gerais acerca do acesso aos cursos de licenciatura ministrados pela Universidade Católica Portuguesa.

Em 1990, o Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 11, de 13 de Janeiro de 1990, páginas 199 a 201, prevê a restituição de IVA à Igreja Católica e às instituições particulares de solidariedade social – ver a nova redacção dada aos artigos 2º e 3º pela Lei nº 52-C/96, de 27 de Dezembro, e aos artigos 3º e 5º dada pelo Decreto-Lei nº 323/98, de 30 de Outubro – ver Portaria nº 80/2003, de 22 de Janeiro, sobre a consignação da quota equivalente a 0,5% do IRS prevista na Lei da Liberdade Religiosa.

Em 1990, o Despacho Normativo n.º 6-A/90, de 31 de Janeiro de 1990, publicado no *Diário da República*, I Série, 1º Suplemento, n.º 26, de 31 de Janeiro de 1990, página 434-(2), estabelece as habilitações próprias e suficientes para a leccionação de EMRC.

Em 1990, o Decreto-Lei nº 128/90, de 17 de Abril, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 89, de 17 de Abril, páginas 1818 e 1819, estabelece o enquadramento da Universidade Católica Portuguesa no sistema de ensino superior português - ver o nº 4 do a. 1º da Lei Nº 1/2004, de 15 de Janeiro, que adita um Nº 5 ao artigo 5º do Decreto-Lei nº 128/90.

Em 1992, a Declaração, de 24 de Janeiro de 1992, publicada no *Diário da República*, II Série, n.º 36, de 12 de Fevereiro de 1992, página 1595 – Lista dos cursos de complemento de habilitações em Ciências Morais e Religiosas.

Em 1992, o Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro de 1992, publicado no *Diário da República*, I Série-A, nº 236, de 13 de Outubro de 1992, pp. 4780 a 4785, estabelece o quadro jurídico da atribuição dos graus de mestre e de doutor pelas instituições de ensino universitário – revogado pelo Decreto-Lei Nº 74/2006, de 24 de Março com excepção do Nº 4 do artigo 4.º e dos artigos 30.º e 31.º.

Em 1993, o Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 94, de 22 de Abril de 1993, pp. 1967 a 1972, estabelece os princípios da política de acção social no ensino superior.

Em 1993, o Decreto-Lei n.º 283/93, de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1ª Série-A, N.º 193, de 18 de Agosto de 1993, páginas 4405 a 4406, aprova o novo estatuto jurídico do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Em 1993, a Portaria n.º 224/93 (2ª série), datada de 12 de Novembro de 1993, publicada no *Diário da República*, II Série, n.º 291, de 15 de Dezembro de 1993, p. 13189, reconhece a Fundação das Universidades Portuguesas.

Em 1994, a Declaração, de 11 de Janeiro de 1994, do Secretário de Estado da Educação e do Desporto, publicada no *Diário da República*, II Série, N.º 63, de 16 de Março de 1994, p. 2431 – Lista dos cursos de complemento de habilitações em Ciências Morais e Religiosas

Em 1995, a Portaria N.º 1141-D/95, de 15 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série-B, N.º 214, 2º Suplemento, de 15 de Setembro de 1995, pp. 5844-(6) a 5844-(27), fixa habilitações científicas sem a componente de formação profissional para suprir, excepcionalmente, carências temporárias do sistema de formação inicial para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e para o ensino secundário – aa. 3º (grupos de educação moral e religiosa), 23º e 30º (Universidade Católica Portuguesa) e anexos I, II, III, IV, VII, IX, XI e XII (Educação Moral e Religiosa Católica)

Em 1995, o Despacho Normativo n.º 60/95. do Ministério da Educação, publicado no *Diário da República*, Série I-B N.º 234, de 10 de Outubro de 1995, aprova o Regulamento para Atribuição, no Ano Lectivo de 1995-1996, de Subsídios de Propinas a Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo e da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1996, o Decreto-Lei N.º 15/96, de 6 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, n.º 56, de 6 de Março de 1996, pp. 444 a 445, determina a obrigatoriedade da divulgação pública, anual, da composição do corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior público, particular e cooperativo, bem como da Universidade Católica Portuguesa.

Em 1996, o Decreto-Lei N.º 170/96, de 19 de Setembro, publicado no *Diário da República*, I Série-A, n.º 218, de 19 de Setembro de 1996, páginas 3286 a 3287, transfere para as universidades diversas competências de âmbito académico, revogando em simultâneo legislação vária cuja vigência na ordem jurídica se entende prejudicada pela entrada em vigor da Lei de Autonomia das Universidades (Lei N.º 108/88, de 24 de Setembro) – A Lei N.º 37/2003, de 22 de Agosto, revogou a alínea b) do N.º 1 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 170/96.

Em 1997, a Declaração N.º 125/97 (2ª série), de 8 de Julho de 1997, publicada no *Diário da República*, II Série, N.º 167, de 22 de Julho de 1997, p. 1997, p. 8738, declara de utilidade pública a Fundação das Universidades Portuguesas, com sede em Coimbra.

Em 1997, a Rectificação Nº 721/97, de 1 de Agosto de 1997, publicada no *Diário da República*, II Série, Nº 185, de 12 de Agosto de 1997, p. 9832, rectifica a declaração publicada no *Diário da República*, II Série, Nº 167, de 22 de Julho de 1997.

Em 1997, a Rectificação Nº 802/97, de 14 de Agosto de 1997, publicada no *Diário da República*, II Série, nº 196, de 26 de Agosto de 1997, p. 10473, rectifica a declaração de rectificação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, Nº 185, de 12 de Agosto de 1997.

Em 1997, o Decreto-Lei Nº 216/97, de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 189, de 18 de Agosto de 1997, pp. 4267 a 4269, reconhece aos cidadãos portugueses titulares de graus académicos estrangeiros de nível, objectivos e natureza idênticos aos do grau de doutor pelas universidades portuguesas os direitos inerentes à titularidade deste – Foi revogado pelo Decreto-Lei Nº 341/2007, de 12 de Outubro.

Em 1997, o Despacho Normativo Nº 61/97, de 10 de Setembro de 1997, publicado no *Diário da República*, I Série-B, Nº 227, de 1 de Outubro de 1997, pp. 5379 a 5380, estabelece o regime de protecção social aplicável aos docentes de nacionalidade estrangeira.

Em 1997, a Lei Nº 113/97, de 16 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série-A, Nº 214, de 16 de Setembro de 1997, páginas 4965 a 4972, define as bases do financiamento do ensino superior público - Artigo 34º (estudantes das instituições de direito concordatário) - Foi revogada pela Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior.

Em 1997, a Lei Nº 115/97, de 19 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série-A, N.º 217, de 19 de Setembro de 1997, páginas 5082 a 5083 - Alteração à Lei Nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

Em 1998, a Portaria Nº 69/98, de 18 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, I Série-B, Nº 41, de 18 de Fevereiro de 1998, pp. 657 a 658, regula o processo de registo a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei Nº 216/97, de 18 de Agosto (reconhece aos cidadãos portugueses titulares de graus académicos estrangeiros de nível, objectivos e natureza idênticos aos do grau de doutor pelas universidades portuguesas os direitos inerentes à titularidade deste) – Foram-lhe aditados três números pela Portaria Nº 1049/99, de 27 de Novembro. – Foi revogada pelo Decreto-Lei Nº 341/2007, de 12 de Outubro.

Em 1998, o Despacho Nº 16 233-A/98 (2ª série), de 7 de Setembro de 1998, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 212, de 14 de Setembro de 1998, pp. 13238-(2) a 13238-(3), introduz alterações ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo e da Universidade Católica Portuguesa aprovado pelo Despacho Nº 11 640-D/97 (2.ª série), de 24 de Novembro.

Em 1998, o Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 222, 1º Suplemento, de 25 de Setembro de 1998, pp. 4966-(2) a 4966-(7), fixa o regime de acesso e ingresso no ensino superior - Foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março. - O artigo 42º foi alterado pelo DL n.º 147-A/2006, de 31 de Julho. – Foi alterado pelo Decreto-Lei nº 90/2008, de 30 de Maio.

Em 1998, o Decreto-Lei Nº 369/98, de 23 de Novembro, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 271, de 23 de Novembro de 1998, pp. 6355 a 6361, cria, no âmbito do Ministério da Educação, a Direcção-Geral do Ensino Superior, que substitui, para todos os efeitos, o Departamento do Ensino Superior – aa. 2º, Nº 2, e 12º, Nº 2 (ensino concordatário)

Em 1999, o Despacho N.º 20 767/99 (2.ª série), de 12 de Outubro de 1999, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 256, de 3 de Novembro de 1999, p. 16396, introduz alterações ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo e da Universidade Católica Portuguesa, aprovado pelo despacho Nº 11 640-D/97 (2.ª série), de 24 de Novembro, alterado pelo despacho Nº 16 233-A/98 (2ª série), de 14 de Setembro.

Em 1999, o Decreto-Lei Nº 74/99, de 16 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 63, de 16 de Março de 1999, páginas 1430 a 1432, aprova o Estatuto do Mecenato, onde se define o regime dos incentivos fiscais no âmbito do mecenato social, ambiental, cultural, científico ou tecnológico e desportivo.

Em 1999, o Decreto-Lei Nº 99/99, de 30 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 75, de 30 de Março de 1999, pp. 1760 a 1761, altera o Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro (fixa o regime de acesso e ingresso no ensino superior).

Em 1999, o Decreto-Lei Nº 393-A/99, de 2 de Outubro, publicado no *Diário da República*, I Série-A, 1.º Suplemento, de 2 de Outubro de 1999, pp. 6736-(2) a 6736-(6), fixa os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior destinados a estudantes que reúnem condições habilitacionais e pessoais específicas.

Em 1999, o Decreto-Lei Nº 393-B/99, de 2 de Outubro, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 231, 1º Suplemento, de 2 de Outubro de 1999, pp. 6736-(6) a 6736-(9), regula os concursos especiais de acesso e ingresso no ensino superior.

Em 1999, a Portaria Nº 1049/99, de 27 de Novembro, publicada no *Diário da República*, I Série-B, Nº 277, de 27 de Novembro de 1999, pág. 8416, altera a Portaria Nº 69/98, de 18 de Fevereiro (regula o processo de registo a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto, que reconhece aos cidadãos portugueses titulares de graus académicos estrangeiros de nível, objectivos e natureza idênticos aos do grau de doutor pelas universidades portuguesas os direitos inerentes à titularidade deste).

Em 2000, a Resolução da Assembleia da República Nº 25/2000, de 30 de Março, publicada no *Diário da República*, I Série-A, Nº 76, de 30 de Março de 2000, aprova a Convenção sobre o Reconhecimento das Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa, aberta à assinatura em Lisboa em 11 de Abril de 1997.

Em 2000, o Decreto do Presidente da República Nº 12/2000, de 30 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 76, de 30 de Março de 2000, ratifica a Convenção sobre o Reconhecimento das Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa, aberta à assinatura em Lisboa em 11 de Abril de 1997.

Em 2000, o Despacho conjunto Nº 501/2000, de 17 de Abril de 2000, publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 106, de 8 de Maio de 2000, p. 8002, reconhece à Universidade Católica Portuguesa o estatuto de mecenato educacional.

Em 2000, a Lei N.º 26/2000, de 23 de Agosto, publicada no *Diário da República*, I Série-A, Nº 194, de 23 de Agosto de 2000, pp. 4257 a 4262, aprova a organização e ordenamento do ensino superior – a-. 26, Nº 2 (Sem prejuízo da sua especificidade institucional, a Universidade Católica Portuguesa fica sujeita ao regime estabelecido na presente lei, devendo o respectivo estatuto legal ser objecto das adaptações que se revelem necessárias)

Em 2001, a Declaração Nº 7/2001(2.ª série) – AP., datada de 4 de Dezembro de 2000, publicada no *Diário da República*, II Série, Nº 45, Apêndice 25/2001, de 22 de Fevereiro de 2001, p. 2, declara o Doutor Manuel António Garcia Braga da Cruz, Reitor da Universidade Católica Portuguesa no quadriénio de 2000-2004.

Em 2002, o Despacho Nº 25 156/2002 (2ª série), de 7 de Novembro, do Ministro da Educação, publicado no *Diário da República*, II Serie, Nº 273, de 26 de Novembro de 2002, pp.19341 a 19343, define os cursos que conferem qualificação para o exercício de outras funções educativas – no Anexo, o Curso de Gestão e Desenvolvimento Social e o Curso de Orientação Educativa, grau de Licenciatura, pela Universidade Católica Portuguesa.

Em 2003, a Lei Nº 1/2003, de 6 de Janeiro de 2003, publicada no *Diário da República*, I Série-A, Nº 4, de 6 de Janeiro de 2003, pp. 24 a 31, aprova o Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior - Artigos 12º (Universidade Católica Portuguesa) e 50º (ensino superior concordatário) – Revogada pela Lei Nº 38/2007, de 16 de Agosto.

Em 2003, o Decreto-Lei Nº 26/2003, de 7 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 32, de 7 de Fevereiro de 2003, pp. 844 a 854, altera o regime de acesso e ingresso no ensino superior, regulado pelo Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro.

Em 2003, o Aviso Nº 6742/2003(2.ª série), de 27 de Maio de 2003, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 135, de 12 de Junho de 2003, p. 8975, informa que a Fundação das Universidades Portuguesas está autorizada a modificar os estatutos.

Em 2003, a Lei Nº 37/2003, de 22 de Agosto, publicada no *Diário da República*, I Série-A, Nº 193, de 22 de Agosto de 2003, páginas 5359 a 5366, estabelece as bases do financiamento do ensino superior - Artigo 33º, Nº 3 (acção social aos estudantes do ensino superior concordatário)

Em 2004, o Despacho Nº 1808/2004 (2.ª série), de 18 de Dezembro de 2003, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 22, de 27 de Janeiro de 2004, pp. 1404 a 1405, dá nova redacção aos artigos 11º, 20º e 22º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo e da Universidade Católica Portuguesa, aprovado pelo Despacho Nº 11 640-D/97 (2.ª série), de 24 de Novembro, e alterado pelos despachos Nºs 16 233-A/98 (2.ª série), de 14 de Setembro, e 20 767/99 (2.ª série), de 3 de Novembro.

Em 2004, a Lei Nº 1/2004, de 15 de Janeiro, publicada no *Diário da República*, I Série-A, Nº 12, de 15 de Janeiro de 2004, pp. 292 a 293 - Décima sétima alteração ao Estatuto da Aposentação, revogação do Decreto-Lei Nº 116/85, de 19 de Abril, e primeira alteração aos Decretos-Leis Nºs 128/90, de 17 de Abril (UCP), e 327/85, de 8 de Agosto.

Em 2004, o Decreto-Lei Nº 76/2004, de 27 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 74, de 27 de Março de 2004, pp. 1989 a 1990, altera o regime jurídico do acesso e ingresso no ensino superior, regulado pelo Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro.

Em 2004, a Portaria Nº 362/2004, de 8 de Abril, publicada no *Diário da República*, I Série-B, Nº 84, de 8 de Abril de 2004, página 2200, fixa os procedimentos que deverão ser observados pelas pessoas colectivas religiosas inscritas no RPCR (registo de pessoas colectivas religiosas), ao abrigo do Decreto-Lei Nº 134/2003, de 28 de Junho, que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado, nos termos do artigo 32.º, Nºs 3 a 5, da Lei da Liberdade Religiosa.

Em 2004, o Despacho Nº 15 158/2004 (2.ª série), de 30 de Abril de 2004, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 176, de 28 de Julho de 2004, pp. 11360 a 11366, altera o Regulamento de Atribuição de Bolsas a Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo e da Universidade Católica Portuguesa.

Em 2004, o Decreto-Lei Nº 158/2004, de 30 de Junho, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 152, de 30 de Junho de 2004, pp. 3976 a 3977, altera o regime jurídico do acesso e ingresso no ensino superior regulado pelo Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro.

Em 2004, a Lei Nº 26/2004, de 8 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série-A, Nº 159, de 8 de Julho de 2004, páginas 4121 a 4125, aprova o Estatuto do Mecenato Científico e procede à nona alteração do Decreto-Lei Nº 74/99, de 16 de Março (Estatuto do Mecenato).

Em 2004, o Despacho Nº 20 340/2004 (2.ª série), de 9 de Setembro de 2004, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 232, de 1 de Outubro de 2004, pp. 14683 a 14685, estabelece regras e procedimentos técnicos para o cálculo de bolsas de estudo a que se refere o Nº 5 do artigo 9.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior não Público.

Em 2004, a Declaração Nº 312/2004 (2ª série), de 26 de Novembro de 2004, publicada no *Diário da República*, II Série, Nº 292, de 15 de Dezembro de 2004, p. 18.683, declara que se encontra registado na Direcção-Geral do Ensino Superior como reitor da Universidade Católica Portuguesa o Prof. Doutor Manuel António Garcia Braga da Cruz.

Em 2005, a Portaria Nº 1/2005, de 3 de Janeiro, publicada no *Diário da República*, I Série-B, Nº 1, de 3 de Janeiro de 2005, p. 15, altera a Portaria Nº 106/2002, de 1 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação Nº 8-N/2002, de 28 de Fevereiro (provas especiais maiores de 23 anos para acesso e ingresso no ensino superior) - Foi revogada pelo Decreto-Lei Nº 64/2006, de 21 de Março.

Em 2005, o Decreto-Lei Nº 42/2005, de 22 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 37, de 22 de Fevereiro de 2005, pp. 1494 a 1499, aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior.

Em 2005, o Despacho conjunto Nº 226/2005, de 3 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 49, de 10 de Março de 2005, pp. 3802 a 3805, aprova o Regulamento da Medida Nº V.3, "Formação Avançada para a Ciência", Acção Nº V.3.1, "Bolsas de Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento para a Ciência".

Em 2005, a Portaria Nº 157/2005, de 8 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, I Série-B, nº 27, de 8 de Fevereiro de 2005, p. 901, regulamenta o processo de reconhecimento de cursos de ensino superior, universitário e politécnico, como habilitação própria para a docência.

Em 2005, o Decreto-Lei Nº 67/2005, de 15 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 52, de 15 de Março de 2005, pp. 2265 a 2266, regula o reconhecimento pelo Estado Português dos graus académicos conferidos na sequência da conclusão com êxito de um curso de mestrado "Erasmus Mundus" e a sua titulação.

Em 2005, o Despacho Nº 10 543/2005(2.ª série), de 21 de Abril de 2005, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 91, de 11 de Maio de 2005, pp. 7369 a 7371, aprova as normas técnicas para a apresentação das estruturas curriculares e dos planos de estudos dos cursos superiores e sua publicação – Nº 2, alínea d) Universidade Católica Portuguesa.

Em 2005, a Portaria Nº 463/2005, de 3 de Maio, publicada no *Diário da República*, I Série-B, Nº 85, de 3 de Maio de 2005, páginas 3275 a 3276, reconhece

como habilitação para a docência das disciplinas curriculares dos cursos do ensino vocacional da música o curso de licenciatura em Música, especialização em Música Sacra, ministrado na Escola das Artes do Centro Regional do Porto, da Universidade Católica Portuguesa.

Em 2005, o Despacho Nº 11 958/2005 (2.ª série), de 11 de Maio de 2005, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 104, de 31 de Maio de 2005, pp. 8214 a 8216, estabelece regras e procedimentos técnicos para o cálculo de bolsas de estudo aos estudantes do ensino não público.

Em 2005, o Despacho conjunto Nº 449/2005, de 31 de Maio de 2005, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 129, de 7 de Julho de 2005, p. 9903, altera o Regulamento da Medida N.º V.3, "Formação Avançada para a Ciência", Acção n.º V.3.1, "Bolsas de Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento para a Ciência".

Em 2005, o Decreto-Lei n.º 89/2005, de 3 de Junho, publicado no *Diário da República*, I Série-A, nº 107, de 3 de Junho de 2005, pp. 3606 a 3607 - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 283/93, de 18 de Agosto, que aprova o novo estatuto jurídico do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, alargando a sua composição.

Em 2005, a Portaria n.º 577/2005, de 4 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série-B, n.º 126, de 4 de Julho de 2005, páginas 4096 a 4097, regula o registo dos diplomas dos graus académicos conferidos por um curso de mestrado "Erasmus Mundus" a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 67/2005, de 15 de Março, conjugado com o artigo 2.º do mesmo diploma.

Em 2005, o Despacho n.º 19 126/2005(2.ª série), de 8 de Julho de 2005, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 169, de 2 de Setembro de 2005, pp. 12837 a 12839 - concurso para atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino não público.

Em 2005, a Lei Nº 49/2005, de 30 de Agosto, publicada no *Diário da República*, I Série - A, N.º 166, de 30 de Agosto de 2005, páginas 5122 a 5138 - Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

Em 2006, a Portaria Nº 264/2006, de 17 de Março, publicada no *Diário da República*, I Série-B, Nº 55, de 17 de Março de 2006 - Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, estabelece os termos em que as instituições de ensino superior podem garantir a formação específica para alta direcção em Administração Pública.

Em 2006, o Decreto-Lei Nº 64/2006, de 21 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 57, de 21 de Março de 2006, páginas 2054 a 2056, regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, previstas no Nº 5 do artigo 12.º da Lei Nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) – Revoga o Decreto-Lei Nº 198/79, de 29 de Junho.

Em 2006, o Decreto-Lei Nº 74/2006, de 24 de Março, publicado no *Diário da República*, I Série-A, Nº 60, de 24 de Março de 2006, páginas 2242 a 2257, aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei Nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), bem como o disposto no Nº 4 do artigo 16.º da Lei Nº 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior) – revoga os Nºs 1, 2 e 4 do artigo 39.º, o Nº 5 do artigo 53.º, o Nº 1 do artigo 57.º e os artigos 58.º a 60.º, 64.º e 67.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei Nº 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei Nº 94/99, de 23 de Março.

Em 2006, o Despacho Nº 7287-A/2006 (2.ª série), datado de 24 de Março de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 65, 1º Suplemento, de 31 de Março de 2006, pp. 4928-(2) a 4928-(4), aprova as normas de organização dos processos referentes ao registo de alterações de planos de estudos e outros elementos caracterizadores de um ciclo de estudos.

Em 2006, o Despacho Nº 7287-B/2006 (2.ª série), datado de 24 de Março de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 65, 1º Suplemento, de 31 de Março de 2006, pp. 4928-(5) a 4928-(9), aprova as normas de organização dos processos referentes ao registo de adequação de ciclos de estudos.

Em 2006, o Despacho Nº 7287-C/2006 (2.ª série), datado de 24 de Março de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 65, 1º Suplemento, de 31 de Março de 2006, pp. 4928-(9) a 4928-(14), aprova as normas para apresentação de pedidos de registo, criação ou autorização de funcionamento de novos ciclos de estudos nos estabelecimentos de ensino superior.

Em 2006, o Aviso Nº 12-A/2006/M (2.ª série), de 24 de Abril de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 83, 1º Suplemento, de 28 de Abril de 2006, pp. 6240-(2) a 6240-(15) - Concurso de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2006-2007 nos termos do previsto e regulado pelo Decreto Legislativo Regional Nº 15-A /2006/M, de 24 de Abril - Número 3.3 (licenciatura em Ciências Religiosas e em Teologia pela UCP)

Em 2006, o Despacho Nº 13 779/2006 (2.ª série), de 7 de Junho de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 125, de 30 de Junho de 2006, pp. 9537 a 9539, estabelece regras e procedimentos técnicos para o cálculo de bolsas de estudo a adoptar nos concurso para a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior não público.

Em 2006, o Despacho Nº 14722/2006, de 22 de Junho de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 132, de 11 de Julho de 2006, pp. 10716 a 10718 – registo de cursos e graus da Universidade Católica Portuguesa, nos termos do Decreto-Lei Nº 74/2006, de 24 de Março.

Em 2006, o Despacho Nº 16 232/2006, de 7 de Julho de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 152, Parte C, de 8 de Agosto de 2006, pp. 14307 a 14309 - registo de cursos e graus da Universidade Católica Portuguesa, nos termos do Decreto-Lei Nº 74/2006, de 24 de Março.

Em 2006, o Despacho Nº 16 242/2006, de 25 de Julho de 2006, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 152, Parte C, de 8 de Agosto de 2006, pp. 14313 a 14314 - registo de cursos e graus da Universidade Católica Portuguesa, nos termos do Decreto-Lei Nº 74/2006, de 24 de Março.

Em 2006, o Decreto-Lei Nº 147-A/2006, de 31 de Julho, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 146, 1º Suplemento, de 31 de Julho de 2006, páginas 5474-(2) a 5474-(3), procede à 5.ª alteração ao Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro, que regula o regime de acesso e ingresso no ensino superior. - Altera o a. 42º do DL 296-A/98, de 25 de Setembro

Em 2006, a Rectificação Nº 1487/2006, de 27 de Setembro de 2006, publicada no *Diário da República*, II Série, Nº 196, Parte C, de 11 de Outubro de 2006, p. 21506, rectifica o anexo ao despacho Nº 16 242/2006 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, Nº 152, de 8 de Agosto de 2006.

Em 2006, o Decreto-Lei Nº 196/2006, de 10 de Outubro, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 195, de 10 de Outubro de 2006, páginas 7163 a 7164, atribui ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a competência para proceder à simplificação e integração num regime comum das regras a que está sujeito o reingresso, mudança de curso ou transferência para cursos de licenciatura e para ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre dos estudantes oriundos de estabelecimentos de ensino superior nacionais e estrangeiros.

Em 2006, o Decreto-Lei Nº 214/2006, de 27 de Outubro, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 208, de 27 de Outubro de 2006, páginas 7532 a 7539, aprova a Lei Orgânica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – a. 7º (estabelecimentos de ensino superior – Universidade Católica Portuguesa).

Em 2006, o Despacho Nº 105/2006, de 22 de Novembro, do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, publicado no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*, I Série, nº 48, de 27 de Novembro de 2006, pp. 1384 a 1387, cria o curso de licenciatura em Estudos Cristãos no Instituto Inter-Universitário de Macau.

Em 2007, o Despacho Nº 6034/2007, datado de 14 de Fevereiro de 2007, publicado no *Diário da República*, II Série, Parte C, Nº 59, de 23 de Março de 2007, pp. 7930 e 7931 – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro - Deferimento da autorização de funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ciência das Religiões.

Em 2007, o Decreto-Lei Nº 45/2007, de 23 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 39, de 23 de Fevereiro de 2007, página 1335 a 1336. - Sétima alteração ao Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro, que regula o

regime jurídico geral de acesso e ingresso no ensino superior. – Revoga o artigo 39º do Decreto-Lei Nº 296-A/98.

Em 2007, a Portaria Nº 254/2007, de 9 de Março, publicada no *Diário da República*, I Série, N 49, de 9 de Março de 2007, pp. 1510 a 1512, reconhece vários cursos como habilitação própria para a docência - UCP Porto [Grupo de recrutamento (Código - 550, Descrição – Informática), Nome do Curso – Som e Imagem, Grau L, Escalão 1º] e UCP Porto [Grupo de recrutamento (Código - 600, Descrição – Artes Visuais), Nome do Curso – Som e Imagem, Grau L, Escalão 1º].

Em 2007, a Portaria Nº 401/2007, de 5 de Abril, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 68, de 5 de Abril de 2007, páginas 2214 a 2217, aprova o Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior.

Em 2007, o Despacho Nº 12190/2007, datado de 24 de Maio de 2007, publicado no *Diário da República*, II Série, Parte C, Nº 116, de 19 de Junho de 2007, pp. 16971 a 16975 - Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes de Estabelecimentos de Ensino Superior não Público.

Em 2007, o Anúncio (extracto) Nº 4994/2007, datado de 29 de Maio de 2007, publicado no *Diário da República*, 2ª série, Nº 144, Parte J, de 27 de Julho de 2007, p. 21419 - Fundação da Universidade Católica Portuguesa - Rectificação e alteração dos estatutos da Fundação da Universidade Católica Portuguesa.

Em 2007, o Despacho Nº 19 480-E/2007, de 12 de Junho de 2007, publicado no *Diário da República*, II Série, Parte C, Nº 165, 1º Suplemento, de 28 de Agosto de 2007, pp. 24868-(7) e 24868-(8), regista a adequação de ciclos de estudos da Universidade Católica Portuguesa.

Em 2007, o Decreto-Lei Nº 239/2007, de 19 de Junho, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 116, de 19 de Junho de 2007, pp. 3900 a 3903, aprova o regime jurídico do título académico de agregado.

Em 2007, o Despacho Nº 15673/2007, de 20 de Junho de 2007, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direcção-Geral do Ensino Superior, publicado no : *Diário da República*, II Série, Nº 138, Parte C, de 19 de Julho de 2007, pp. 20572 a 20574, determina os critérios e procedimentos técnicos a adoptar na análise de candidaturas a bolsas de estudo do ensino superior não público, para o ano lectivo de 2007-2008 – [e da Universidade Católica].

Em 2007, o Aviso (extracto) Nº 15894/2007, datado de 8 de Agosto de 2007, publicado no *Diário da República*, II Série, Parte C, Nº 167, de 30 de Agosto de 2007, p. 25047 - Reconhecimento da Fundação da Universidade Católica.

Em 2007, o Ofício 5158, de 13 de Agosto de 2007 (Processo 12.1/06.21) - Direcção-Geral do Ensino Superior. 6705, 13.AGO 07 – Universidade Católica Portuguesa, Regime aplicável a novos ciclos de estudo. (In: Direcção-Geral do Ensino Superior. 6705, 13.AGO 07)

Em 2007, a Lei Nº 38/2007, de 16 de Agosto, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 157, de 16 de Agosto de 2007, pp. 5310 a 5313, aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior.

Em 2007, o Aviso Nº 17 143/2007, datado de 27 de Agosto de 2007, publicado no *Diário da República*, 2ª Série, Nº 176, Parte C, de 12 de Setembro de 2007, pp. 26 544 e 26 545 - Reconhecimento de instituições de ensino superior para garantir formação específica para alta direcção em Administração Pública.

Em 2007, o Despacho Nº 23891/2007, datado de 3 de Setembro de 2007, da Direcção-Geral do Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, II Série, Parte C, Nº 201, de 18 de Outubro de 2007, pp. 30123 a 30124 - Adequação de ciclos de estudos da Universidade Católica Portuguesa.

Em 2007, a Lei Nº 62/2007, de 10 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 174, de 10 de Setembro de 2007, pp. 6358 a 6389 - Regime jurídico das instituições de ensino superior - Artigo 180º (Universidade Católica e outros estabelecimentos canónicos).

Em 2007, o Anúncio (extracto) Nº 7750/2007, datado de 5 de Setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, II Série, Parte J, Nº 219, de 14 de Novembro de 2007, p. 33126 - Constituição da associação Elsa - Associação Europeia de Estudantes da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa.

Em 2007, o Decreto-Lei Nº 341/2007, 12 de Outubro de 2007, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 197, de 12 de Outubro de 2007, pp. 7375 a 7379, aprova o regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros.

Em 2008, a Portaria Nº 29/2008, de 10 de Janeiro, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 7, de 10 de Janeiro de 2008, pp. 235 a 236, aprova o Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do Decreto-Lei Nº 341/2007, de 12 de Outubro.

Em 2008, o Decreto-Lei Nº 90/2008, de 30 de Maio, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 104, de 30 de Maio de 2008, pp. 3082 a 3090, procede à oitava alteração ao Decreto-Lei Nº 296-A/98, de 25 de Setembro, que fixa o regime de acesso e ingresso no ensino superior.

Em 2008, o Decreto-Lei Nº 107/2008, de 25 de Junho, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 121, de 25 de Junho de 2008, pp. 3835 a 3853, altera os Decretos-Leis Nºs 74/2006, de 24 de Março, 316/76, de 29 de Abril, 42/2005, de 22 de Fevereiro, e 67/2005, de 15 de Março, promovendo o aprofundamento do Processo de Bolonha no ensino superior, assim como uma maior simplificação e desburocratização de procedimentos no âmbito da autorização de funcionamento de cursos, introduzindo medidas que garantem maior flexibilidade no acesso à formação superior, criando o regime legal de estudante a tempo parcial, permitindo a frequência de disciplinas avulsas por estudantes e não estudantes, apoiando os

diplomados estagiários e simplificando o processo de comprovação da titularidade dos graus e diplomas. Altera o artigo 73º (sobre publicação dos anexos referentes à estrutura curricular e ao plano de estudos do ciclo de estudos) do Decreto-Lei Nº 74/2006, de 24 de Março.

Em 2008, a Portaria Nº 628-A/2008, de 22 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 140, 1º Suplemento, de 22 de Julho de 2008, pp. 4568-(2) a 4568-(8), aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2008-2009.

Em 2008, o Despacho Nº 23174/2008, de 3 de Setembro de 2008, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 176, Parte C, de 11 de Setembro de 2008, p. 39146, fixa regra para a conversão de classificações atribuídas por instituições de ensino superior estrangeiras para a escala de classificação portuguesa, de acordo com o Decreto-Lei Nº 341/2007, de 12 de Outubro.

Em 2009, a Deliberação Nº 1494/2009, de 21 de Maio de 2009, publicada no *Diário da República*, II Série, Nº 103, Parte C, de 28 de Maio de 2009, pp. 21319 a 21320 - Reconhecimento de graus pré-Bolonha conferidos nos países constantes da deliberação genérica n.º 8 ao abrigo do Decreto-Lei Nº 341/2007, de 12 de Outubro.

Em 2009, a Declaração Nº 183/2009, datada de 27 de Maio de 2009, publicada no *Diário da República*, II Série, Nº 108, Parte C, de 4 de Junho de 2009, p. 22477 - Registo da nomeação do reitor da Universidade Católica.

Em 2009, o Anúncio (extracto) Nº 4378/2009, datado de 28 de Maio de 2009, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 109, Parte I, de 5 de Junho de 2009, p. 22913 - Constituição de associação denominada Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP).

Em 2009, a Resolução do Conselho de Ministros Nº 59/2009, datada de 1 de Julho de 2009, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 132, de 10 de Julho de 2009, pp. 4358 a 4359, aprova um conjunto de medidas de apoio social aos estudantes do ensino superior.

Em 2009, a Portaria Nº 781/2009, de 23 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 141, de 23 de Julho de 2009, pp. 4774 a 4776, estabelece a estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações.

Em 2009, a Portaria Nº 782/2009, de 23 de Julho, publicada no *Diário da República*, I Série, nº 141, de 23 de Julho de 2009, pp. 4776 a 4778, regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.

Em 2009, o Despacho Nº 17706/2009, de 24 de Julho de 2009, publicado no *Diário da República*, II Série, nº 147, Parte C, de 31 de Julho de 2009, p. 30696, determina a atribuição de bolsa suplementar de montante não inferior a 50% do

valor da bolsa mínima Erasmus aos estudantes do ensino superior a quem tenha sido atribuída bolsa Erasmus e que sejam bolseiros da acção social.

Em 2009, o Decreto-Lei Nº 204/2009, de 31 de Agosto, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 168, de 31 de Agosto de 2009, pp. 5728 a 5729, procede à terceira alteração do Decreto-Lei Nº 129/93, de 22 de Abril, que estabelece os princípios da política de acção social no ensino superior.

Em 2009, o Decreto-Lei Nº 206/2009, de 31 de Agosto, publicado no *Diário da República*, I Série, Nº 168, de 31 de Agosto de 2009, pp. 5757 a 5759, aprova o regime jurídico do título de especialista a que se refere o artigo 48.º da Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das instituições de ensino superior.

Em 2009, o Despacho Nº 22840/2009, de 28 de Agosto de 2009, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 200, de 15 de Outubro de 2009, pp. 41791 a 41792, aprova as regras técnicas e procedimentos técnicos do processo de atribuição de bolsas de estudo a estudantes de estabelecimentos do ensino privado - a. 1º, nº 2, ii) e VII das Regras (bolsa de estudo para os estudantes membros de ordens religiosas)

Em 2009, o Decreto-Lei Nº 230/2009, de 14 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, Nº 178, de 14 de Setembro de 2009, procede à segunda alteração ao Decreto-Lei Nº 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolseiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas.

Em 2009, a Declaração de Rectificação Nº 81/2009, datada de 27 de Outubro de 2009, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 208, de 27 de Outubro de 2009, p. 8047, rectifica o Decreto-Lei Nº 230/2009, de 14 de Setembro, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolseiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, Nº 178, de 14 de Setembro de 2009.

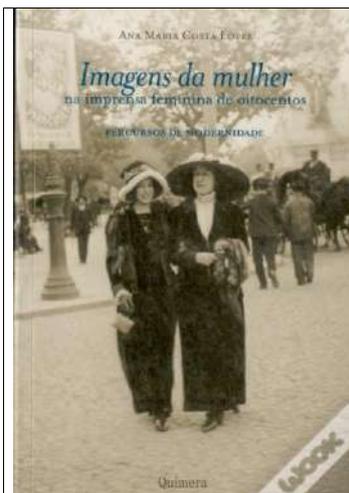
Em 2011, a Portaria Nº 264/2011, de 12 de Setembro, publicada no *Diário da República*, I Série, Nº 175, de 12 de Setembro de 2011, pp. 4370 a 4376, aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2011-2012.

Em 2011, o Decreto-Lei Nº 125/2011, de 29 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, II Série, Nº 249, de 29 de Dezembro de 2011, pp. 5498 a 5508, aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência - Artigo 6.º, n.º 3 (Universidade Católica).



# RECENSÕES CRÍTICAS





**IMAGENS DA MULHER NA IMPRENSA FEMININA DE OITOCENTOS  
PERCURSOS DE MODERNIDADE (2005)  
DE ANA MARIA COSTA LOPES**

**MÁRCIA MARIA DE MELO ARAÚJO**

"Algumas revistas femininas funcionam, na verdade, como um espelho mágico de frustradas e egocêntricas madrastras - no caso representadas pelo sexo masculino - das muitas *Belas Adormecidas* existentes ao tempo, preocupadas até à morte com o seu poder doméstico e social. A emergência de uma nova e mais total beleza, com o seu poder próprio, é apenas o aspecto exterior de um movimento de fundo mais significativo e determinante da posição da mulher na sociedade."

(Ana Maria Costa Lopes, p. 17)

Quem almeja estudar ou investigar o papel da imprensa e sua relação com a participação da mulher na luta pela sua visibilidade, não pode deixar de ler *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade*, de Ana Maria Costa Lopes. A autora tem uma intensa vida acadêmica, atuando como investigadora, docente na área da Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX e na de Literatura Tradicional, com doutoramento em Língua e Cultura Portuguesa.

É digno de nota, a tese de doutoramento de Ana Maria Costa Lopes intitulada *Percursos da Modernidade*, defendida na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Nela, a autora apresenta uma pesquisa sobre as imagens da mulher nos periódicos portugueses de 1820 a 1890 nos quais analisa inúmeros artigos que, somados, reconstituem partes da história feminina portuguesa e sua luta pela emancipação. A tese, reunida a outras produções escritas da autora, deu vida ao livro *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de*

---

<sup>1</sup> Nota Biográfica: Bolsista Capes do Programa de Pós-doutorado no Exterior Edital nº 15/2016, supervisionado pela professora catedrática doutora Maria Laura Bettencourt Pires do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) e do Curso de Letras da Universidade Estadual de Goiás. Pós-Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Goiás. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Literaturas de Língua Portuguesa/GEPELLP. Membro da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) e do GT de Estudos Medievais da Anpoll – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística.

*modernidade*, publicado pela Quimera, ganhador do Prémio Especial do Júri da Revista *Máxima*, em 2005.

Como a principal fonte da pesquisa de Costa Lopes são os periódicos femininos, publicados ao longo de 1820 a 1890, tomamos como ponto de partida o modo como os periódicos refletem e até mesmo jogam com a interpretação socialmente estabelecida da diferença sexual que controla as imagens e os modos eróticos da visão. Por isso, torna-se relevante, para os estudos sobre a mulher, entender a maneira como o inconsciente da sociedade patriarcal, em tempos passados, estruturou a forma de vê-la, tornando-a invisível.

Para muitos intelectuais, entre eles Laura Mulvey (1997, p. 438), o "paradoxo do falocentrismo em todas as suas manifestações é que depende da imagem da mulher castrada para dar ordem e significado ao seu mundo. Uma ideia de mulher permanece como peça central para o sistema: é a falta dela que produz o falo como uma presença simbólica, é o seu desejo de compensar a falta que o falo significa".<sup>2</sup>

De acordo com Mulvey, a mulher, paradoxalmente, assumiu a cultura patriarcal como significante para o outro masculino, ligada por uma ordem simbólica em que o homem pode viver suas fantasias e obsessões através do comando linguístico, impondo-as à imagem silenciosa da mulher ainda relacionada ao seu lugar, como portadora fabricante de significado. Mulvey (1997) observa que isso nos aproxima das raízes de nossa opressão, ao mesmo tempo que nos aproxima de uma articulação do problema: como combater o inconsciente estruturado como uma linguagem (formada criticamente no momento da chegada da linguagem) enquanto ainda preso dentro da linguagem do patriarcado?

Nota-se, no livro de Costa Lopes, uma análise pertinente a coadunar-se com a indagação de Mulvey. O domínio ideológico e prático sobre o que era a função feminina na sociedade em geral foi incutido de tal forma às mulheres que elas se restringiram ao espaço doméstico e ao bem-estar da família, sem direito à voz. Essa visão capciosa é, de certo modo, tratada por Costa Lopes (2005, p. 18), "tentando descobrir as linhas de força, individuais ou colectivas, que lhes definiram o rumo, estimulando a força do empenho feminino contra as forças que bloqueavam a ocupação do seu espaço de poder específico, em função da reestruturação, consentânea com o conceito de modernidade, das relações entre os sexos".

De acordo com Costa Lopes, a conscientização e a instrução são dois viéses que se fazem presentes na reformulação da sociedade portuguesa do século XIX. Nessa perspectiva, a autora mostra o caminho difícil, muitas das vezes silencioso e obscuro, mas que a educação e a instrução abririam à mulher como espaço de afirmação e sobretudo de visibilidade e transformação de papéis sociais.

---

<sup>2</sup> Lê-se no original: "The paradox of phallocentrism in all its manifestations is that it depends on the image of the castrated woman to give order and meaning to its world. An idea of woman stands as linchpin to the system: it is her lack that produces the phallus as a symbolic presence, it is her desire to make good the lack that the phallus signifies".

O recorte temporal, feito por Costa Lopes em seu estudo, estabelece relação com o problema da instrução e da mudança de mentalidade no que diz respeito à mulher, pelo fato de, nesse período, ter se desenvolvido a imprensa periódica. Marcado pelo Liberalismo, pela derrota do Absolutismo, por crises e turbulências na vida política, histórica e cultural, Portugal vive momentos de questionamentos e definição de problemas sociais e políticos que apontavam para a necessidade de um país livre do analfabetismo e de uma nova posição relativa à desigualdade existente entre homens e mulheres. Desse modo, Costa Lopes considera fundamental a temática da instrução e da sua conscientização, e a imprensa será um dos lugares privilegiados da manifestação de um pensamento feminino que luta por uma identidade, negada pelas estruturas sociais dominantes.

Em outras palavras, a autora observa que é pelo poder da imposição da palavra, pela ação e pela função, que o sexo masculino intervém nos comportamentos, na forma de pensar e de agir da mulher daquela época, não muito distante do que ocorre, em várias regiões do mundo, nos dias atuais. Entretanto, compreender o processo de mudança social para elucidar, de maneira íntegra, a posição da mulher na sociedade, admite uma visão mais acertada de problemas que foram gerados com essa mudança e que afetaram não somente as mulheres mas também os homens.

Nota-se, na composição textual de Costa Lopes, a vontade de preencher algumas lacunas sobre a evolução da mentalidade feminina, presa dentro da linguagem do patriarcado como questionado por Mulvey. Costa Lopes critica a falta de tratamento de fontes como a imprensa periódica produzida por mulheres e o rico manancial informativo de diversas histórias, entre as quais a feminina, ainda hoje sem estudo. Nesse sentido, o levantamento seletivo de textos publicados pela imprensa, pode permitir uma visão da produção letrada das mulheres em determinados períodos da história. Intrínseco a isso, juízos de valor sobre a mulher e a repercussão das ideias femininas na produção letrada masculina tornam-se evidentes e formam o mapa histórico, filosófico, imaginário, ideológico, político e figurativo da figura feminina, que geralmente se diacroniza em formações essencialistas sobre a sua natureza e função social e cultural.

Contudo, para a autora de *Imagens de mulher*, ainda falta elucidar, de maneira aceitável e justa, a real posição da mulher na sociedade, comparativamente à do homem, permitindo, assim, um olhar diferenciado sobre problemas originados com a mudança social no período investigado. Trabalhar com o universo feminino é se deparar com muitas lacunas e conceitos pouco precisos. Sabemos que existem muitas análises sobre a situação da mulher, mas ao mesmo tempo não temos uma resposta satisfatória para os diversificados questionamentos a respeito das conquistas no século XIX e em outros. Por isso, Costa Lopes afirma que, possivelmente, o melhor meio de compreender a transformação de papéis sociais femininos é por intermédio da análise dos conceitos, das propostas e realizações

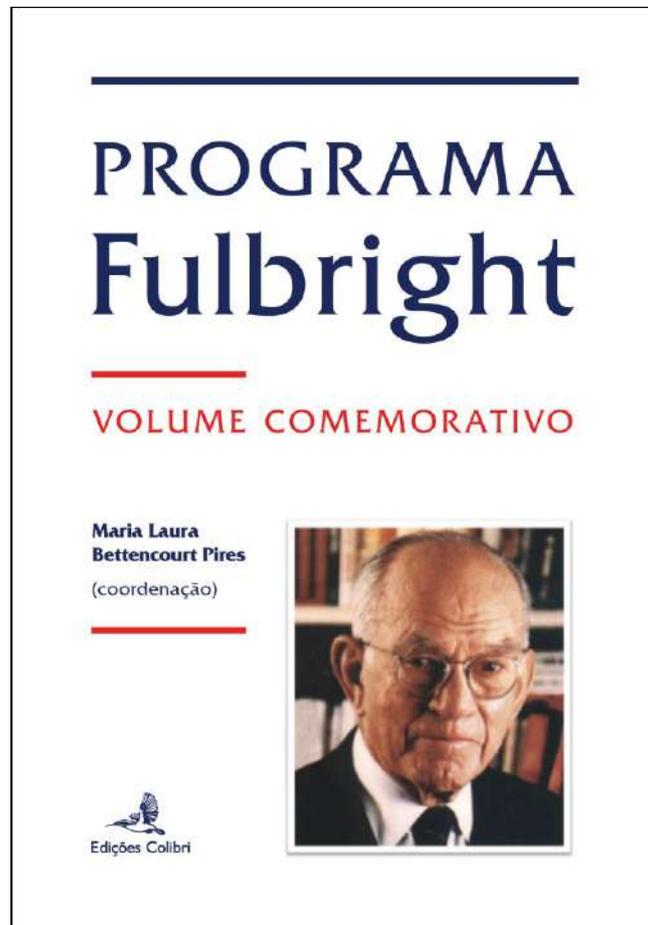
acerca da instrução que a mulher deveria receber e como isso ocorreu nos anos oitocentos.

**Referências:**

LOPES, Ana Maria Costa. *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade*. Lisboa: Quimera Editores, Lda, 2005.

MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema". Pp. 438-448. In Warhol, Robyn R. e Herndl, Diane Price. *Feminisms: An Anthology of Literary Theory and Criticism*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1997.

**PROGRAMA FULBRIGHT**  
**VOLUME COMEMORATIVO**



**TERESA F. A. ALVES**  
**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Quando a minha colega e mui estimada Amiga, Maria Laura Bettencourt Pires me falou do projecto deste livro, lembro-me de ter pensado “Só a Laura para pôr em prática uma ideia que tem toda a razão de ser”, não só como registo de algo que vem acontecendo em Portugal há perto de sessenta anos, mas também como homenagem a quem, finda a Segunda Guerra Mundial, concebeu o intercâmbio de académicos, investigadores e estudantes como forma de fomentar o entendimento mútuo entre a América e o resto do mundo, fundamentalmente, como tentativa de reparar as brechas abertas por um conflito de dimensões inimagináveis.

A esse visionário dedica Maria Laura Bettencourt Pires um ensaio intitulado “James William Fulbright e a sua Visão para um Mundo Melhor”, oferecendo uma evocação plena de interesse, num feliz encontro de forma e conteúdo, em que, após breve referência biográfica, nos dá a conhecer toda uma mundividência empenhada em causas como a educação, a democracia e o entendimento entre os povos. Como

faz notar a ensaísta, a sua fé num mundo melhor era inabalável e por esse objectivo lutou com as armas ao seu dispor nos muito anos em que serviu a causa pública, primeiro como professor e Reitor da Universidade do Arkansas, depois como congressista e senador da república americana. Muito útil para quem pretenda explorar a ligação íntima da postura humanista de Fulbright com a sua acção de homem político que, durante largos anos, esteve ligado à política externa do seu país, revela-se a análise que Maria Laura Bettencourt Pires faz de *The Arrogance of Power* (1966), uma obra com edições sucessivas até aos dias de hoje e que faz todo o sentido na actual conjuntura política dos Estados Unidos. Muito útil ainda é a lista bibliográfica apresentada no final do ensaio com o elenco de todas publicações de James William Fulbright.

Dos efeitos da mundividência de James William Fulbright em Portugal, ao longo de quase sessenta anos, Otilia Macedo Reis, actual Directora Executiva da Comissão Fulbright, oferece, oportunamente, um significativo testemunho da evolução do Programa, desde a sua fundação até aos dias de hoje. Como somos informados, o Programa Fulbright viu em 2015 reforçada a sua já considerável influência por um novo acordo entre os Estados Unidos e Portugal, do qual resultou uma representatividade equitativa de ambos os governos na sua administração. Em números redondos é bastante significativo o facto de este Programa já ter beneficiado mais de 1500 estudantes, investigadores e professores portugueses, e 800 norte-americanos.

É neste âmbito que a obra *Programa Fulbright. Volume Comemorativo*, agora publicada, se reveste de óbvio valor simbólico, de alcance exemplar. Integrando um número limitado de testemunhos como teria de integrar, a criteriosa escolha de pessoas com vivências distintas e experiência variada do Ensino americano não pode deixar de oferecer a futuros Fulbrighters um amplo leque de escolhas, susceptível de encontrar eco nos mais variados projectos. Na cerimónia de apresentação do livro na Embaixada dos Estados Unidos da América, António Feijó, Vice-Reitor da Universidade de Lisboa, disse, com aquele sentido de oportunidade que sempre o distingue, tratar-se este volume de uma compilação de cartas de amor e ele, próprio, impedido de contribuir pelos muitos afazeres do seu cargo, não resistiu a dar-nos um testemunho bastante afectivo da sua própria experiência nos Estados Unidos.

Fundamentalmente, este é um livro de registos autobiográficos que muito justamente encerra com uma entrevista de Maria Laura Bettencourt Pires a Lénia Godinho Lopes, Presidente da Assembleia Geral de Fulbrighters Portugal – Alumni Association, que em breves palavras e em resposta à interpelação da entrevistadora

sintetiza aquilo que, ao correr das páginas, sobressai como sendo comum à maioria dos registos: é que depois de se ser Fulbrighter nada fica como antes na vida de cada um de nós – novos horizontes se desenham, novas portas se abrem, que, ao serem transpostas, significam uma viagem sem retorno. The Salzburg Seminar at Leopoldschloss na Áustria, é justamente um desses acessos, com a seu eclético corpo docente e discente, e um ambiente artístico extremamente motivador. Citando Lénia Godinho Lopes “[...] a discussão entre Professores e Colegas de vários países sobre as matérias abordadas abriram-me novos horizontes de pensamento e a abordagem de matérias no âmbito do Direito Público Internacional vistas de várias perspectivas diferentes, tiveram um forte impacto na forma como, a partir daí, passei a analisar as situações com que me fui deparando ao longo da minha vida profissional, de forma mais aberta, mais global, mais liberta de conceitos rígidos”.

A bolsa Fulbright para frequentar o Seminário de Salzburgo terá sido determinante na vida de Lénia Godinho Lopes, como aliás foi na minha própria vida, enquanto professora de Literatura e Cultura Norte-Americana na Universidade de Lisboa, e na de Matilde de Sousa Franco, figura por demais conhecida pela sua ligação ao Património Cultural e à Direcção de inúmeros Museus portugueses, que, em 1984, recebeu uma bolsa para frequentar o primeiro Salzburg Global Seminar dedicado a Museus. Aliás, como ela própria escreve no final do seu testemunho a Bolsa de 1984 incentivá-la-ia “no sentido de maior liberdade e criatividade” que haviam de ser decisivos para um “novo paradigma na História da Museologia e da Patrimologia Interculturais e a favor da Paz”. Pela variedade das suas sessões temáticas e pela diversidade cultural dos seus bolseiros, o Seminário de Salzburgo pode bem ser descrito como um microcosmo desse macrocosmo onde cabem todas as culturas do mundo, que são os Estados Unidos da América, país de muitos contrastes, que a nossa Europa se dispõe facilmente a criticar, mas que, entre as suas múltiplas tradições, inclui a da filantropia, e entre os seus nobres cidadãos, conta com James William Fulbright.

Do Intercâmbio que, nos restantes testemunhos, levou os Fulbrighters Portugueses até aos Estados Unidos da América, tem este volume comemorativo uma série de recolhas singulares que lhe dão um carácter de abrangência, pela ligação de cada Fulbrighter a áreas específicas e pelas relações que cada um manteve com universidades americanas distintas. Depois de um breve resumo sobre o Programa Fulbright, Carlos A. Coelho, Vice-Presidente de Fulbrighters Portugal – Alumni Association e Professor Catedrático do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, presenteia-nos, em “My Experience as a Fulbrighter – An Appraisal of The Fulbright Program”, com

um testemunho autobiográfico e fotográfico sobre a sua permanência em Ann Harbour, Michigan. A experiência pessoal, o ambiente universitário, os professores que dirigiram o seu doutoramento, os colegas e amigos que encontrou dentro e fora da Universidade, surpreendem pelo entusiasmo do relato, na medida em que, inicialmente, se teria imaginado o catedrático com um doutoramento em Bioestatística como um ser da razão e do intelecto, e, à medida que se avança na leitura, se descobre a alma de poeta que transborda para o mundo à sua volta, quando, por exemplo, recorda emocionado, um colega prematuramente desaparecido ou lhe vêm à memória as cores outonais de Ann Harbour. Também José Rodrigues Lúcio, seu antecessor no cargo de Vice-Presidente de Fulbrighters Portugal – Alumni Association, contribui para o volume com as suas recordações da California State University at Stanislaus onde foi professor e investigador na área de Geografia. Sucintamente escrito, “Testemunho de um Bolseiro Fulbright”, recolhe da leccionação, do contacto com colegas, *staff* e alunos, uma experiência de ensino que terá sido decisiva para o seu trajecto enquanto docente universitário na universidade portuguesa; também na área de investigação, o seu interesse pelas organizações locais no combate aos problemas da pobreza teve idênticos e frutíferos resultados que lhe deram a conhecer o sabor dos trabalhos em campo, tão característicos da experiência universitária americana.

O bom ambiente das universidades, as suas excelentes bibliotecas, o convívio amigável com colegas e professores, a influência de novas metodologias, as consequências da experiência Fulbright para o progresso profissional no regresso ao país, são traços comuns a todos os depoimentos. O que varia é o estilo de cada um dos autores em confronto com a diversidade das suas experiências. Eu própria em “More than a Change of Style, a Change in Attitudes” não me desvio deste rumo, como dele também não se afasta a minha colega Teresa Cid, Directora do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa e do Instituto Confucius na mesma Universidade. Com a sua habitual verve, Teresa Cid fala-nos da sua estadia, em “A Challenge, a Privilege and an Enlightening Experience”, não se coibindo de importar para o seu texto a característica interjeição “wow!” com que a sua condição de Fulbrighter era acolhida sempre que se dava a conhecer como tal. Georgetown University foi para ambas uma experiência inolvidável por todas as razões atrás aduzidas e, ainda, pela possibilidade de estabelecer um programa de intercâmbio entre Georgetown e Lisboa. Este permitiu grande desenvolvimento nos Estudos Americanos que até então se encontravam circunscritos à licenciatura em Estudos Ingleses. Hoje em dia constituem uma área em pé de igualdade com os restantes

Estudos alemães, franceses e ingleses, funcionando como “major” no Curso de “Línguas, Literaturas e Culturas” da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O hino à condição de Fulbrighter na cidade de Washington e na Universidade de Georgetown surge, porém, pela pena – se houvesse pena! – de Margarida de Oliveira Vale de Gato, actual coordenadora do “major “ em American Studies na Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Margarida montada na bicicleta, “down Mexico Avenue, up the National Mall or along the Potomac”; Margarida a valer-se das entradas gratuitas na Smithsonian; Margarida deslumbrada com o recheio da Lauinger Library ou a gravar a sua poesia na Library of Congress, Hispanic Division ; Margarida no umbral das portas, a trocar dois dedos de conversa com os colegas do English Department; Margarida com a mão protectora sobre o ombro de sua filha Alice que, ao acompanhar a Mãe, ganhou uma amiga para a vida; são imagens que nos devolvem com a frescura da criatividade poética a experiência de docência e investigação que Margarida Vale de Gato relata em “My Fulbright Experience”.

Ainda no âmbito da docência em Georgetown, Julieta Almeida Rodrigues oferece-nos em “The Pleasure of Returning, 2014: How American Universities Work” não só um testemunho das suas vivências de ensino numa Instituição onde ela, numa série de anos consecutivos, se sentiu próxima do “centro mundial do poder” e se habitou a descer no elevador com Madeleine Albright, como ainda estende as suas reminiscências a Columbia University, onde terminou o seu doutoramento em 1979 com uma bolsa Fulbright, bem como a The New School University, The New School for Public Engagement que lhe deu a oportunidade de regressar à docência nos Estados Unidos em 2014. É justamente esse regresso que ela refere entusiasticamente no título do seu contributo que conclui com um elenco das virtudes das Universidades dos Estados Unidos, bem conhecidas por quantos as frequentaram.

São efectivamente muitas e diversificadas as Instituições americanas que, por intermédio do Programa Fulbright, os bolseiros têm ocasião de seleccionar tendo em vista a sua própria formação. 2008-2009 foi um período particularmente auspicioso para Fulbrighters na área de Medicina. No caso de Ana Lúcia R. Moreira, da Universidade de Lisboa, o Center of Excellence for Research and Treatment of Bipolar Disorder na University of North Carolina at Chapel Hill ofereceu-lhe condições excepcionais de aprofundar os seus conhecimentos num campo onde a investigação e sua aplicação médica estavam a ser desenvolvidas no nosso país quando ela recebeu a bolsa Fulbright, de que dá testemunho expressivo em “Fulbright – A Life changing Experience”. Um segundo registo assinado por Ana Luísa Vieira de Castro

Ramos das Neves, da Faculdade de Medicina do Porto e intitulado “Experiência Fulbright. Uma década depois”, põe em evidência a oportunidade que foi trabalhar e investigar em All Children’s Hospital/University of South Florida. Especialista em Cardiologia Pediátrica e doutorada em Medicina e Oncologia molecular refere ainda o impacto que a experiência hospitalar americana teve na sua vida profissional. Aliás, qualquer destes testemunhos sublinha também a importância da experiência na vida pessoal de ambas as médicas.

Curiosamente, este conjunto de testemunhos raramente é repetitivo pela diversidade de casos que reúne. Em 1986, Manuel Galvão de Melo e Mota, professor na Universidade de Évora e biólogo de formação, foi convidado a leccionar em Virginia Polytechnic Institute and State University em Blacksburg, VA, como testemunha em “A minha Experiência Fulbright (1987-1992)”. Viria a doutorar-se em “Plant Pathology”, em Setembro de 1992, tirando o máximo proveito da sua condição de Fulbrighter numa universidade cujo *campus* se estende por cerca de 5.000 hectares e que é conhecida pela excelência de ensino e investigação nas áreas de Agricultura e Engenharia. De regresso à sua universidade de origem, tem pautado a sua actuação docente e cívica pelo exemplo inspirador da universidade americana.

Na década seguinte, já em 2003, João Paulo Fidalgo Carvalho, professor de silvicultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, recebeu uma bolsa para ensinar e investigar em USDA Forest Service – Southern Research Station (Ashville, NC) e em The North Carolina State University (Raleigh). Em “The Contribution of the Fulbright Scholarship to my Professional and Personal Relationships”, João Paulo Carvalho dá relevo ao conhecimento de vários ecossistemas florestais únicos e à importância que tal conhecimento viria a ter para o desenvolvimento dos projectos profissionais quando regressou à universidade portuguesa. Uma nota curiosa é acrescentada pelo despertar do seu interesse pelas culturas originárias índias, que, como se sabe, são profundamente ligadas ao seu meio-ambiente.

Em “Fulbright and American Individualism”, Andreia Martins Martinho, candidata a doutoramento na Faculty of Technology, Policy and Management da Delft University of Technology, articula o seu testemunho em função dos benefícios do Individualismo americano e da sua gratidão para com a Fulbright, pela bolsa que lhe permitiu viajar pelos Estados Unidos ao longo de seis anos, ganhar conhecimentos sólidos sobre a cultura americana e contactar com académicos brilhantes e inspiradores. Também Elsa Lechner, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, foi bolseira Fulbright no ano lectivo 2014-2015,

para desenvolver um projecto sobre a Emigração portuguesa centrado em histórias da vida e narrativas biográficas em New Jersey. Intitulado o seu ensaio “Para Lá das Fronteiras: Pesquisa, Diálogo e Acção Conjunta”, este dá-nos conta da pesquisa apoiada por Onésimo de Almeida da Brown University e por Kimberly da Costa Holton da Universidade de Rutgers-Newark, dois nomes incontornáveis na área de Estudos Portugueses nos EUA. O projecto em que estava envolvida permitiu a Elsa Lechner incluir uma área dos Estados Unidos numa perspectiva comparatista com estudos da diáspora portuguesa na Europa.

Em “The Impacto of Fulbright’s Experience on Professional Career and Personal Life”, Margarida Pocinho escreve sobre a extraordinária oportunidade que foi participar como SUSY (The Study of the U. S. Institutes for Scholars SUSIs) e poder, em 2014, ter frequentado a New York University – Multinational Institute of American Studies. Em 2015 caberia a José Duarte da Universidade Lisboa essa oportunidade, que ele recorda em “HAPPYTHANKYOUMOREPLEASE”, título muito original do seu testemunho. A qualidade do Programa organizado pelo State Department no intuito de promover a familiarização com o país e suas instituições sobressai de ambos os relatos. Em realce estão as várias viagens América adentro incluídas no Programa e o incentivo de viver “the American way of life” como espaço de cultura e de imaginação durante a permanência em Nova Iorque. São justamente tais vivências que, no retorno a Portugal, permitem criar espaços de aprendizagem menos convencionais e pautados pela vida imaginativa.

Com humor inconfundível, Miguel Tamen, Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, presta homenagem ao ensino ímpar americano e passo a citá-lo: “o meu doutoramento foi a única boa experiência que tive como aluno depois dos nove anos”. Doutorado pela University of Minnesota, viria a fazer jus ao que, no registo do mesmo título, denominou “O Princípio Fulbright”.

Após o regresso à universidade portuguesa, Miguel Tamen estabeleceria um acordo com a Comissão Fulbright, por intermédio do qual passou a convidar professores americanos para ensinarem no programa de pós-graduação em Teoria da Literatura, que coordena.

É, também, inconfundível a forma como Beatriz Albuquerque, artista de práticas interdisciplinares entre a *performance* e o multimédia, e Fulbrighter desde 2009, transmite esta sua condição como um jogo que intitula “Fulbright Experience: The Board Game”. Aparentemente regulado pela improvisação, é ainda uma *performance*, que interage com o leitor na medida em que o obriga a rodar o livro para ler, talvez com o auxílio de uma lupa, as várias etapas de um jogo que se inicia

com um convite “enjoy being a Fulbrighter” e se conclui com um voto “You reach your goal and graduate with distinction”. Em Nova York, Beatriz Albuquerque finaliza o seu doutoramento e, pelo caminho, vai ganhando prémios como o “Myers Art Prize: Cross Media Art” pelo seu trabalho artístico.

“Did Senator J. William Fulbright like jazz?” é o título intrigante que o trombonista, compositor e pedagogo Paulo Perfeito, do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, escolheu para anunciar o seu testemunho. Em 2011, uma bolsa Fulbright levá-lo-ia a Rochester, NY, para se doutorar na famosa Eastman School of Music. Da sua experiência como músico de Jazz e investigador numa universidade americana, sublinha, como privilégio maior, a possibilidade de tocar em conjunto com outros músicos num *ensemble* jazzístico. A estadia nos EUA acentuou nele a consciência de que a música, como de resto, toda a actividade humana, floresce em circunstâncias universais e que a interagência desenvolvida com o seu semelhante é a chave para a descoberta de uma vida com sentido. Um momento inesquecível das vivências americanas foi, para Paulo Perfeito, o da visita ao monumento em memória de Martin Luther King, alguém que foi capaz de viver em pleno a sua existência. E porque este meu singelo tributo a quantos colaboraram na obra que apresento entrou no campo da música americana, mais precisamente no do Jazz, creio ser-me permitida a analogia deste tipo de música com a própria condição de Fulbrighter. Estruturalmente o jazz caracteriza-se por 3 momentos: o da improvisação, o da repetição e o das variações. Efectivamente, há improvisação no início do processo que leva o Fulbrighter a confrontar-se com um modo de vida e uma cultura muito diferentes daquelas a que está habituado; há, depois, repetição na assunção de um papel em que retoma o destino de muitos outros escolhidos antes dele; e, por fim, variações ao fazer valer a sua singularidade ao longo da experiência proporcionada pela bolsa Fulbright.

Por último e em contraponto aos testemunhos de que me ocupei, o de Roger Johnson regista as perplexidades de um académico americano como Fulbrighter no Egipto. Tal como humildemente reconhece, são inúmeras as tentativas da sua parte para entender e se aproximar de alunos que desconhecem em absoluto os hábitos metodológicos do professor. São igualmente inúmeras as vezes em que falha como pedagogo ao ser confrontado com uma situação para a qual não está de todo preparado. Salva-o do desespero o apoio incondicional da Chefe de Departamento, que o ajuda a percorrer o longo e exaustivo caminho de aproximação aos alunos árabes. Fora da classe, a adaptação ao novo país também apresenta dificuldades reveladoras do choque cultural que é a transplantação dos Estados Unidos para o norte de África. E, apesar de tudo isto, apesar de, inclusive, chegar a ter passado

fome, largos anos volvidos e outras tantas experiências como professor Fulbrighter experienciadas, tanto ele como a família pautam a sua vida pelo “antes” e o “depois” das suas vivências no Egipto. Vale a pena transcrever as palavras com que encerra o seu relato:

"But telling the effects [of my Egyptian sabbatical year] is like grabbing a handful of ocean wave. There were experiences and epiphanies, now memories that escape capture. Perhaps they have morphed into trickles of what I want them to be, but perhaps what I want them to be is an effect in itself. Yes we mark our family history – and I mark the less-than-remarkable narrative of my intellectual and emotional development – from a Fulbright experience that took a younger man from Mississipi to the heart of a culture that would, for him and his family, change everything."

James William Fulbright baseou o seu Programa na abertura ao Outro. Era um visionário. Nos dias que vão correndo alguém de elevada estatura moral e ética, o Papa Francisco, considera a abertura ao outro – o diálogo entre homens e as mulheres das mais diferentes culturas deste mundo conturbado – como sendo uma força salvífica. Talvez a única! Fulbright acreditava, como podemos ler na epígrafe ao livro, “que o futuro dependia mais das nossas mentes e dos nossos corações do que propriamente do que está escrito nas estrelas”, e acreditava, sobretudo, que as nossas mentes e os nossos corações se enriqueceriam graças ao conhecimento e ao desafio perante novas oportunidades. Que diria James William Fulbright desta recolha de testemunhos, se lhe fosse possível “lá no assento etéreo” onde subiu ter possibilidade de os conhecer? Talvez sorrisse benevolmente ao verificar que as suas ideias florescem nos imaginativos relatos de quantos contribuíram para este volume comemorativo.

Teresa F. A. Alves

(Lisboa, 10 de Abril de 2019)

Teresa Alves escreve de acordo com a antiga ortografia.

Informações



## INFORMAÇÕES SOBRE *GAUDIUM SCIENDI*

DIRECTORA: Maria Laura Bettencourt Pires

CONTACTOS:

Revista *Gaudium Sciendi*, Sociedade Científica, Palma de Cima 1649-023 Lisboa, Portugal

Telefone: +351 217 214 136; e-mail: [gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt](mailto:gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt)

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

*Gaudium Sciendi* é uma revista electrónica da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa publicada desde 2012 com periodicidade semestral e acesso gratuito. Foi concebida para ser vista em formato digital num computador, num *tablet* ou outro dispositivo móvel. A publicação da *Gaudium Sciendi* através da Internet permite chegar a leitores em todo o mundo. Cria também novas oportunidades que incluem poder ser lida a qualquer hora e local, tanto em bibliotecas nacionais como estrangeiras.

Poderá, obviamente, também - se o leitor assim preferir - ser impressa e encadernada e lida como um livro.

### POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

A Revista *Gaudium Sciendi* oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo. Segue, assim, o princípio de que disponibilizar gratuitamente a informação científica ao público-leitor lhe proporciona a "alegria do saber" que está, aliás, implícita no seu título e contribui para uma maior democratização do conhecimento. Apesar disso, segue a directiva de privacidade em relação aos endereços e contactos dos autores.

### OBJECTIVOS DA *GAUDIUM SCIENDI*

A actividade editorial da revista rege-se por princípios que visam assegurar a liberdade de iniciativa e de cooperação e, por isso, a *Gaudium Sciendi* aceita e incentiva a colaboração de todos os Associados da Sociedade Científica assim como a de académicos da UCP e de outras instituições, nacionais e estrangeiras, vocacionadas para a investigação, para o ensino e para a cultura, desde que pretendam servir os mesmos objectivos e valores que a norteiam, procurando assim motivar o intercâmbio interinstitucional.

A *Gaudium Sciendi* pretende ser um instrumento de divulgação dos objectivos e dos valores da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP). Segue uma política editorial que tem também como um dos seus objectivos actuar como um constante vector de promoção do encontro entre investigadores, autores, estudantes e leitores, nos diversos momentos da sua vida científica e de formação académica. Outro dos seus propósitos é promover oportunidades para uma reflexão crítica e um diálogo sobre os temas apresentados e proporcionar ocasiões de debate intelectual e de cooperação académica, numa perspectiva interdisciplinar, que contribuam para desenvolver a formação e o interesse pela investigação científica dos seus leitores, sobretudo dos mais jovens. Para atingir essa meta, gostaria de contar com contribuições regulares dos associados das diferentes "Secções" da SCUCP, que incluem áreas tão variadas como: Ciências das Artes, Filosofia, Direito, História, Economia, Ciências do Ambiente, Literatura e Linguística, Educação, Teologia, Ciências Exactas e Naturais, Ciências Aplicadas e Engenharia, Ciências e Tecnologia da Saúde, Ciências Sociais e Políticas e Ciências da Comunicação e Informação. A revista aceita igualmente - e acolhe com muito gosto - colaborações de académicos de outras instituições, desde que sigam as políticas directivas da *Gaudium Sciendi* e as normas de submissão de artigos.

Outra das missões da *Gaudium Sciendi* é contribuir para manter os seus leitores - quer sejam associados da SCUCP, professores, actuais ou antigos estudantes ou

investigadores da Universidade Católica - ligados à sua alma mater. Essa ligação pode fazer-se não apenas através da leitura regular mas também enviando artigos para a revista ou, de forma mais intervencionista, textos mais breves para as Secções "Debate", "Cartas à Directora" e "Entrevistas".

A revista pretende ainda, dentro das suas possibilidades, contribuir para demonstrar publicamente – através das colaborações que recebe - que todos os que estão associados tanto à Sociedade Científica como à Universidade Católica têm orgulho de pertencer a estas instituições. Ao manter os leitores informados sobre resultados de investigações científicas em curso ou sobre o sucesso profissional de antigos alunos ou investigadores, assim como com a publicação de textos relacionados com eventos organizados pela Sociedade Científica e pela Universidade Católica, a *Gaudium Sciendi* pretende também contribuir para demonstrar como ambas as instituições têm influência na academia tanto em Portugal como no estrangeiro.

### NÚMEROS TEMÁTICOS

Embora a revista esteja direccionada para a divulgação de trabalhos académicos, sendo portanto, regra geral, os temas livres, têm havido também alguns números temáticos que focam um tópico central, como "A Transversalidade Linguístico-Cultural da Bíblia" (Janeiro 2013), "Direito"(Julho 2013) e "O Conceito de Alma – Do Antigo Egipto ao Mundo de Matrix" (Junho 2014).

### SECÇÕES

No âmbito da *Gaudium Sciendi* há várias secções, tais como Editorial, Artigos, Debates, Poesia, Recensões críticas e Entrevista.

### INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Convidamos os nossos leitores a enviarem-nos comentários sobre a revista em geral ou sobre algum dos artigos publicados. Poderão também inscreverem-se no serviço de notificação de publicação da revista, bastando para tal que nos enviem um e-mail nesse sentido. Essa inscrição permitirá ao leitor receber via e-mail um aviso da publicação de um novo número da *Gaudium Sciendi* assim como o sumário de cada nova edição. De acordo com a Política de Privacidade, a revista assegura aos leitores que os seus nomes e endereços informáticos não serão utilizados para outros fins.

### INFORMAÇÕES PARA OS COLABORADORES

A revista aceita propostas de artigos para publicação sobre um amplo leque de tópicos em diversas áreas científicas. Quanto à Norma Ortográfica, a Direcção respeita a decisão pessoal dos autores relativamente à regra ortográfica da língua portuguesa que seguem nos seus textos. Relativamente às ilustrações, todas as imagens incluídas nos artigos da *Gaudium Sciendi* são da responsabilidade da Direcção a menos que os autores as tenham escolhido, sendo, nesse caso, indicado em nota.

### INFORMAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS

Convidamos as bibliotecas a incluir a *Gaudium Sciendi*, assim como outras revistas de acesso livre, nos seus catálogos de revistas electrónicas. Este sistema de publicação é desenvolvido também para ser operado por bibliotecas universitárias, como a Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica, dando assim apoio ao trabalho de publicação das revistas do seu corpo académico.

## NORMAS DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- Os artigos devem ser submetidos à *Gaudium Sciendi*, Revista *on-line* da Sociedade Científica, em formato electrónico, para o seguinte endereço: [gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt](mailto:gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt)
- Os textos devem incluir, em nota de rodapé, um C.V. do autor com aproximadamente 1.720 caracteres incluído os espaços.
- Os artigos podem ser submetidos em Português, Inglês, Francês e Espanhol.
- As publicações devem conter, obrigatoriamente, um resumo em português e em língua estrangeira com cerca de 2.620 caracteres com espaço, seguido de palavras-chave, no máximo de cinco.
- Os ensaios não deverão exceder 52.360 caracteres com espaço (c. 20 pp. A4), incluindo os resumos, palavras-chave e bibliografia.
- As resenhas críticas não deverão ter mais de 7.854 caracteres com espaço (c. 3 pp. A4). Os colaboradores devem conservar em seu poder um duplicado de todo o material enviado para a *Gaudium Sciendi*.

### FORMATAÇÃO

- **FORMATAÇÃO:** Word ou RTF, letra Calibri 12, alinhamento justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Citações com mais de 3 linhas—espaçamento entre linhas 1.
- **TÍTULO:** Além do título do artigo, deve incluir o nome e a universidade do autor.
- **EPÍGRAFE** ou citação inicial (se houver): alinhada à direita, seguida de uma linha em branco.
- **PARÁGRAFO NORMAL:** justificado, indentação: esquerda: 0 cm, direita: 0 cm, primeira linha: 0,7cm.
- **CITAÇÕES COM MAIS DE TRÊS LINHAS:** separadas do texto por uma linha em branco, indentação: esquerda e direita 1 cm.
- **ASPAS E PARÊNTESES:** Devem ser sempre usadas aspas rectas "" e não curvas como «» e "" e parênteses curvos (...) em vez de rectos [...], excepto na indicação da data da 1ª edição nas bibliografias.
- **NOTAS:** Devem ser usadas notas de rodapé e não notas no fim do artigo.
- **VÍRGULAS E PONTOS FINAIS NAS CITAÇÕES:** Devem ser incluídos depois das aspas. Dois pontos e ponto e virgule também devem ser colocados depois das aspas.

- **NÚMERO SOBRE ELEVADO (*SUPERSCRIPT*) INDICATIVO DAS NOTAS:** deve ser colocado depois do ponto final ou vírgula, dois pontos ou ponto e vírgula.
- **USO DE MAIÚSCULAS NOS TÍTULOS:** Devem ser seguidas as normas internacionais, incluindo o uso de maiúscula na primeira palavra do subtítulo depois dos dois pontos.  
Exemplo: *As Humanidades e as Ciências: Dois Modos de Ver o Mundo*.
- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** Tanto no texto, como nas notas de rodapé assim como nas referências bibliográficas no final dos artigos, devem ser seguidas as normas internacionais de *The Chicago Manual Style*.
- **IMAGENS:** Se os autores incluírem nos seus textos ilustrações, tabelas ou longas citações que tenham sido previamente publicadas noutra local são responsáveis pela obtenção dos respectivos direitos de autor, devendo comprová-lo à Direcção.

## CONSELHO EDITORIAL



Os Conselhos Editoriais são uma antiga tradição em todas as revistas. Actualmente, embora não detenham o poder decisório de outros tempos, têm ainda um papel importante nas análises críticas que fazem de todos os materiais, sendo de sua responsabilidade zelar pelo conteúdo científico e pela imagem das publicações.

O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é o sector responsável pela edição e publicação da Revista, que tem por objectivo ser um veículo de difusão científica semestral e interdisciplinar de artigos de autores da Sociedade Científica da Universidade Católica e de outras instituições académicas que queiram ter seus trabalhos publicados e difundidos no país e no estrangeiro. Tem também como objectivo contribuir para a divulgação do pensamento crítico e da pesquisa. Uma das competências do Conselho é estabelecer a política editorial da publicação relativamente às suas diferentes Secções de Artigos, Recensões Críticas, Poesia e Cartas à Directora, colaborando, assim, directamente, com a Directora, que, por sua vez, articula com a Presidência da Sociedade.

O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é composto por três membros da Sociedade Científica, que são professoras da Universidade Católica e especialistas em diferentes áreas científicas. Na sua constituição, procurou-se a diversidade tanto nas áreas de ensino como nos níveis de senioridade.

### COMPOSIÇÃO

O Conselho Editorial é constituído por professores doutorados que representam várias áreas do conhecimento e, actualmente, é composto pelos seguintes membros:

- Prof. Doutora Maria Laura Bettencourt Pires, Directora da *Gaudium Sciendi* e Investigadora Sénior do CECC.
- Prof. Doutora Ana Costa Lopes, Docente e Investigadora Sénior do CEPCEP e do CECC.
- Prof. Doutora Marília Lopes dos Santos, Docente e Investigadora Sénior de CECC.

### COMPETÊNCIAS

O Conselho Editorial tem por finalidade principal viabilizar a publicação da revista electrónica *Gaudium Sciendi*, onde serão difundidos textos originais resultantes de actividades de investigação e ensino e cujo valor técnico, científico, artístico e literário tenha sido assegurado pelo Conselho de Avaliação (*Blind Peer Review*) da revista. Além de promover e divulgar a produção científica multidisciplinar da comunidade universitária em que se integra, a revista edita também artigos de autores nacionais e estrangeiros de outras instituições, desde que se articulem com a sua política editorial. O Conselho deve igualmente ter o propósito de difundir novas ideias e, através da atenção prestada ao conteúdo e à técnica, apostar no desenvolvimento de um projecto editorial e de um *design* gráfico diferenciados, seguindo a tendência do actual mercado editorial universitário.

### FUNCIONAMENTO

O Conselho Editorial reunirá, ordinariamente, de três em três meses, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da Sociedade Científica, pela Directora da revista ou pela maioria de seus membros.

## CONSELHO CONSULTIVO



O Conselho Consultivo da *Gaudium Sciendi* é uma comissão externa permanente de aconselhamento científico que actua como órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação da Directora da revista.

### CONSTITUIÇÃO

O Conselho Consultivo é composto por académicos, investigadores e personalidades de reconhecido mérito e gabarito científico, tanto portugueses como estrangeiros, convidados pela Directora por serem especialistas nas matérias publicadas pela revista.

### DECISÕES

As decisões do Conselho Consultivo são tomadas por maioria simples e não são vinculativas.

### CANDIDATURAS

Os candidatos a membros do Conselho Consultivo são propostos pela Directora da *Gaudium Sciendi* ao Presidente da Direcção da Sociedade Científica, a quem cabe aceitar ou recusar a candidatura.

É uma honra e um aval científico para a *Gaudium Sciendi* que o seu Conselho Consultivo inclua nomes de académicos de tão grande prestígio internacional como os de:

- Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Molefi Asante (Temple University), EUA
- Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil
- Ian Campbell (University of Edinburgh), U K
- Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal
- Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias), Portugal
- Georges Rousseau (Oxford University), UK
- Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal
- Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Gerald Bär (Universidade Aberta), Portugal



## CONSELHO DE AVALIAÇÃO

O êxito editorial da publicação depende da qualidade dos artigos publicados, que é, obviamente, assegurada pelos autores mas também pelo Conselho de Avaliação. Pertencendo, contudo, à Directora a última palavra no que se refere à edição pois é da sua responsabilidade assegurar a qualidade, a correcção e a variedade do conteúdo científico, que deverá, tanto quanto possível, ser interactivo.



Os textos enviados para a *Gaudium Sciendi*, desde que sejam adequados à linha editorial previamente estabelecida e não tenham sido publicados antes, serão avaliados pela Directora e revistos segundo o sistema de *Blind Peer Review* e submetidos, em regime de anonimato, ao parecer de especialistas da respectiva área científica, sendo o autor notificado da decisão do Conselho de Avaliação. O artigo não deverá conter qualquer indicação de autoria ou vínculo institucional, para que o material seja analisado de maneira absolutamente impessoal.

Nesse processo, os nomes dos avaliadores permanecem em sigilo, sendo também junto deles mantido o anonimato dos articulistas. Os dados relacionados à titulação, afiliação institucional e profissional devem ser inseridos apenas num dos exemplares enviados. Caso sejam necessárias informações adicionais que vinculem o texto ao autor, as mesmas serão mencionadas na versão final para publicação.

Dos pareceres emitidos, podem constar sugestões de alterações, acréscimos ou adaptações necessárias ao aprimoramento do texto examinado, a serem efectuadas com a concordância do autor. Após a aprovação dos textos, os autores são informados e feitos os

necessários ajustes dos trabalhos de acordo com as normas de submissão de artigos da *Gaudium Sciendi*. Ao contrário do que sucede em algumas revistas universitárias, trata-se de um método de revisão que deve funcionar como um estímulo e não como um ataque e cujo objectivo principal é assegurar a qualidade e o mérito científico da publicação para benefício tantos dos leitores como dos autores.

A red, arrow-shaped button with a slight 3D effect and a reflection below it. The text "About us" is written in a bold, white, sans-serif font across the center of the button.

**About us**



## ABOUT US

### CONTACTS

EDITOR: Maria Laura Bettencourt Pires

ADDRESS: *Gaudium Sciendi*, Sociedade Científica, Universidade Católica, Palma de Cima, 1649-023, Lisboa Portugal e-mail: [gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt](mailto:gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt)

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

*Gaudium Sciendi* is a bi-annual, open and free access online magazine published since 2012 by the Scientific Society of the Portuguese Catholic University. It has been conceived to be read online on a computer, a tablet or any other mobile device. The publication of *Gaudium Sciendi* on the Net reaches readers all over the world and creates new opportunities that include being accessible at any time and place, in Portuguese as well as in foreign libraries. It can also, if the reader prefers, be printed and read as a book.

### OPEN ACCESS POLICY

The magazine offers freely to its readers the type of scientific information that gives them "the joy of knowing", as implicit in its title *Gaudium Sciendi* thus contributing to a better democratization of knowledge. Although following a policy of open access, the contacts of the authors will be kept private.

### OBJECTIVES OF GAUDIUM SCIENDI

The editorial activity of the magazine follows principles aimed at assuring the freedom of initiative and cooperation and, therefore, *Gaudium Sciendi* accepts and encourages the collaboration of all the members of Sociedade Científica as well as of academics of the Catholic University and other Portuguese and foreign institutions who are interested in research, tuition and culture, if they want to attain the same objectives and values, thus trying to motivate inter-institutional interchange.

*Gaudium Sciendi* follows an editorial policy that also aims at establishing contacts and providing occasions for meetings and debates of researchers, authors, students and readers, in the different moments of their scientific career and academic education. Another of its purposes is to promote opportunities for a critical reflection and for a dialogue about the themes presented in the magazine and to provide occasions for an intellectual debate and for academic cooperation, in an interdisciplinary perspective, that contribute to develop the formation and the interest for scientific research among its readers, primarily the younger ones. To attain this goal, it would be good to have regular contributions of the associates of all the different "Sections" of SCUCP. The magazine also

gladly accepts collaborations of academics of other institutions, if they follow the directives of *Gaudium Sciendi* and the rules for the submission of articles. *Gaudium Sciendi* also wants to contribute to keep its readers – whether they are SCUCP associates or professors, actual or former students or researchers at Universidade Católica – connected to their *alma mater*. That connection can be made not only by regularly reading the magazine but also by sending articles or, in a more intervening way, by writing short texts to the Sections "Debate", "Letters to the Editor" and "Interviews".

The magazine also wants, within the scope of its possibilities, to contribute to publicly demonstrate, through all the collaborations that it gets, that all those who are connected either to the Sociedade Científica or to Universidade Católica are proud to belong to those institutions. By keeping our readers informed about the results of undergoing scientific research or about the professional success of former students or researchers as well as with the publication of texts, which are related with events organized by Sociedade Científica and by Universidade Católica, *Gaudium Sciendi* also aims at contributing to demonstrate how both institutions are important in Portugal and abroad.

#### THEMATIC NUMBERS

Although one of the aims of *Gaudium Sciendi* is to publish of academic articles, whose themes are free, there are also some thematic numbers that focus a central topic, such as " The Linguistic-Cultural Transversability of the Bible" (January 2013), "The Law" (July 2013) and "The Concept of Soul – From Ancient Egypt to the World of Matrix" (June 2014).

#### INFORMATION FOR THE AUTHORS

We welcome contributions about a wide range of subjects from different research and scientific areas. The Editor is responsible for all the images included in the articles unless the authors have chosen the illustrations themselves and, in that case, it will be mentioned in a note.

#### BLIND PEER REVIEW

The articles will be anonymously submitted to blind peer-review by recognized scholarly experts on the theme.

#### SECTIONS

There are several sections in the magazine, such as the Editorial, Articles, Debates, Critical Reviews, Poetry, Interviews and Letters to the Editor.

## RULES FOR PUBLICATION

1. The articles for publication, which should not have been printed previously, should be submitted to *Gaudium Sciendi*, the *on-line magazine* of Sociedade Científica, by e-mail to the following address: [gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt](mailto:gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt)
2. The texts should include a footnote with a C. V. of the author of around 1720 characters including spaces.
3. The articles can be written either in Portuguese, English, French or Spanish.
4. The essays must include an abstract in Portuguese and in a foreign language with c. 2620 characters with spaces, followed by no more than five key-words.
5. The texts should not have more than 52.360 characters with spaces (20 pp. A4), including the abstracts, key-words and bibliography.
6. Book reviews should not have more than 7854 characters with spaces (3 pp. A4).
7. Format: Word or RTF, Size A4, font Calibri 12, Bold, justified, space between lines 1,5.
8. The authors should keep a duplicate of all the materials sent to *Gaudium Sciendi*.
9. Footnotes, bibliographical citations as well as bibliographical references at the end of the articles, should follow the international rules of *The Chicago Manual Style*.



## EDITORIAL BOARD



Editorial Boards are a longstanding tradition in every newspaper. Nowadays, although they no longer have the deciding power they used to have, they still have an important role in the critical analysis they make of every material presented for publication, and it is their responsibility to watch over the scientific content and the public image of the publications.

The Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is responsible for the edition and the publication of the magazine, which is published twice a year and whose objective is to be a means of transmission of scientific interdisciplinary articles written by members of Sociedade Científica of Universidade Católica and of other academic institutions who want to have their work published and acknowledged at home and abroad. It also has the objective of contributing to the knowledge and the disclosure of critical reflections and research. One of the capacities of the Board is the establishment of the editorial policy of the magazine regarding its different Sections such as Articles, Book Reviews, Poetry, and Interviews and, thus directly collaborating with the Director, who, on the other hand, is the link with the President of the Society.

The recently created Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is composed by three members of Sociedade Científica, who are Professors at Universidade Católica Portuguesa and reknown scholars in different research areas. Both the diversity in the tuition fields and the levels of seniority were taken into account for the constitution of the Board.

## ORGANIZATION

The Editorial Board is constituted by PhD Professors who represent several fields of knowledge and, nowadays, its members are:

- Professor Maria Laura Bettencourt Pires, Chief Editor of *Gaudium Sciendi* and Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.
- Professor Ana Costa Lopes, Executive Editor and Senior Researcher of the Research Center for Portuguese Culture and of the Research Center for Communication and Culture.
- Professor Marília dos Santos Lopes, Executive Editor and Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.

## DUTIES AND OBLIGATIONS

The main objective of the Editorial Board is to assure the publication of the on-line magazine *Gaudium Sciendi*, thus making known original texts that result both from teaching and research activities and are mainly produced by members of Sociedade Científica of Universidade Católica Portuguesa – once their technical, scientific, artistic and literary value have been assured by the *Blind Peer Review*. Besides promoting and publicizing the multidisciplinary scientific production of the academic community in which it is integrated, the magazine also publishes articles written by Portuguese and foreign authors from other institutions, if they follow the editorial policy. The Board must also aim at diffusing new ideas and - due to its care for the content and technological aspects – contributing to the development of an editorial project and search for a graphical *design* that is distinct from others, thus following the tendencies of our days academic editorial market.

## MEETINGS

The Editorial Board will meet, as a rule, every three months and extraordinarily, whenever convoked by the President of Sociedade Científica, by the Director of the magazine or by the majority of its members.

## ADVISORY BOARD

The Advisory Board of *Gaudium Sciendi* is an external permanent committee that gives scientific advice and support to the Director and participates in the definition of general editorial directives. It is constituted by Portuguese and international academics, researchers and other personalities, who, being well known for their merit and scientific level, are considered experts on the topics published by *Gaudium Sciendi*. The members are invited by the Director, who proposes their names to the President of the Society. The decisions of the Advisory Board are not mandatory.

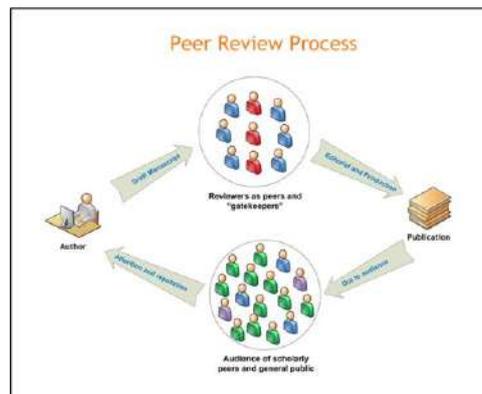
The Advisory Board of *Gaudium Sciendi* is currently constituted by:

- Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Molefi Asante (Temple University), EUA
- Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil
- Ian Campbell (University of Edinburgh), U K
- Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal
- Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias), Portugal
- Georges Rousseau (Oxford University), UK
- Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal
- Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal
- Gerald Bär (Universidade Aberta), Portugal



## BLIND PEER REVIEW

The editorial success of the magazine depends on the scientific quality of the articles, which is, obviously assured by the authors but it also depends on the Blind Peer Review Process of evaluation. The Editor, being responsible for the quality, the correction and the variety of the scientific material published in the magazine, has, however, the last word.



The texts sent to *Gaudium Sciendi*, which should not have been published previously, will be evaluated by the Editor and then reviewed according to the *Blind Peer Review Process*. The names of the members of the Blind Peer Review Board as well as those of the authors, whose texts they evaluate, are kept secret. The writers will be informed of the evaluation of their texts and also of any required correction.